



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM TERRITÓRIOS E  
EXPRESSÕES CULTURAIS DO CERRADO

HONRA E INFÂMIA NO CERRADO:  
REPRESENTAÇÕES DO CORONELISMO EM *HERANÇA DE SANGUE* DE IVAN  
SANT'ANNA

LEONARDO JOSÉ RODRIGUES

ANÁPOLIS  
MARÇO, 2021

**LEONARDO JOSÉ RODRIGUES**

**HONRA E INFÂMIA NO CERRADO:  
REPRESENTAÇÕES DO CORONELISMO EM *HERANÇA DE SANGUE* DE IVAN  
SANT'ANNA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades.

**Linha de pesquisa:** Saberes e expressões culturais do Cerrado.

**Orientador:** Prof. Dr. Ewerton de Freitas Ignácio.

**ANÁPOLIS  
MARÇO, 2021**

LEONARDO JOSÉ RODRIGUES

**HONRA E INFÂMIA NO CERRADO: REPRESENTAÇÕES DO CORONELISMO EM  
HERANÇA DE SANGUE DE IVAN SANT'ANNA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades.

**Linha de pesquisa:** Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

**Orientador:** Prof. Dr. Ewerton de Freitas Ignácio

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Ewerton de Freitas Ignácio  
Presidente/UEG-PPGTECCER

---

Profa. Dra. Émile Cardoso Andrade  
Membro Externo/ POSLLI/UEG

---

Prof. Dr. Ademir Luiz da Silva  
Membro Interno/UEG

---

Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira  
Membro Interno/UEG

**Anápolis, 23 de março de 2021.**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha mãe, Sirlene, que nunca levantou a voz ou a mão para ninguém e, ainda assim, é a pessoa mais valente e mais honrada que conheço.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Sirlene Maria de Sousa, a mulher mais forte que conheço, que tenho a honra de chamar de mãe, pelo simples fato de existir e tornar, com sua doçura e determinação, meu mundo mais tranquilo. À minha família, e aqui insiro cada um que me apoiou durante esses anos de graduação e de mestrado, pelo apoio incondicional nessa minha caminhada rumo ao conhecimento.

Aos meus anjos da guarda, conhecidos pelo nome de Nádia, Bruna e Pâmela, e pelo codinome Top 5, as quais, desde a graduação, têm me feito sentir melhor comigo mesmo, me incentivado e me ajudado a seguir meus sonhos e aspirações. As conversas jogadas fora, as brincadeiras e discussões sem sentido a respeito de super-heróis, com vocês, me fazem sentir mais leve e me ajudaram (e continuam ajudando) a passar pelos momentos de maiores tensões causados, entre outros motivos, pelo processo do mestrado. Agradeço também a vocês pela ajuda com a leitura e revisão deste texto.

Agradeço, de modo especial, à minha amiga e colega Hevellyn (outro exímio exemplar de mulher goiana forte, valente e honrada), também integrante do Top 5, que, mesmo em meio às suas próprias preocupações, sempre se mostrou (e continua se mostrando) disposta a ajudar quem quer que seja. Agradeço a ti, Hevellyn, pelas nossas conversas nos momentos em que tudo o que eu precisava era de uma pessoa com quem conversar, de uma pessoa para me apoiar e me entender da forma que eu gostaria de ser entendido. Como já disse em outra oportunidade, minhas conversas com a Hevellyn sempre me dão um quentinho no coração e isso é uma das coisas que mais prezo no mundo. Dias atrás, constatamos que “estamos os dois ficando loucos” e considereei isso como algo positivo, afinal, ficar doido com a Hevellyn é uma honra.

Agradeço aos meus amigos e amigas, os quais não nomearei aqui por medo de, ao acaso, esquecer de algum, por estarem sempre comigo e me fazerem rir quando tudo o que eu queria era surtar e “chutar o pau da barraca”. Vocês têm um lugarzinho especial no meu coração e esta pesquisa não teria sido a mesma sem o apoio de vocês.

Agradeço aos meus colegas do TECCER, pela troca de conhecimento que tivemos durante esses dois anos. Em especial, agradeço à Sarah, à Rozângela, à Denise e à Yara, por serem, além de colegas, minhas amigas. Que estejamos juntos em mais momentos, para podermos conversar e rir aos modos como fazíamos, antes do fim do mundo, na lanchonete da UEG.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Ewerton de Freitas Ignácio, por estar me acompanhando desde a graduação, fazendo surgir em mim um gosto pela pesquisa e pela

Literatura. Agradeço pelas aulas de Literatura da graduação, perfeitamente ministradas, que acenderam em mim uma fagulha de encantamento pela “arte das palavras”. Agradeço pelas orientações, pela dedicação e esforço em me mostrar os melhores caminhos a seguir na pesquisa. Agradeço pelas conversas aleatórias e, o mais importante, pela sua amizade.

Agradeço aos professores do TECCER, pelo conhecimento compartilhado por cada um. Em especial, agradeço ao professor Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira, pela leitura cuidadosa deste trabalho desde sua concepção nas aulas de Seminários de Pesquisa, até agora, e pelas considerações valiosas. Agradeço, também, ao professor Dr. Ademir Luiz da Silva, pelo incentivo dado em nossas conversas nas disciplinas de Literatura, História e Audiovisual no Cerrado e Escrita Criativa e Literatura no Cerrado, e pela leitura deste trabalho.

Agradeço à professora Dra. Émile Cardoso Andrade, pela disponibilidade em ler e contribuir, desde o Seminário de Aprimoramento, com este trabalho. Sua alegria e jovialidade, sua inteligência e discernimento passaram a me inspirar desde o nosso primeiro encontro – on-line, infelizmente.

Agradeço à Universidade Estadual de Goiás, que tem sempre me acolhido nessa minha jornada.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, por propiciar este estudo por meio da bolsa de pesquisa.

\*\*\*

Agradeço, por fim, a Deus, afinal, sem sua aprovação, nada disso teria acontecido e nada do que escrevi acima teria sentido.

*Eu vim do pó – sou irmão do verme,  
Eu vim do nada – e dele quero ser,  
Quando a morte transformar-me,  
O Ser do Ser...  
Sou lama – sou lodo – sou poeira  
E nada mais no mundo posso ser!...  
Eu vim do pó – sou nojento e imundo,  
Eu vim do nada e a ele hei de volver...  
Não desejo mais nada deste mundo,  
Só espero morrer.*

*Antero da Costa Carvalho*

## RESUMO

Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar os modos como o coronelismo, a honra e a infâmia são representadas no romance *Herança de Sangue: um faroeste brasileiro*, de 2012, do autor contemporâneo Ivan Sant'anna. Para tanto, pautamo-nos metodologicamente na pesquisa bibliográfica a respeito dos conceitos pertinentes à pesquisa, utilizando o aporte teórico de estudiosos como Leal (1997), Janotti (1992), Queiroz (1976), entre outros, no que diz respeito ao coronelismo; Bosi (2015, 2017), Cândido (2006), entre outros, para tratar sobre questões relacionadas à análise literária; e Oliveira (2012, 2016a, 2016b), Rohden (2006) e Klein (2010), quanto às questões relacionadas à valentia, à honra e à infâmia. Dessa forma, a fase final da pesquisa teve como metodologia a articulação entre as leituras teóricas e a análise do romance. Em *Herança de Sangue*, tem-se a reconstituição de boa parte da história da cidade de Catalão em Goiás, mostrando os modos como a sociedade catalana se constituiu sob a égide da valentia e da exaltação da violência. Percebe-se que o coronelismo retratado no romance em tela apresenta semelhanças com o que foi retratado em outras obras literárias, mas se diferencia desses retratos na medida em que retira o foco da relação coronel-clientela e se concentra na relação coronelismo-violência. Além disso, os limites entre a honra e a infâmia, assim como são tênues na sociedade de um modo geral, se inter-relacionam no contexto coronelista da narrativa. Em um movimento crescente, a violência exaltada por Catalão começa a trair a cidade, tornando-a uma cidade infame, fazendo com que tanto ela quanto seus habitantes sofram com suas consequências.

**Palavras-chave:** Coronel. Literatura Goiana. Valentia. Covardia. Violência.

## ABSTRACT

This research intended to analyze the ways in which coronelismo, honor and infamy are represented in the novel *Herança de Sangue: um faroeste brasileiro*, published in 2012, from the contemporary author Ivan Sant'anna. For this purpose, we are guided methodologically by the bibliographic research regarding the relevant concepts to the research, using the theoretical contribution of scholars such as Leal (1997), Janotti (1992), Queiroz (1976) among others, who treats about coronelismo; Bosi (2015, 2017), Cândido (2006), among others, to address issues related to literary analysis; and Oliveira (2015, 2016a, 2016b), Rohden (2006) and Klein (2010), regarding issues related to bravery, honor and infamy. Thus, the final phase of the research had as methodology the articulation between the theory and the analysis of the novel. In *Herança de Sangue*, there is a reconstruction of a part of the history of Catalão in Goiás, showing the ways in which Catalan society was constituted under the aegis of bravery and the exaltation of violence. It is noticed that the coronelismo portrayed in the novel shows similarities with what was portrayed in other literary works, but it differs from these representations in that it removes the focus from the coronel-clientele relationship and focuses on the coronelismo-violence relationship. In addition, the limits between honor and infamy, just as they are blurred in society in general, are inter-relate in the context of the coronelismo of the narrative. In a growing movement, the violence exalted by Catalão, begins to betray the city, making it an infamous city, making the city and its inhabitants suffer with its consequences.

**Keywords:** Colonel. Literature of Goiás. Bravery. Cowardice. Violence.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	10
CAPÍTULO 1 .....	16
CORONELISMO E VIOLÊNCIA EM GOIÁS .....	16
1.1 Relação entre poder público e privado e a origem do coronelismo no Brasil.....	17
1.2 Troca de compromissos e barganhas políticas no sertão .....	24
1.3 Violência e honra: a relação coronel <i>versus</i> clientela .....	29
1.4 O caso do coronelismo e da violência em Goiás.....	35
CAPÍTULO 2 .....	41
FIGURAÇÕES DO CORONELISMO NA PROSA BRASILEIRA .....	41
2.1 “O avesso do passado”: relações entre literatura e história .....	42
2.2 O coronel nordestino a partir de Graciliano Ramos, Wilson Lins e Jorge Amado	45
2.3 Outros coronéis da prosa brasileira em Mário Palmério, Guimarães Rosa e Érico Veríssimo .....	55
2.4 O coronel de Goiás sob o olhar de alguns autores goianos .....	62
CAPÍTULO 3 .....	69
CORONELISMO, HONRA E INFÂMIA EM <i>HERANÇA DE SANGUE</i> .....	69
3.1 “A vila, que nunca teve dono, passou a ter um”: o coronelismo goiano nu e cru de <i>Herança de Sangue</i> . .....	71
3.2 “Vem ou não vem? Se vem, eu espero. Se não vem, eu vou aí”: os ideais de valentia e hombridade em <i>Herança de Sangue</i> .....	78
3.3 “Para de comer, porque você vai ser fuzilado”: honra e infâmia no sertão .....	87
3.4 “A grande página de sangue não havia sido escrita”: Antero Carvalho e a infâmia de Catalão.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS .....	118

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Foi em outra pesquisa científica realizada durante a graduação, a qual buscava analisar as paisagens urbanas do cerrado, que pude compreender, em romances escritos por autores contemporâneos, as relações entre a representação de espaços urbanos no cerrado goiano e as personagens que neles vivem; mais que isso, foi nessa pesquisa que comecei a dar uma atenção especial à literatura goiana que, até então, era por mim deixada de lado. Naquele momento em especial, procuramos compreender, no romance do premiado escritor Ivan Sant’anna, *Herança de sangue*: um faroeste brasileiro, publicado em 2012, o próprio sujeito urbano goiano, suas características e as condições de sua vida na cidade.

Esse foi meu primeiro contato com as narrativas de Ivan Sant’anna, autor que nasceu em 1940 e é um escritor, ensaísta e roteirista carioca. Escreveu roteiros para produções audiovisuais, como “Carga Pesada” e “Linha direta”, ambos da Rede Globo de Televisão. Formado em Mercado de Capitais pela Universidade de Nova York, trabalhou por muitos anos como corretor das bolsas de valores de Nova York, de Chicago e do Rio de Janeiro. É piloto amador e sempre se fascinou por aviões. Desta paixão surgiram alguns de seus maiores sucessos como escritor.

Seu livro mais conhecido é *Caixa Preta*, publicado primeiramente em 2000, no qual Sant’anna reconstrói três tragédias da aviação brasileira, e que se tornou um *best-seller*. Outros livros de sua autoria são *Plano de Ataque*, de 2006, em que o autor resgata os acontecimentos que culminaram no ataque ao *World Trade Center* em Nova York, em 2001; e *1929*, que trata da quebra da bolsa de valores de Nova York e da Grande Depressão. Com isso, pode-se perceber que, em suas obras, Ivan Sant’anna busca relacionar importantes acontecimentos e épocas históricas com o universo imaginativo da ficção, criando uma identidade literária marcada pelo diálogo bem-feito entre a descrição jornalística, a história e a literatura.

Exatamente nesse universo dialógico é que *Herança de Sangue*: um faroeste brasileiro está inserido. No romance, o autor resgata partes da história assustadora e violenta da cidade goiana de Catalão, onde passou parte da sua infância com os avós paternos, e cria uma narrativa empolgante e descritiva a respeito dessa época. A cidade era considerada, segundo a narrativa de Sant’anna, a mais perigosa do Brasil até meados do século XX, uma vez que foi cenário de terríveis massacres, disputas políticas e rixas de famílias rivais.

Dessa forma, lançando mão de artifícios narrativos comuns tanto da ficção quanto da não-ficção, Sant’anna constrói seu romance de não-ficção aos moldes do que Truman Capote,

conhecido escritor norte-americano, havia feito décadas atrás com seu famoso *A sangue Frio*, publicado inicialmente em 1966, que retrata o assassinato da família Clutter no estado do Kansas, em 1959. Na sua *Herança de Sangue*, Sant’anna compõe uma narrativa ao mesmo tempo pesada, repleta de violência, sangue e mortes, e sensível, de modo a explicitar os estados de espírito das personagens cujas vidas eram pautadas pelo código de honra de Catalão.

Na pesquisa empreendida na graduação, foi possível notar que o autor reconstrói em seu romance a história conturbada da cidade de Catalão, no interior goiano, passando por diversos períodos marcados pela violência desmedida utilizada pelos grandes chefes políticos da época para a manutenção da sua reputação e de seu poder na cidade. Mais que isso, traçou-se considerações a respeito dos modos por meio dos quais a representação da cidade e da violência no espaço cerratense goiano dialogou com as personagens e com o contexto maior da cultura.

Embora esse não tenha sido o foco maior da pesquisa, pudemos perceber também que a violência muitas vezes estava diretamente relacionada ao coronelismo e, conseqüentemente, a uma busca pela conquista da honra e do respeito. No romance de Sant’anna existe o que podemos chamar de uma coletânea de personagens marcantes, os quais são caracterizados na maioria das vezes a partir de sua relação com a violência. Como Borges, na sua *História Universal da Infâmia*, de 1935, Ivan Sant’anna, em *Herança de Sangue*, resgata personalidades, neste caso, do cerrado, e as transforma em personagens cujas vivências, pautadas pela violência e pela bravura características de Catalão, são delineadas e (re)construídas a partir da relação tênue entre coragem e covardia, entre a honra e a infâmia.

Se em Borges (2012) as personalidades resgatadas têm suas vivências pautadas entre a coragem e a covardia, entre moralidade e oportunismo, entre a dignidade e a impostura, em Sant’anna os habitantes de Catalão vivem de acordo com a regra segundo a qual a honra geralmente só podia ser conquistada por quem tinha “coragem” de resolver suas pendências à bala ou à faca, uma vez que a honra maculada devia ser sempre lavada com sangue. Assim, levar desaforo para casa parecia ser uma atitude impensável – e inconcebível – para a população da época, sobretudo para os homens.

Nesse contexto, a má reputação era algo desprezível – e temível, visto que a falta de coragem e pulso firme para resolver suas questões era motivo de descrédito e de vergonha por parte dos moradores do sertão. Além disso, não raro presenciamos trechos da narrativa em que diversas personagens praticam ações infames que, no contexto narrativo em questão, contribuem para manchar a imagem tanto dos habitantes como da cidade em si: um assassinato a sangue frio, chacinas ou até mesmo prisões e torturas exageradas (para os padrões definidos na narrativa). Assim sendo, contrária à imagem da honra e do respeito, surge no sertão a imagem

da infâmia, aqui brevemente definida como a tomada de atitudes controversas que revela, na personagem infame, uma face moralmente monstruosa.

Dessa forma, delineamos, durante as leituras feitas, alguns momentos da narrativa de Sant'anna em que o coronelismo está presente, ditando as atitudes e ações de muitas personagens do romance. Nesse sentido, pretendemos dar continuidade na análise da narrativa de *Herança de Sangue* com o intuito de responder à seguinte pergunta: “como se dá a representação do coronelismo em *Herança de Sangue*, de Ivan Sant'anna, levando em conta a presença da violência no período retratado pelo autor e de questões relacionadas à honra e à infâmia?”.

Pensamos na hipótese de que a representação do coronelismo em *Herança de Sangue* se diferencia das muitas abordagens sobre o assunto na medida em que são inseridos aspectos mais relacionados às individualidades dos que viviam no contexto coronelista, como os códigos que regiam suas vivências. Além disso, por se tratar de conceitos com definições que levam em conta múltiplos aspectos da cultura e da vivência de um povo, pensamos que, dadas as características históricas e culturais do período em que se passa o romance, haverá certa ambiguidade na caracterização das personagens violentas como pessoas honradas e/ou pessoas infames, em virtude provavelmente da ambiguidade também existente na realidade.

Acreditamos que muitos foram os estudiosos da literatura que se propuseram e ainda se propõem a estudar aspectos concernentes às produções literárias de autores goianos. Albertina Vincentini (1986, 1997, 2010) aborda questões relacionadas ao romance histórico e ao regionalismo na literatura goiana; Átila Silva Arruda Teixeira (2010, 2015), em seus trabalhos, discute questões relacionadas à representação do sertão nas obras de Hugo de Carvalho Ramos e de Bernardo Élis; Nelly Almeida (1985) também analisa a prosa de quatro grandes regionalistas, quais sejam os já citados Bernardo Élis, Hugo de Carvalho Ramos e Carmo Bernardes, além do escritor Mário Palmério. Nesse sentido, vale citar também o artigo de Maria Amélia Garcia Alencar (2012), que expande as fronteiras do cerrado e analisa a representação do sertanejo na literatura, por meio das obras *Os sertões*, de Euclides da Cunha; *Tropas e Boiadas*, do goiano Hugo de Carvalho Ramos; e *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa.

No entanto, pouco foi estudado em se tratando da análise da relação entre a violência no sertão e as representações do coronelismo em Goiás, além da presença de um possível código de honra que ditava como deviam se portar os habitantes desses sertões. Menos recorrentes, ainda, são os estudos literários que buscam compreender como conceitos como os de violência, de honra e de infâmia foram e estão sendo representadas em textos literários cujo pano de fundo seja o estado de Goiás no início do século XX.

Destaca-se, nesse caso, o recente estudo de Tálliton Túlio Rocha Leonel de Moura, *A fronteira de sangue: História e Literatura nas representações da violência em Goiás na passagem dos séculos XIX e XX*, de 2015, no qual o autor procurou compreender, a partir da perspectiva dos estudos de fronteira, como a violência no estado foi representada na História e na Literatura. Para tanto, o autor fez um levantamento bibliográfico de obras que versavam sobre a violência em Goiás e o coronelismo, e selecionou alguns textos literários com a mesma temática, entre eles, o foco de estudo da presente dissertação, *Herança de Sangue*.

Importa-nos ressaltar, nesse caso, alguns apontamentos que o autor faz sobre a violência em Goiás, que servem de norteamento para o trabalho realizado aqui. Para Moura (2015), a violência não era, como muitos pensam, restrita apenas às classes dominantes, utilizadas como instrumento de coerção. A violência era “um capital simbólico que permitiu organizar a sociedade, tanto em seu aspecto econômico como social, e que as classes subalternas, até então esquecidas pelas visões puramente estruturais, também partilhavam desse jogo de poder” (MOURA, 2015, p. 12).

Além disso, o autor, ao analisar o perfil de Catulino Antônio Viegas, personalidade que esteve presente em alguns dos acontecimentos mais violentos do estado de Goiás, tece considerações a respeito da importância da moral, da coragem e da valentia no sertão. É nosso interesse analisar, mais a fundo, como a moral, a coragem e a valentia se configuravam no cerrado e como elas foram representadas na literatura pela pena de Ivan Sant’anna. Na última parte de sua dissertação, Moura analisa algumas obras literárias a fim de compreender, partindo das perspectivas dos estudos de fronteira, como a violência se figura nelas.

Chegando ainda mais fundo nessa temática, da situação de fronteira do cerrado e suas representações na Literatura, encontra-se o estudo de Raphael Martins Ribeiro, *Far-centro-oeste: fronteiras e figurações de faroeste em Herança de Sangue e Cidade Livre*, de 2017. Nele, o autor busca compreender *Herança de Sangue* e *Cidade Livre*, do escritor João Almino, publicado em 2010, como faroestes específicos do cerrado. Em outras palavras, Raphael Ribeiro analisa, partindo das noções da cultura norte-americana, os dois romances, buscando comparar em que medida as narrativas de faroeste do cerrado se assemelham e se distanciam das narrativas (escritas e cinematográficas) norte-americanas.

Assim, Ribeiro dedica um capítulo para analisar as características narrativas de *Herança de sangue*, com o intuito de evidenciar os motivos pelos quais ele chama o romance, juntamente com *Cidade Livre*, de faroeste específico do cerrado. O autor conclui em seu estudo que o fio condutor da narrativa de Sant’anna é o código de honra da cidade de Catalão, reiterando nossa hipótese de que as personagens do romance geralmente agem a partir desse código de honra.

O que podemos chamar de clímax em *Herança de Sangue* é o linchamento público de Antero Carvalho no centro da cidade de Catalão. Esse mesmo acontecimento foi foco do estudo de Jaciely Soares da Silva, qual seja *Violência e Religiosidade Popular em Catalão-GO: a construção da santidade de Antero 1932-2012*, de 2015. Nesse trabalho, a historiadora busca compreender como se deu a construção da manifestação religiosa em torno da imagem de Antero, assassinado brutalmente na cidade.

Durante o trabalho, a autora tece considerações a respeito de Antero de Carvalho e de pessoas próximas a ele, as quais também estão presentes no universo ficcional de Ivan Sant'anna. Silva, por meio de uma extensa pesquisa bibliográfica em textos históricos e literários, entre eles *Herança de Sangue*, reitera a imagem pacífica do homem, apesar do passado misterioso: “as obras memorialistas e os romances aqui pontuados favorecem a construção do personagem como homem bom, não questionando seu passado, mas somente o que ele fez desde o dia que chegou à cidade de Catalão” (SILVA, 2015, p. 49). *Herança de Sangue*, nesse sentido, é uma das obras que favorecem a construção da imagem benéfica de Antero.

Diante de tudo o que foi apresentado, temos como objetivo principal deste trabalho compreender como os conceitos de coronelismo, violência, honra e infâmia estão representados em *Herança de Sangue*, bem como analisar as implicações disso no contexto das experiências pessoais das personagens do romance. De modo específico, também pretendemos compreender como o coronelismo ocorreu no Brasil e, especialmente, em Goiás, de modo a analisar as implicações disso na narrativa analisada; entender o contexto em que *Herança de Sangue* foi produzido e as consequências e implicações disso na narrativa de Ivan Sant'anna; conhecer os conceitos de honra e de infâmia, bem como os de violência, de coragem e de covardia, a fim de analisar como eles se apresentam na obra analisada e como eles se relacionam com o contexto do coronelismo.

Para tanto, pautamo-nos no estudo bibliográfico e na articulação entre as leituras teóricas e a análise do romance. Dedicamo-nos à leitura de livros e artigos teóricos que versavam sobre temas relevantes à pesquisa, como o coronelismo de um modo geral e o coronelismo em Goiás, a presença da violência no contexto coronelista em Goiás; textos sobre análise literária e particularidades da narrativa; e, por fim, textos que tratam da análise da violência na literatura.

Assim, no **primeiro capítulo**, discutimos a respeito das configurações do coronelismo no Brasil, e no contexto específico de Goiás, bem como verificamos a presença da violência e de códigos de honra nos locais onde esse fenômeno ocorreu. Não pretendemos fazer uma

definição do coronelismo, visto que muitos outros trabalhos já o fizeram; nosso foco, nesse capítulo, é revisitar o conceito de coronelismo, perceber o contexto político e social que propiciou o surgimento desse sistema no país, e entender os modos de atuação do coronel no Brasil e em Goiás.

No **segundo capítulo**, apresentamos, por meio de uma revisão bibliográfica, como o coronelismo foi tratado na literatura brasileira e goiana. Nesse capítulo, apresentamos também uma breve discussão a respeito das relações entre Literatura e História, e mostramos, por meio de estudos e de trechos de narrativas, algumas figurações do coronelismo na literatura brasileira e goiana. Nosso intuito foi o de poder, a partir desse panorama feito, relacionar o romance de Sant'anna e sua abordagem do coronelismo com a de outras obras literárias brasileiras.

Por fim, o **terceiro capítulo** trata da análise do romance propriamente dito, no qual analisamos os modos como o coronelismo, a violência e outros conceitos pertinentes à pesquisa são tratados no contexto narrativo do romance em tela. Dessa forma, pudemos compreender como o coronelismo, a violência, a honra e a infâmia estão representadas em *Herança de Sangue*, bem como analisar as implicações disso no contexto das experiências pessoais das personagens do romance e no contexto social e histórico de Goiás e da cidade de Catalão.

# CAPÍTULO 1

## CORONELISMO E VIOLÊNCIA EM GOIÁS

O coronelismo é um fenômeno que tem ocorrido no Brasil desde a Primeira República, período que vai da Proclamação da República, em 1889, até a Revolução de 1930, quando se inicia o regime ditatorial de Getúlio Vargas. Esse fenômeno foi importante para a constituição política do país, principalmente por causa de suas características específicas e, mais que isso, de suas consequências, por assim dizer, na vida política do país, na qual ainda se notam características nas configurações de poder próprias do coronelismo.

Visto isso, nota-se que grande é o número de estudos que buscaram analisar e compreender o coronelismo no Brasil, em que cada estudioso segue uma abordagem e, quase sempre, tem como foco de estudo um dos fatores determinantes do coronelismo. Em se tratando dos estudos realizados sobre esse assunto, um dos mais importantes, sem dúvidas, é *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, de Victor Nunes Leal, publicado inicialmente em 1948.

Nessa obra, Leal se dedica a fazer um histórico de como foram constituídos os municípios no Brasil, para verificar a hipótese de que, desde o período colonial, passando pelo Império, até a Primeira República, o poder público nunca atuou efetivamente nos sertões do país. O autor, então, procura explicar o surgimento do coronelismo no contexto nacional, bem como demonstrar algumas de suas características principais. Para o autor (1997), apesar da fraqueza do poder do Estado nos sertões, o coronelismo só surge quando o poder público se intensifica e se torna forte, ao contrário do poder dos senhores de terra, que estava em decadência.

Maria de Lourdes Monaco Janotti também merece destaque. Em 1981, a historiadora publicou *Coronelismo: uma política de compromissos*, no qual discute a respeito de uma das principais características do sistema coronelista, qual seja a aliança entre atores políticos baseada em troca de favores e de compromissos. Para isso a autora também discorre sobre a origem do coronelismo a fim de analisar os modos como se deram essas alianças entre os coronéis e o poder público.

Vale mencionar também o ensaio de Maria Isaura Pereira de Queiroz, intitulado de “O coronelismo numa interpretação sociológica”, que integra o livro *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (1976). Nesse ensaio, a autora utiliza-se da sociologia para

analisar a complexidade das relações pessoais e sociais dos indivíduos que vivenciavam o coronelismo, fossem eles os coronéis ou a população pobre.

Dessa forma, neste capítulo, não temos a pretensão de explicar o coronelismo no Brasil e em Goiás, uma vez que a grande quantidade existente de estudos já consegue fazer isso por si só. Aqui, pretendemos revisitar o conceito de coronelismo, o contexto político e social que propiciou o surgimento desse sistema no Brasil, assim como os modos como o coronelismo aconteceu (e acontece) no país e, mais especificamente, no estado de Goiás, cenário em que se passa o enredo de *Herança de Sangue*.

Buscamos também relacionar os conceitos de coronelismo e de violência, bem como perceber, se tem, menções às noções de honra e de infâmia nos estudos que tratam do sistema coronelista, com o intuito de mostrar as particularidades desse fenômeno no território goiano. É nosso foco, neste capítulo, de modo geral, perceber como o coronelismo e a violência inata desse sistema político têm sido entendidos pela historiografia, de modo a propiciar uma análise comparativa da forma como esse sistema está representado na literatura de modo geral assim como no romance em tela.

### **1.1 Relação entre poder público e privado e a origem do coronelismo no Brasil**

Basicamente, e o mais comum a se pensar quando tratamos desse assunto é que o coronelismo se caracteriza por um momento na história brasileira em que poder privado e poder público conviveram, em determinados locais, por meio de trocas de favores e compromissos. Entretanto, como veremos a seguir, esse fenômeno é mais complexo que isso, pois seus desdobramentos e configurações pressupõem muito mais que uma simples convivência entre esses dois poderes.

Desde a colonização, quando as terras onde hoje é o Brasil se tornaram Colônia portuguesa, as circunstâncias sempre propiciaram a proeminência do poder privado sobre um frágil e desarticulado poder público. Ainda em tempos de Colônia, já era possível notar a dificuldade de controle da Coroa sobre o território brasileiro em detrimento de um aumento cada vez maior do poder de senhores que, cada um em seu contexto pessoal e social, já adquiriam grande notoriedade onde viviam.

Em seu livro *O coronelismo: uma política de compromissos*, publicado inicialmente em 1981, a historiadora Maria de Lourdes Monaco Janotti reitera essa característica bastante comum no país, qual seja a herança colonial do destaque do poder privado no Brasil. Para a autora, o modo como a Colônia se organizava e as características do governo da Coroa

propiciavam o crescimento do poder privado, uma vez que o poder público era desorganizado, as comunicações entre a Metrópole e a Colônia eram precárias e o funcionalismo real era muito propício à corrupção (JANOTTI, 1992).

Outros importantes autores que tratam sobre o coronelismo salientam essa característica na organização política colonial no Brasil, assim como sua importância para o surgimento do sistema coronelista. Victor Nunes Leal (1997), por exemplo, em seu famoso livro já mencionado anteriormente, discute que a origem do coronelismo está diretamente relacionada com a origem dos municípios no país e suas atribuições. Ainda na Colônia, existiam as câmaras municipais, as quais, apesar de serem subordinadas à administração central e, portanto, à Coroa, eram marcadas pela presença do poder privado.

Não eram raros os momentos em que a Colônia necessitava de alguma decisão importante por parte da Coroa, assim como, não eram raras as situações em que as pessoas mais influentes das sociedades formadas no Brasil colonial tiveram que, por si só, tomarem decisões na falta de comunicação com a administração central. Mais que isso, havia momentos em que as decisões tomadas pela Metrópole acabavam chegando obsoletas, em virtude do tempo gasto na comunicação entre Colônia e Metrópole.

Essa situação piorava bastante quando falamos nas localidades mais afastadas do litoral. Se a distância entre Lisboa e o litoral brasileiro já era grande, nos territórios afastados, como o caso de Goiás, ela praticamente dobrava. Em trabalho publicado em 2012, o historiador Fernando Lemes citou como exemplo um relato da viagem empreendida pelo governador Álvaro José Xavier Botelho de Távora, conhecido pela alcunha de conde de São Miguel. Lemes (2012) salienta as muitas dificuldades existentes a partir do desembarque no litoral, como as influenciadas pelos aspectos geográficos e climáticos, e as dificuldades causadas pela falta de meios de locomoção na época. Por fim, o autor mostra que, em geral, as viagens duravam cerca de três meses a partir do litoral, ou seja, o mesmo tempo que duravam as viagens de Lisboa ao Rio.

Sobre essa distância, o historiador francês Laurent Vidal (2015) sugere a existência, nas regiões centrais do Brasil, de um tempo de espera, que condicionava as ações da Coroa nessas regiões. Vidal (2015) também aponta que, em Goiás, mais precisamente em Vila Boa, capital da capitania, esse tempo de espera atingia diretamente a política local, uma vez que ele obrigava os atores políticos da vila a anteciparem respostas e a tomarem decisões com base nessas respostas antecipadas.

Era possível observar, dessa forma, que muitas das decisões da Coroa chegavam obsoletas e/ou não condiziam com o contexto em que se encontrava a Colônia<sup>1</sup>. Havia, assim, discrepâncias em relação às ordens de Lisboa e o que de fato acontecia no Brasil. Essas divergências eram motivadas, principalmente, “pelo desconhecimento das reais condições do Brasil, observáveis nas Ordenações vindas de Portugal” (JANOTTI, 1992, p. 15-16). Para Janotti (1992, p. 16), esse fato contribuía para que os funcionários da Coroa e os encarregados nas Câmaras extrapolassem sua esfera de poder, aumentando suas atribuições, “exercendo sufocante domínio sobre o restante da população”.

Era inegável o abuso de poder realizado pelas Câmaras, tomando como base a lei ou não. Entretanto, Leal (1997, p. 84) também aponta para o fato de a Coroa, não raro, legitimar ações arbitrárias exercidas pelos senhores de terra por meio da Câmara: “legalizava-se, assim uma situação concreta, subversiva do direito legislado, mas em plena correspondência com a ordem econômica e social estabelecida nestas longínquas paragens”.

Além disso, mesmo não relacionados diretamente com as câmaras e, conseqüentemente, com o cenário político nessas capitâneas afastadas, os mandatários locais também tinham a oportunidade de tomar decisões sobre os acontecimentos em seus domínios locais, fossem eles quais fossem. No caso goiano, por exemplo, assim como em outros locais de mineração no país, esses indivíduos eram os senhores rurais, da mesma forma que, no Nordeste, esses mandatários costumavam ser os senhores de engenho, e assim por diante.

Assim, Leal (1997), ao fazer a análise da situação política da Colônia, salienta que essa legitimação do poder privado era inevitável, pois o Rei era impotente, ou se mostrava impotente, diante dos mandos locais de cada senhor em cada região da Colônia, da mesma forma que a população desses lugares, em sua grande maioria pobre e dependente, o era. Para os moradores locais, essa influência era ainda maior, já que sua “situação era de inteira dependência da nobreza fundiária” (LEAL, 1997, p. 84).

Assim, surgia uma espécie de elite no país, marcada pelo uso da influência que tinha sobre pessoas menos abastadas para satisfazer seus desejos e ambições. Conforme entendimento de Janotti (1992, p. 18-19),

---

<sup>1</sup> Um bom exemplo dessa situação, que elucida as decisões obsoletas da Coroa em relação aos confins do Brasil, é a morte do governador de Goiás, João Manoel de Melo, que governou o estado de 1759 a 1770. Resumidamente, “enquanto esperavam [a elite goiana] por uma decisão do monarca, conscientes do intervalo de tempo do qual dispunham, moviam-se por entre as brechas, nos espaços intermediários da espera, preenchendo o vazio de poder deixado pela morte do principal representante da Coroa” (LEMES, 2012, p. 122-123). Dessa forma, quando a decisão do Rei chegou em território goiano, após um considerável tempo de espera, já haviam reunidos todos os homens bons de “governança” e criado uma Junta Provisória, que, a título de observação, fora extremamente criticada pelo monarca português (Cf. LEMES, 2012).

no fim do período colonial a produção açucareira já havia consagrado o mando do senhor de engenho; a criação de gado, no sertão, cristalizara a autoridade do criador; o financiamento das safras e as operações de exportação aumentavam a riqueza do comerciante e a dependência do senhor de terras em relação aos capitalistas. Os grandes proprietários, aliados aos grandes comerciantes, vinham formando, neste processo, a futura classe dominante do Brasil independente.

Nesse contexto, formava também uma classe dominada, sujeita a esses poderosos locais. Essa classe era composta por escravos e negros e pardos livres que, de uma forma ou de outra, dependiam economicamente das decisões, dos mandos e desmandos, dos grandes proprietários de terra. Dessa forma, percebe-se que as raízes do coronelismo são muito mais profundas do que uma análise superficial poderia propor, uma vez que as bases do sistema coronelista, como conhecemos hoje e que foram determinantes no cenário político da Primeira República, deixando resquícios de seu funcionamento até nos dias de hoje, surgiram ainda em tempos de Colônia e foram se constituindo como tal com o tempo no Brasil Imperial.

Sobre isso, é consenso entre autores o fato de o Estado, desde tempos coloniais, ser ineficiente em atender a toda a Colônia (JANOTTI, 1992; LEAL, 1997). Leal (1997, p. 86) salienta, dessa forma, a

insuficiência do aparelhamento administrativo no território extenso, inculto e quase despovoado, ou seja, a fraqueza do poder público. Em outras palavras, o fator básico dessa situação era o isolamento em que viviam os senhores rurais, livres, portanto, de um elemento efetivo de contraste de sua autoridade.

Assim, livres e isolados nos sertões do país, onde o olhar do poder público, por causa da falta de instrumentos eficazes, não chegava, os senhores de terra estavam em uma situação privilegiada que propiciava um domínio sobre o povo e sobre os representantes do Estado em seu território particular. Território esse demarcado por meio de acordos tácitos, uma vez que a influência e o domínio desses senhores se estendiam além das fronteiras de suas terras, chegando às vilas e a outros núcleos urbanos.

Diante desse contexto, observa-se, então, uma reação da Coroa, no intuito de frear os domínios do poder privado na Colônia. É interessante notar que essa reação não necessariamente tinha esse intuito principal, já que o desenvolvimento mercantil da Colônia brasileira e outros acontecimentos, como as invasões holandesas do século XVII, já colocavam em evidência a desorganização portuguesa e a fraca administração do Estado Português no Brasil. Entretanto, a Coroa também percebeu que os interesses dos colonos já não mais correspondiam a seus próprios interesses:

enquanto os interesses da nobreza rural deixavam ampla margem aos da Metrópole e esta não se achava em condições de exigir mais, o poder privado encontrou aprovação e estímulo por parte da Coroa; mas esta passou a censurar, conter e punir súditos independentes, quando os interesses de uma e outros entraram a colidir mais violentamente e o Rei já estava em situação de não suportar insolências (LEAL, 1997, p. 88).

Vale ressaltar que essa reação propriamente dita ocorreu lenta e paulatinamente. Houve, de certa forma, uma série de acontecimentos que fizeram com que houvesse o fortalecimento do poder público. Podem ser citados, nesse caso, a transferência da Corte para o Brasil e, por fim, a independência do país. Leal (1997), nesse sentido, atenta-se para o fato de que, se era a falta de informações e conhecimento a respeito do contexto social da Colônia o problema de Portugal em relação ao Brasil, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro foi a oportunidade de o Rei ficar a par do que, de fato, acontecia na Colônia. O que acontece, na verdade, é a intensificação dos movimentos que culminaram na independência do Brasil.

Com a Constituição de 1824, surge no, agora, Império Brasileiro, um novo elemento na vida política do país: as eleições que tinham como objetivo escolher os membros dos Conselhos Gerais nas províncias, bem como da Câmara e do Senado (JANOTTI, 1992). Para a autora, esse fator serviu para o fortalecimento do poder dos senhores de terra, uma vez que eles eram quem faziam, a nível local, a triagem, por assim dizer, dos eleitores que eram qualificados para votar. Assim, “o autoritarismo local, mais a força eleitoral, fazem com que já se identifiquem várias atividades tipicamente coronelísticas, nos inícios do segundo Reinado” (JANOTTI, 1992, p. 20).

Segundo Leal (1997), houve, também, nesse contexto, uma proeminência dos presidentes de província e de sua importância política no país e, mais especificamente, nas suas respectivas províncias. Essa foi a tentativa mais bem-sucedida de fortalecimento do Estado. O autor ainda aponta para o fato de que, com a independência, as câmaras “ficaram submetidas a um rígido controle exercido pelos conselhos gerais, pelos presidentes de província e pelo Governo Geral” (LEAL, 1997, p. 93), numa tentativa de centralização do poder público e, conseqüentemente, de maior controle estatal sobre todo o Brasil.

Apesar disso, o poder público, cada vez mais fortalecido, continua não conseguindo atender a todos os locais do país, o que configura a base para a continuação do poder dos mandatários locais. Nesse ambiente, em que o Estado não consegue atingir e atender apropriadamente a todas as partes do país, surgem pelo menos dois fatores determinantes para a constituição do coronelismo no Brasil. Primeiramente, a população interiorana e dependente

dos senhores de terra passa a ver esses senhores como intermediários entre a população e o Estado. Em segundo lugar, essa ineficiência do Estado frente às suas designações em determinados locais contribuiu para que surgissem no país muitos movimentos revolucionários, fossem contra ou a favor da centralização política. Seguindo esse raciocínio, Janotti (1992) salienta que o coronelismo surge em um contexto de insurreição e revoltas, extremamente propício para a união do governo, agora em ascensão por causa dos fatores já mencionados, com o poder privado, menos forte que antes, representado pelas classes dominantes locais, contra os revoltosos populares.

É nesse momento que é selada uma aliança entre o poder central e o poder local, para que ambos os lados saíssem ganhando com essa aliança. Para a autora,

o Estado usava o exército e a força particular para manter a ordem escravocrata e a integridade territorial, fechando os olhos aos abusos perpetrados pelo poder local. As classes dominantes uniam-se ao sufocar discordâncias ou rebeliões, das classes dominadas, que denunciavam a asfíxiante atmosfera dessa sociedade injusta e violenta (JANOTTI, 1992, p. 23-24).

Destaca-se a questão da defesa da integridade territorial citada pela autora como um dos elementos que instaura o coronelismo oficialmente no país, uma vez que é também, na tentativa de manter o país unido, no período regencial do Brasil, enquanto o trono era ocupado por D. Pedro II com 6 anos de idade, que é criada a Guarda Nacional. Com isso, há a distribuição de patentes de coronel aos homens do reino, com o intuito de defenderem a integridade nacional nos locais afastados da capital brasileira. Janotti (1992), bebendo da fonte de outros autores citados neste trabalho, lembra que, no fim das contas, o título de coronel passou a se desvincular da ordem militar, tornando-se o título dos grandes proprietários de terras do interior do país.

Dessa maneira, Leal (1997) defende a ideia de que o coronelismo é mais que a expressão do poder privado simultaneamente com o poder público. Esse fenômeno, para o autor, não é apenas a confirmação do poder privado, mas, antes de tudo, a decadência desse poder. E, depois do que pôde ser observado nas considerações acima, observam-se bastante indícios disso, uma vez que, após a independência do país, o governo central tornou-se cada vez mais forte e atuante na política brasileira, embora houvesse uma incapacidade de atingir certos lugares.

Vale ressaltar, portanto, que, entre outros motivos, é em virtude dessa incapacidade do Estado brasileiro em exercer suas funções de forma eficaz que o governo se sujeita a essa aliança com o poder local. Constitui-se, assim, o coronelismo como uma troca de favores em que ambos os poderes adquirem favores.

Por enquanto, é interessante notar que o sistema coronelista funciona como um meio de conservação do “resto” do poder privado já enfraquecido (LEAL, 1997). Ora, as atribuições das câmaras municipais, onde os senhores de terra tinham mais influência, já tinham sido diminuídas e submetidas ao controle do governo estadual. Todos esses acontecimentos convergiam diretamente para um ambiente propício de criação de alianças entre os dois poderes, a fim de que ambos continuassem existindo fortalecidos, até certo ponto.

Um outro elemento, em consonância com as questões de atuação do poder público do Estado e do poder privado exercido pelos coronéis, é fundamental para compreender o sistema de barganha e favores do coronelismo. É exatamente a dependência do trabalhador, muitas vezes analfabeto, ao senhor de terra, que incitou a relação de compromissos com o poder público. Leal (1997) aponta, seguindo essa ótica, que a abolição da escravatura e o início da República deram ainda mais relevo ao voto, que já vinha sendo focado desde antes, com a criação das assembleias constituintes. Agora, aberto a mais pessoas, contribuía para que os trabalhadores das grandes propriedades de terra, os quais já eram dependentes dos senhores desde antes da abolição, se tornassem também dependentes no que diz respeito às eleições.

Nesse sentido, o autor salienta que a chave para a compreensão desse fenômeno é o compromisso entre os poderes (LEAL, 1997). Essa afirmação é corroborada pelo estudo de Janotti (1992), cujo objetivo principal era analisar a política de compromissos empreendida entre diversos elementos durante o coronelismo. Esse assunto, qual seja a troca de favores e de barganhas entre Estado, coronéis e a população interiorana, será tratado com mais relevo na próxima seção.

Resta-nos, agora, concluir que o coronelismo é mais do que um simples sistema em que poder público e poder privado correlacionaram no país. Mais que isso, é um sistema complexo, com muitos atores atuando em distintos contextos, caracterizando-se assim como um fenômeno repleto de nuances. Entretanto, o que pode ser tomado como consenso entre os estudiosos é a origem colonial e imperial do coronelismo, apesar de sua ocorrência propriamente dita na Primeira República.

Foi possível perceber, até aqui, que, por causa das características sociais e políticas do Brasil colonial e, depois, do Império Brasileiro, surgiu um ambiente propício para o início de um sistema político em que poder público e poder privado, representado pela antiga elite rural do país, convivessem juntos em uma aliança baseada na reciprocidade. Como veremos, o coronelismo é marcado por algumas características, como a troca de favores entre os atores políticos e a relação complexa entre o coronel e sua clientela.

## 1.2 Troca de compromissos e barganhas políticas no sertão

Pode-se pensar o coronelismo, de forma simplista, como uma troca de favores do poder público, fortalecido por causa de uma série de acontecimentos, com o poder privado, conseqüentemente cada vez mais fraco. Entretanto, como veremos a seguir, o sistema de troca de favores incluía muito mais elementos que apenas os coronéis e os representantes do governo; a classe dominada também era importante nesse contexto de barganhas e troca de favores.

Essa ideia é defendida por Maria Isaura Pereira de Queiroz em seu ensaio “O coronelismo numa interpretação sociológica”, publicado em 1976. De toda forma, por questões metodológicas, faz-se necessário analisar esse sistema de trocas de forma mais geral, para depois entendermos a importância de todos os envolvidos no sistema complexo do coronelismo, marcado, principalmente, pela reciprocidade entre atores políticos.

Segundo a definição de Victor Nunes Leal, o coronelismo é o

resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos de nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1997, p. 40).

Nesse sentido, o coronelismo liga-se à manutenção da dominação do poder privado, concentrado primordialmente nas mãos dos proprietários de terra, cuja ancestralidade na maioria dos casos remonta ao período colonial. Além disso, esse sistema político requer certa reciprocidade entre o poder privado e o poder público que, por meio de trocas de favores e de acordos não escritos, permite que tais poderes consigam satisfazer suas vontades.

Seguindo esse raciocínio, o autor ainda reitera que o coronelismo se assenta na fraqueza do dono de terras que está iludido com o prestígio do poder que lhe é atribuído pelo poder público e na fraqueza desamparada da população (LEAL, 1997). De fato, de forma resumida, essas são as bases do compromisso coronelista: a atribuição de poder por parte do Estado aos coronéis e a influência destes sobre uma população desfavorecida e dependente. Se por um lado o poder público necessita dos coronéis que criam e conduzem os rebanhos eleitorais por conta de sua influência, por outro, os coronéis só conseguem fomentar esta influência por causa do apoio e da cumplicidade do poder público.

Quem trata mais especificamente sobre o sistema de trocas e barganhas relacionado aos votos e às eleições é a estudiosa Maria de Lourdes Monaco Janotti. Na sua análise, a autora

afirma que havia, no Brasil, um contexto propício a um pacto de compromissos em relação ao governo Federal, Estadual e local, uma vez que, mesmo com a federalização, quando o país passa a ser república, os estados e municípios ainda continuavam sem renda e sem autonomia (JANOTTI, 1992).

Assim, como numa teia de influências, cada uma das instâncias políticas necessita da outra de alguma forma. O mais importante, nesse caso, é que a reciprocidade aconteça entre o poder público e os senhores de terra: têm-se, de um lado, os coronéis, que conduzem os eleitores, e, “de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças” (LEAL, 1997, p. 63-64). Acima deles, ainda havia o governo federal, que precisava do apoio dos governos estaduais no intuito de sustentarem sua influência e seu governo sobre o país.

E essa reciprocidade só se dá por causa de dois fatores principais que acontecem em conjunto: essa influência nata que o coronel tem, por conta da dependência da classe dominada, e a influência que é dada ao coronel pelo governo. Leal (1997) ainda assevera que a herança colonial de rebeldia dos grandes senhores de terra, os quais faziam suas próprias regras e interferiam diretamente nas decisões do Estado, já não fazia parte da vivência dos coronéis, uma vez que a rusga com o governo traria a esses sujeitos muito mais problemas e muito menos vantagens; e as vantagens eram muitas.

Vale ressaltar, aqui, um exemplo de como a situação de reciprocidade entre coronéis e governo estadual era muito mais rentável se sua relação tivesse menos atrito possível: no caso da chacina de São José do Duro, atual Dianópolis em Tocantins, acontecida em 1919 no norte do estado de Goiás, os Wolneys, coronéis do norte do estado, e os Caiados, coronéis do sul e detentores do poder político estadual institucionalizado, se indispuseram, resultando na chacina que seria um dos acontecimentos mais sangrentos ocorridos no estado, imortalizada pela caneta de Bernardo Élis no romance *O tronco*, de 1956.

De todo modo, dentre as vantagens da reciprocidade entre coronéis e governo, estavam o poder de nomeação de seus aliados e parentes para cargos públicos e a capacidade de fazer o bem, e o mal, se preciso fosse, para a população por meio do apoio político do governo. Leal (1997) comenta que esses apoios poderiam acontecer pela ação e/ou pela omissão. Os exemplos mais claros que corroboram essa afirmação podem ser observados a partir do modo como a justiça era feita nos municípios: se, por um lado, algum aliado do coronel precisasse encobrir algum delito, era comum tanto o coronel como o governo fechar os olhos para o que acontecia.

Por outro lado, entretanto, se fossem adversários, certamente a “justiça” aconteceria por meio de um grande apelo do coronel e um grande apoio estadual.

Ainda segundo o autor, o ponto alto desse pacto é quando o governo se dispõe da polícia estadual a favor do coronel, desempenhando, a violência e as ameaças de violência, um papel primordial nesse contexto (LEAL, 1997). Um fator que contribuiu, ainda, para o bom andamento do compromisso coronelista era a pouca autonomia legal que o município costumava ter no cenário político como um todo. Essa situação tornava possível que o governo estadual fizesse concessões, de modo que os senhores de terra tivessem uma grande autonomia extralegal nos territórios onde comandavam. Era uma espécie de carta branca dada pelo governo aos coronéis.

Dessa forma, os senhores rurais adquiriam cada vez mais autonomia, contribuindo, sempre mais, para a criação de violências e arbitrariedades nas regiões comandadas por eles. Assim, torna-se comum a prática da violência nesse contexto em que os chefes municipais, com o objetivo de fazer o necessário para manter sua influência, recebem apoio do poder público.

Localmente, os coronéis precisavam de sua influência a fim de adquirir votos para o governo estadual, que, por sua parte, reconhecia tal autoridade. Segundo Janotti (1992, p. 37),

para a realização desses acordos, o município sufragaria nas urnas os candidatos escolhidos pela oligarquia. Por esta razão, tornou-se ele, necessariamente, o centro das maiores manipulações do sistema. Como o poder municipal era fraquíssimo e quase nada poderia oferecer ou pesar nessa barganha, os coronéis revestiam-se da autoridade municipal.

Essa situação contribuía para que acontecesse o fenômeno conhecido como “eleitorado de cabresto”, usando da expressão de Janotti, ou voto de cabresto. Para os autores já citados, a influência eleitoral dos senhores proprietários de terra, simplesmente pelo fato de o serem, levava ao voto de cabresto, uma vez que os coronéis comandariam o eleitorado, “conseguiriam os votos e, em troca, reconheciam-lhes a autoridade política” (JANOTTI, 1992, p. 37).

Queiroz (1976) assevera, nesse raciocínio, que a abertura ao voto para mais pessoas, ocorrida com a Constituição de 1891, pretendia, ou pelo menos parecia pretender, extinguir as barreiras políticas e econômicas existentes no país, sugerindo uma possibilidade de anulação do grande poder dos senhores locais. Entretanto, observou-se que a rede eleitoral aumentava, mas o topo da pirâmide social continuava o mesmo, com os mesmos senhores de antes, agora comandando um número maior de pessoas/eleitores.

Vale ressaltar, ainda, que em virtude do grande número de pessoas sem recursos e assistência médica, é do coronel que essa população recebe o pouco que têm, constituindo assim

uma dependência. Para Leal (1997), essa dependência e a influência que tinham os coronéis sobre a população pobre derivam-se da mesquinha concentração fundiária existente no Brasil, uma vez que a quantidade de pessoas dependentes do grande proprietário de terra era exorbitante.

Tudo isso se relaciona à ineficiência do poder público no interior do país, o que se constitui como um dos fatores que reiteram a liderança municipal dos coronéis: o fato de o poder público não chegar ao município, fazendo com que os coronéis adquiram uma imagem de herói ao fazer o que o poder público não faz. Assim, “o lógico é o que presenciamos: no plano político, ele [o sertanejo] luta com o coronel e pelo coronel. Aí estão os *votos de cabresto*, que resultam, em grande parte da nossa organização econômica rural” (LEAL, 1997, p. 44, grifo do autor).

É possível, e até mais fácil, compreender as motivações que levavam os coronéis a se sujeitarem a tais compromissos, uma vez que eles, cuja influência e poder estavam cada vez mais sendo podados pelo fortalecimento do Estado, precisavam desse artifício para continuarem sendo os grandes dominantes das regiões em que viviam. As motivações do poder público, entretanto, são menos visíveis sem que seja feita uma análise mais aprofundada.

Como vimos, o poder público estava ficando cada vez mais fortalecido e aparentemente o Estado não precisava se sujeitar a tais compromissos. Leal, entretanto, aponta que esse é exatamente o motivo que leva o Estado a fazer alianças com os poderosos locais:

os cofres e os serviços municipais eram instrumentos eficazes de formação da maioria desejada pelos governos dos Estados nas eleições estaduais e federais. Além disso, não lhes caberia qualquer direta responsabilidade pelas malversações, que corriam por conta e risco dos próprios chefes locais. O preço caro, pago pelo Estado em troca do apoio eleitoral dos chefes locais, era, portanto, uma condição objetiva para que esse apoio correspondesse aos fins visados pelo governo estadual (LEAL, 1997, p. 75).

O Estado, por meio de políticas partidárias amparadas no uso do dinheiro público, dos serviços e nas atribuições de cargos, conseguia se manter como a parte forte do compromisso. A cadeia de compromissos, entretanto, como já mencionado, não estava ligada apenas aos governantes estaduais e os poderosos locais. Existia uma rede de troca de favores que ia desde os apadrinhados do coronel até, por fim, o chefe de Estado.

Dessa forma, faz-se necessário analisar o terceiro elemento dessa relação: o dependente, aquele que está no nível mais baixo da cadeia de favores e de influência. Apesar dessa posição desprivilegiada, Queiroz (1976) defende que o sistema de votos de cabresto não era plenamente maniqueísta, no qual o coronel indubitavelmente tinha os meios de manipular e “comprar” o

sertanejo, cujo único objeto de troca era o voto, justamente pelo fato de que o voto e sua importância não eram algo inconsciente ao eleitor.

Queiroz (1976) trabalha com a noção de “dom” e “contra-dom”, originária dos trabalhos de Marcel Mauss, importante sociólogo do início do século XX. Para a autora, essa noção, aplicada ao contexto do coronelismo, se apresenta como um acordo tácito entre os eleitores, os quais têm seus votos à disposição com o intuito de receber algo em troca, e os cabos eleitorais, que fazem a operação inversa. Assim,

o momento da eleição não se configura como o momento da escolha do mais capacitado para exercer funções administrativas ou de mando; é o momento da barganha ou da reciprocidade de dons: o indivíduo dá seu voto porque já recebeu um benefício ou porque espera ainda recebê-lo. O voto, neste caso, assume um aspecto de um bem de troca, o fato de se votar num candidato indicado pelo coronel significa que ou o coronel já fez algum benefício ao eleitor, ou deverá fazê-lo [...] (QUEIROZ, 1976, p. 168).

Defende-se, então, a visão de que a relação do voto de cabresto poderia ser mais do que uma relação de exploração em que o coronel impunha sua decisão e cabia aos eleitores acatá-la. Segundo a interpretação sociológica de Queiroz, essa relação era diferente, uma vez que o voto, para o eleitor, era algo consciente, o qual “resulta do raciocínio do eleitor, e de uma lógica inerente à sociedade à qual pertence” (QUEIROZ, 1976, p. 168). Entretanto, é importante ressaltar que essa constatação não extingue a existência de ocasiões em que os votos não eram conseguidos apenas por meio das barganhas, mas por meio da violência, da opressão e da coerção, métodos muito utilizados pelos coronéis para a obtenção de seus interesses.

Dessa forma, conclui-se, a respeito do compromisso coronelista, que a reciprocidade e a relação de troca de barganhas movimentavam toda a vida coronelista, uma vez que tanto o eleitor e os coronéis, como os governos estaduais e federal tinham participação ativa nesse processo. Mais que isso, os estudos que tratam desse assunto se complementam, contribuindo para uma visão mais ampla dos fatores que culminavam nessa relação e da importância de cada um para que a reciprocidade acontecesse.

Um ponto a se ressaltar é que ambos os autores políticos dependiam desse sistema de trocas, uma vez que cada um tinha o que trocar e o que receber. Na base do sistema de troca de barganhas estava o eleitor: se por um lado ele podia trocar seu voto, que para ele tinha apenas o valor de troca, e não a importância primária que o voto deveria ter, de poder escolher seus representantes políticos, por algum outro dom; por outro lado, o coronel tinha o que oferecer ao eleitor em troca de seu voto. Para o coronel, o voto tinha outra significação: era um

instrumento que reiterava seu poder de influência para o governo estadual, de quem precisava de meios para a continuação dessa influência.

Por fim, no topo dessa cadeia de compromissos figuravam o coronel e o poder público, representado pelos governos estaduais e federal. Como mencionado, o coronel precisava mostrar sua influência ao governo estadual para que esse continuasse providenciando os meios para que aquele mantivesse essa influência. O governo estadual, por sua vez, endossava esse sistema com o intuito de se manter como a parte forte do acordo e de se manter no governo do estado.

### 1.3 Violência e honra: a relação coronel *versus* clientela

Dentre as definições a respeito do termo violência, a do sociólogo norueguês Johan Galtung merece destaque, uma vez que ela, de um modo geral, é a que mais se relaciona com a violência que esteve presente durante o coronelismo. No artigo de nome *Violence, peace and peace research*, que pode ser traduzido livremente como “Violência, paz e pesquisa sobre a paz”, publicado em 1969, Galtung aponta que a violência é “*a causa da diferença entre o potencial e o real*, entre o que poderia ser e o que é. Violência é o que aumenta a distância entre o potencial e o real, e o que impede a diminuição dessa distância” (GALTUNG, 1969, p. 168, grifo do autor, tradução nossa).<sup>2</sup>

Nesse sentido, para o autor, o nível de desenvolvimento potencial do indivíduo é atingido por meio de conhecimentos e de recursos. Assim, basicamente, todo ser humano tem um potencial a ser atingido e a violência acontece quando, de alguma forma, alguém é impedido de atingir esse potencial; ou quando, por algum motivo, a “distância” entre o nível potencial e o nível real – aquele em que o indivíduo se encontra – é aumentada (GALTUNG, 1969).

Portanto, se esses conhecimentos e recursos estiverem retidos nas mãos de apenas algumas pessoas, impedindo a realização máxima de outras, configura-se como um ato violento. Esse tipo de violência seria a violência indireta, em que os meios de desenvolvimento pessoal são retidos, mas continuam existindo em função de outras pessoas. Na violência direta, tais meios são diretamente destruídos, uma vez que ferir um indivíduo, por exemplo, implicaria necessariamente na destruição de algum meio que propiciaria seu desenvolvimento potencial.

---

<sup>2</sup> Trecho original: “Violence is here defined as the cause of the difference between the potential and the actual, between what could have been and what is. Violence is that which increases the distance between the potential and the actual, and that which impedes the decrease of this distance” (Cf.: GALTUNG, 1969).

Para o autor, a violência pode ser interpretada em todas as suas dimensões, na medida em que a tomemos como uma relação de influência, que para ser completa, precisa ter influência, influenciador e modo de influenciar. No caso da violência direta, a relação é completa, pois há todos os três elementos: um sujeito, um objeto e uma ação, em que tanto o sujeito como o objeto são pessoas (GALTUNG, 1969). Entretanto, existem outras situações nas quais alguns desses elementos estão ausentes, caracterizando-se como as outras dimensões da violência.

Galtung distingue a violência como física e psicológica. Grosso modo, a violência física “atinge o corpo” enquanto a psicológica “atinge a alma”. Para o autor, sob o primeiro tipo de violência “os seres humanos são feridos fisicamente, ao ponto de morrer” enquanto a violência psicológica “incluía mentiras, lavagem cerebral, doutrinação de vários tipos, ameaças, etc., que servem para diminuir as potencialidades mentais” (GALTUNG, 1969, p. 169, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Uma definição parecida do assunto encontra-se no trabalho do filósofo brasileiro Nilo Odalia. No livro *O que é violência*, publicado em 1983, Odalia propõe divisões do ato violento, dependendo da forma com que ele acontece, para depois conceitualizar a violência em si. Primeiramente, o autor discute sobre a violência institucionalizada, geralmente naturalizada por meio de regras sociais: “toda violência é institucionalizada quando admito, explícita ou implicitamente, que uma relação de força é uma relação natural” (ODALIA, 1983, p. 35).

Nesse mesmo sentido, tem-se o conceito da violência social. Para Odalia, ela tem o caráter de fator estrutural e depende do tipo de sociedade na qual a violência está presente. O fato de saber da sua existência não significa que haverá tentativas de eliminá-la, já que, de acordo com os padrões da sociedade, ela faz parte da sua estrutura social. É interessante ressaltar o modo como a violência exercida no sertão, por conta dos moldes coronelistas, se assemelha com essa definição de Odalia, na medida em que, apesar de os coronéis, os jagunços, os sertanejos e os governantes terem consciência da existência da violência e de suas consequências, nada é feito para eliminá-la, já que ela é parte da estrutura coronelista.

---

<sup>3</sup> Trecho original: “The first distinction to be made is between physical and psychological violence. The distinction is trite but important mainly because the narrow concept of violence mentioned above concentrates on physical violence only. Under physical violence human beings are hurt somatically, to the point of killing. It is useful to distinguish further between 'biological violence', which reduces somatic capability (below what is potentially possible), and 'physical violence as such', which increases the constraint on human movements - as when a person is imprisoned or put in chains, but also when access to transportation is very unevenly distributed, keeping large segments of a population at the same place with mobility a monopoly of the selected few. But that distinction is less important than the basic distinction between violence that works on the body, and violence that works on the soul; where the latter would include lies, brainwashing, indoctrination of various kinds, threats, etc. that serve to decrease mental potentialities” (Cf.: GALTUNG, 1969).

Por fim, o estudioso brasileiro pontua que a violência política “não é apenas o atentado político, o terrorismo, a repressão desenfreada, o sistemático desaparecimento de dissidentes e opositoristas” (ODALIA, 1983, p. 63), que é o que Galtung chamaria de violência pessoal (direta), mas integra também atos como a intimidação, a ameaça e a manipulação. Esses, também, são acontecimentos recorrentes na sociedade coronelista.

Assim como Galtung, o brasileiro, ao fazer um apanhado das diferentes formas que ela manifesta, trata da violência como uma forma de privação. Odalia conclui que a violência “nos despoja de alguma coisa, de nossas vidas, de nossos direitos como pessoas, como cidadãos. A violência nos impede não apenas de ser o que gostaríamos de ser, mas fundamentalmente de nos realizar como homens” (1983, p. 87).

Odalia diz que “viver em sociedade foi sempre um viver violento” (1983, p. 13), uma vez que a violência esteve presente durante toda a história humana, desde os primeiros ancestrais humanos até a sociedade como é agora, caracterizando-se, assim, como uma espécie de elo que liga lugares e épocas distintas. Diferentes configurações desse ato foram sendo acrescentadas com o passar do tempo, na medida em que as relações humano-sociais iam se tornando cada vez mais complexas.

Nesse sentido, o que não passava de puro mecanismo de defesa na pré-história, e que pode até ser considerado um dos fatores que contribuiu para a sobrevivência humana, tornou-se algo multifacetado, cheio de sutilezas, as quais ajudam a caracterizar, ou descaracterizar, um ato como sendo violento. Assim, uma vez que a complexidade da violência é levada em conta, percebemos que sua identificação pode não ser algo tão simples, pois “razões, costumes, tradições, leis explícitas ou implícitas [...] dificultam compreender de imediato seu caráter” (ODALIA, 1983, p. 23).

No contexto do coronelismo, a relação do coronel com a população que vivia sob seu domínio não se dava somente por meio da troca de favores, na maioria das vezes relacionadas ao voto, de maneira pacífica. Tratava-se também de uma relação violenta, no sentido brevemente definido anteriormente, na qual os coronéis detinham os meios de desenvolvimento potencial e privavam o restante da população de se desenvolver apropriadamente.

Como vimos, no período das eleições, era mais visível a presença da violência e da coerção por parte do coronel e de seus correligionários sobre a população eleitora. Leal (1997, p. 61) afirma que o período entre eleições costumava ser ameno e respeitoso, mas “nos períodos que precedem às eleições é que o ambiente de opressão atinge o ponto agudo”. Isso acontece pois esse é o momento em que os coronéis tomam suas posições, muitas vezes uns contrários aos outros, e, dessa forma, é também o momento em que a população é obrigada a tomar partido.

Janotti, sobre esse assunto, salienta ainda que as próprias regras do sistema eleitoral contribuíam para que a coerção acontecesse desde o início dos processos, já que eram os próprios coronéis quem criavam as listas de eleitores, recrutando os que achavam importantes recrutar e excluindo os que achavam necessários excluir (JANOTTI, 1992). Seguindo esse raciocínio, é possível perceber que, no sistema eleitoral, a corrupção eleitoral era algo institucionalizado; um exemplo claro é a atividade da “degola”, em que candidatos “indesejáveis” eram impugnados sob diversas alegações das comissões verificadoras da época, como fraudes ou irregularidades, o que impedia tal candidato de assumir sua posse, fazendo com que o candidato escolhido pelo coronel, ou o próprio coronel, assumisse o poder.

Mais que isso, tanto a força policial, insuficiente, quanto os capangas do coronel, apareciam em peso nos dias de eleição, para servirem aos mandos dos coronéis, criando um clima de tensão nas bancas. Nesse ínterim, os eleitores não tinham outra opção a não ser seguir a vontade dos coronéis. Segundo Janotti,

quando um analfabeto apresentava-se para votar, os próprios componentes da Mesa preenchiam as cédulas e assinavam as listas de presença. Aos indesejáveis, sob qualquer alegação, mandavam prender. A alegação de desacato era a mais comum. A interferência policial era notória e os amedrontados eleitores faziam muitas vezes questão de mostrar claramente a quem se destinava seu voto, para evitar futuras complicações (JANOTTI, 1992, p. 51).

Entretanto, a violência, manifestada principalmente por meio do medo e da coerção, se apresentava em outros momentos na sociedade coronelista, não ficando presa apenas no período eleitoral. A autora aponta que a “dominação oligárquica sempre foi violenta” e que essa violência adquiria distintos níveis, “podendo assumir tanto formas mais sutis de coerção, quanto procedimentos de maior crueldade, variáveis de acordo com o lugar e a ocasião” (JANOTTI, 1992, p. 54).

Na narrativa de Sant’anna, existe um leque de situações nas quais pode-se visualizar essas nuances da violência no período coronelista em Goiás, desde formas mais visíveis de violência, como assassinatos e linchamentos, até formas mais implícitas, por exemplo, a coerção e intimidação. De toda forma, o que se pode afirmar é que havia, na sociedade coronelista, um reconhecimento tácito da comunidade sobre a autoridade do coronel.

O coronel ligava-se a uma extensa clientela, composta de políticos, de apadrinhados e de dependentes, sem contar seus opositores e inimigos. A relação do coronel com seus opositores políticos e com seus inimigos pessoais era violenta, na medida em que os senhores rurais não mediam esforços para se manterem em evidência e, conseqüentemente, manterem

seus adversários dominados. Para Leal (1997), o mandonismo e a violência se manifestam na sociedade coronelista principalmente por meio das rugas entre coronéis e das perseguições aos adversários: “as relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais. O normal é a hostilidade. Além disso, como é óbvio, sistemática recusa de favores, que os adversários, em regra geral, se sentiriam humilhados de pedir” (LEAL, 1997, p. 61).

Também é comum nos trabalhos que falam sobre o coronelismo a menção sobre a presença da violência nas relações de trabalho no período coronelista. A violência, nesse caso, se manifestava principalmente na existência de acordos verbais de trabalho, aos quais o trabalhador se submetia, não tendo outra forma de conseguir seu sustento e, em alguns casos, o sustento de sua família. Esses acordos não tinham nenhuma garantia para os trabalhadores e eram marcados por relações conturbadas, injustas e exploratórias.

De acordo com Janotti, o trabalhador não tinha nenhum direito ao trabalhar nas terras do coronel:

o trabalhador rural, habitante das terras do fazendeiro, entregava ao proprietário quase a totalidade do fruto do seu labor, cabendo-lhe, apenas, o mínimo para a subsistência. Dependente da unidade produtiva, sofria as vicissitudes das oscilações econômico-financeiras da propriedade. A insegurança era uma constante na vida do trabalhador rural. Não existindo uma legislação previdenciária que o amparasse de forma efetiva, via-se desarmado para enfrentar o poder do proprietário. (JANOTTI, 1992, p. 43).

A autora afirma que a relação entre trabalhador e coronel se diferenciava dependendo da situação econômica do lugar, mas o que sempre era mantido era que os fazendeiros tinham direitos a serem gozados enquanto os trabalhadores tinham deveres a serem feitos (JANOTTI, 1992). Além disso, a clientela ligada ao coronel, que envolvia políticos, parentes e dependentes de todas as formas, variava de acordo com sua influência, seus compromissos e seu prestígio. Basicamente, o coronel poderia ter influência direta ou indireta sobre o eleitorado, visitando pessoalmente e controlando tais eleitores ou usando de cabos eleitorais, assim como, poderiam ter influência sobre outros coronéis menos prestigiados e influentes.

No contexto do coronelismo, surgiam relações pessoais as mais complexas, na tentativa, muitas das vezes, de o coronel e seus chefiados suavizarem as distâncias sociais e econômicas. Um exemplo era o apadrinhamento, que consistia na proteção e na lealdade mútua entre coronel e apadrinhado. Essa relação era interessante por causa de sua dualidade: se por um lado via-se uma natureza paternal por parte do afilhado do coronel; por outro lado, a natureza da relação por parte do coronel era de reconhecimento verbal e implícito de poder sobre seu afilhado:

o cumprimento habitual que a “gente do coronel” lhe dispensa era uma expressão já usada na sociedade escravocrata: “Benção, padrinho”, acompanhada quase sempre pela resposta: “Deus te abençoe, meu filho” (ou, meu cabra, meu homem, meu negro). De um lado reconhece-se a autoridade paterna, e, por outro lado, o direito sobre o outro, pelo uso do possessivo *meu* (JANOTTI, 1992, p. 57-58).

Muitas eram as vantagens recebidas pelo apadrinhado, o qual era favorecido, na maioria das vezes, com cargos públicos. Leal (1997) salienta, sobre isso, que o apadrinhamento contribuía para a desorganização municipal, uma vez que, como eram os coronéis quem escolhiam os servidores públicos, estes não eram profissionais. O município ficava nas mãos de pessoas as quais não tinham conhecimentos necessários de administração pública.<sup>4</sup>

Apesar de essa relação parecer pacífica e produtiva para ambos os lados, “resultam dessas transações, em todos os escalões, favores e obrigações que implicam no favoritismo, na cobrança da lealdade, na impossibilidade do rompimento de vínculos e na violência como alternativa da desobediência” (JANOTTI, 1992, p. 60). Se as vantagens, como apresentado, eram muitas e positivas para o apadrinhado, as desvantagens eram ainda mais assertivas, uma vez que o apadrinhado encontrava-se completamente ligado ao coronel, não existindo possibilidade de rompimentos de vínculos.

É no trabalho de Leal, quando o autor comenta sobre as relações entre coronéis e seus apadrinhados, que pudemos encontrar as primeiras menções sobre códigos de honra pessoais da sociedade coronelista. O autor, ao analisar os modos como procediam os chefes locais em momentos de pressão, como as eleições, aponta que a regra geral do coronel e de suas relações com outros chefes e com a população em si era “ser honrado o compromisso que no município se firma de homem para homem, e a quebra de sua palavra repugna tanto ao chefe local quanto o exaspera a traição de companheiros” (LEAL, 1997, p. 62).

Esse trecho já supõe a existência de um código de honra não escrito, selado de homem para homem, em que impera a reciprocidade e o valor da palavra dita. Nesse sentido, o coronel e quem quer que assumisse algum compromisso e o cumpria eram vistos como pessoas honradas e dignas, ao passo que, sobre o sujeito que quebrava sua palavra, recaía uma aura infame e desonrosa, a qual era repugnante aos olhos da população local.

Ainda, para completar o cenário do mundo coronelista da primeira república, Janotti (1992) comenta sobre a presença do coronel nos núcleos urbanos que, por falta de atividades econômicas diversificadas, não conseguiam desenvolver-se definitivamente como cidade, o que

---

<sup>4</sup> Para o autor, esse era apenas um dos motivos que levavam à desorganização municipal. Leal ainda aponta, em seu trabalho, que, além da indicação de gente desqualificada para cargos públicos, existiam outros motivos, como a “generalizada incultura do interior, cópia muito piorada da incultura geral do país”, bem como o gasto dos bens públicos, pelo coronel, em suas batalhas nas eleições (Cf. LEAL, 1997, p. 60-61).

é o caso de Catalão durante boa parte do romance de Sant'anna. A autora ainda comenta que “sobre os habitantes dos pequenos centros urbanos pesavam as mesmas condições gerais de violência que presidiram a sociedade rural” (JANOTTI, 1992, p. 42).

Essa afirmação vem ao encontro com o contexto de Catalão que, apesar de ser um núcleo urbano, vivia subjugado aos mandos e desmandos de coronéis. Em trabalho anterior, foi possível perceber que a Catalão retratada no romance “ora anima seus habitantes, acenando-lhes com prenúncios de progresso, ora os desilude, em razão, principalmente, de episódios desdobrados sob a égide da violência, que terminam por adiar tais possibilidades de surtos progressistas” (RODRIGUES, IGNÁCIO, 2019, p. 63). A Catalão retratada em *Herança de Sangue* tem seu desenvolvimento sempre atrapalhado pela disputa por poder e pela violência perpetrada pelos coronéis.

Por enquanto, resta-nos concluir que a relação do coronel com as pessoas que o cercavam, fossem outros coronéis ou dependentes social, política e economicamente, era violenta, na medida em que essas pessoas eram submetidas frequentemente a processos de coerção e manipulação, com o intuito de que a vontade do coronel fosse cumprida. Não raro, tais indivíduos sofriam violências físicas por conta do modo arbitrário dos coronéis de comandar. Vale ressaltar a sinalização, nos estudos aqui apresentados, da existência de códigos de honra que, de uma forma ou de outra, influenciavam na vivência dos habitantes do sertão coronelista.

#### **1.4 O caso do coronelismo e da violência em Goiás**

É difícil falar do surgimento e das configurações do coronelismo no estado de Goiás sem que se faça um breve histórico do estado e das condições que propiciaram que esse sistema político ganhasse tanta força em Goiás. Mais que isso, estudiosos acerca do coronelismo no estado, como Francisco Itami Campos, no seu livro *Coronelismo em Goiás*, de 1987, salientam que esse sistema, em Goiás, teve configurações distintas de outros lugares justamente por conta do contexto geográfico, político e econômico do estado.

O estado de Goiás foi, por muito tempo, relacionado à imagem da barbárie, da decadência e do atraso em virtude de uma série de acontecimentos que marcaram a história goiana e impuseram ao estado essa imagem de subdesenvolvimento em relação a outras localidades no Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Pelo que se pode perceber na história do estado, que até então ainda era parte da capitania de São Paulo, um dos poucos momentos em que Goiás teve destaque foi na época da mineração.

Já haviam tido algumas bandeiras as quais passaram pelo território de Goiás desde o século XVI, logo no primeiro século de colonização brasileira. Entretanto, é a partir do ano de 1722 que a história de Goiás realmente começa a ganhar forma, por conta da partida da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva que tinha como objetivo descobrir minas de ouro e “outros haveres”. Depois de quase fracassar, Bartolomeu Bueno finalmente consegue encontrar as tão procuradas minas de ouro perto da região do rio Vermelho no ano de 1725 e a sociedade goiana começa a surgir com a chegada de grandes grupos de pessoas para trabalharem e tomarem conta das minas.

Nesse sentido, recorremos à fala de Laurent Vidal (2015, p. 248) ao tratar do surgimento, às margens do rio Vermelho, do arraial de Sant’anna, que depois se tornaria Vila Boa, a capital da capitania de Goiás por quase 200 anos: “sobre estas margens da Colônia, distante dos eixos de comunicação e dos grandes centros administrativos e comerciais, é antes de tudo o ouro que atrai e fixa os homens”. Com efeito, é sob esse pretexto que as pessoas que tinham como destino a capitania de Goiás adentraram o território brasileiro.

O ciclo do ouro em Goiás teve seu auge entre os anos de 1751 e 1778. Luís Palacín, em *O século do ouro em Goiás*, afirma que, apesar de uma impressão de apogeu da produção aurífera nas minas goianas por conta de uma produção expressiva de ouro nos primeiros anos de mineração (a partir do momento em que o Quinto foi instituído em Goiás), a situação das minas não era promissora: “faltavam, quase por completo, novos descobertos, e os mineiros se encontravam sem recursos para promovê-los” (PALACÍN, 1994, p. 65). Segundo o autor, o equilíbrio da produção de ouro nos tempos de auge em Goiás era um equilíbrio instável, uma vez que desde o princípio as minas já sinalizavam uma tendência à diminuição.

A situação de decadência de fato se materializa nas minas goianas a partir de 1779 e o quinto do ouro produzido em território goiano “em 1820, às vésperas da Independência, não chegava sequer a uma arroba; a mineração praticamente tinha desaparecido como atividade econômica significativa” (PALACÍN, 1994, p. 119). Para o autor,

a decadência da mineração pôs em evidência o que a riqueza do ouro mantivera encoberto até então: o povoamento de Goiás tinha-se antecipado século e meio ou dois séculos ao processo natural de penetração para o interior [...]. Ao acabar-se o ouro, a inevitabilidade das distâncias devia impor-se com sua realidade brutal. As populações do interior ficavam isoladas, quase como náufragas, sem possível retorno (PALACÍN, 1994, p. 123).

Nesse sentido, Palacín salienta a importância que o ouro teve na constituição da capitania de Goiás, pois se por um lado a descoberta das minas adiantou o povoamento das

terras goianas, por outro, a decadência da mineração fez com que esse adiantamento criasse ilhas de povoamentos completamente isoladas dos grandes centros brasileiros.

Assim, a decadência da mineração em Goiás foi a causa de grandes consequências na vida política, social e econômica da capitania. Sandro Dutra e Silva, Tálliton Moura e Francisco Itami Campos, no artigo *A terra dos coronéis no Oeste do Brasil: A cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano*, de 2015, trabalham com a ideia do historiador norte-americano David McCreary, de que o isolamento territorial e político de Goiás, somado às dificuldades de acesso, à estagnação econômica e aos frequentes ataques de indígenas e de jagunços, contribuiu para que a capitania adquirisse o *status* de “fronteira da fronteira”. Mais que isso, os autores salientam que foi justamente esse contexto de fronteira que contribuiu para que os senhores de terras passassem a ser os representantes não oficiais do Estado nas regiões mais remotas de Goiás.

Ainda em consonância com outros estudiosos que tratam sobre a situação socioeconômica da capitania de Goiás nos séculos XIX e XX, como o próprio Palacín, os autores salientam que a pecuária se tornou a principal atividade econômica goiana depois do esgotamento do ouro, uma vez que “era a atividade econômica que mais se adaptava às condições da fronteira, dadas as formas de transporte e manejo das boiadas” (SILVA, MOURA, CAMPOS, 2015, p. 239). Entretanto, a pecuária, pelo menos inicialmente, não foi capaz de fazer com que a capitania se desenvolvesse economicamente e diminuísse a imagem de decadência que pairava sobre ele. Pelo contrário, o território goiano continuava isolado por conta de problemas financeiros e de navegabilidade, além de que o local ainda era repleto de perigos naturais, ameaças e conflitos.

Mais que isso, em razão do isolamento da região em relação ao litoral brasileiro, ao centro administrativo do país na época, a pobreza fazia parte da vida social dos indivíduos goianos, contribuindo diretamente para o surgimento de processos de desumanização nas relações entre a população (SILVA, MOURA, CAMPOS, 2015). Esse conjunto de elementos fazia com que Goiás fosse um lugar onde o Estado era praticamente inoperante. Nesse sentido,

os senhores de terra e de gado em Goiás assumem [...] significativo valor interpretativo, considerando as proporções continentais do território brasileiro e as articulações entre o império brasileiro e as elites locais, como forma de garantir a integridade territorial e a autonomia fiscal na fronteira (SILVA, MOURA, CAMPOS, 2015, p. 239).

Dessa forma, os coronéis começam a assumir o papel que em tese deveria ser do Estado, sob o pretexto de estarem tentando manter a ordem e o controle sobre determinada região, e

passam a exercer os poderes executivo, legislativo e judiciário. Segundo entendimento de Silva, Moura e Campos (2015), de acordo com essa análise, percebe-se que a atuação política dos coronéis era baseada na ideia de estarem defendendo os interesses do Estado, quando, na verdade, tais interesses eram simplesmente um apanhado de vontades privadas.

De fato, o historiador Eliézer Cardoso de Oliveira, no seu *Chacinas, combates e massacres*, publicado em 2012, aponta para o fato de que, em tese, a instituição do coronelismo em Goiás tinha como intuito, de certa forma, “canalizar a força bruta particular masculina para objetivos cívicos” (OLIVEIRA, 2012, p. 27). Essa afirmação corrobora a ideia de que, pelo menos na sua gênese, a atuação política dos coronéis tinha a função de defender o Estado e seus interesses em um território tão afastado dos centros de poder brasileiros.

Entretanto, ainda segundo Oliveira (2012, p. 27), essa ideia foi praticamente esquecida, pois “a consequência [do aumento do poder local dos senhores de terra em Goiás] foi institucionalizar o poder dos chefes locais, que submeteram o público à sua vontade particular”. Logo, o que era para ser uma ação vinculada ao poder público estatal, passa a ser apenas uma manifestação do poder privado dos coronéis se sobrepondo ao Estado.

O autor ainda lembra que Goiás foi considerado por muito tempo como a “terra dos coronéis” e fazia parte de uma complexa rede de dominação política durante a Primeira República. Porém, a relação entre os coronéis e o Estado não durou muito e “o processo lento e ainda incompleto de monopolização da violência pelo estado de Goiás produziu conflitos sangrentos” (OLIVEIRA, 2012, p. 27). Esses conflitos, vale mencionar, são marcantes na história de Goiás e estão presentes em muitas obras de escritores goianos e de autores que escreveram sobre o estado, como é o caso de Bernardo Élis e o próprio Ivan Sant’anna.

De toda forma, de um modo geral, Campos (1987) discute sobre a configuração do coronelismo em Goiás e afirma a existência de um pacto entre os poderes políticos e os coronéis, contribuindo para o processo de institucionalização desse regime, e salienta que, nesse pacto, a base do compromisso coronelista é, antes de tudo, a reciprocidade. Assim, os coronéis apoiariam os políticos nas eleições, enquanto esses, já exercendo o poder no estado, concedem carta branca aos coronéis “em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar” (CAMPOS, 1987, p. 51).

O coronelismo prevaleceu no estado de Goiás durante o período da Primeira República (1889-1930) e, como é discutido por Campos (1987), teve características distintas da política coronelista de outros estados brasileiros, por causa de dois motivos principais: sua situação rural e periférica e seu sistema político, que já estava relativamente bem desenvolvido.

Para chegar no caso específico de Goiás, o autor distingue o coronelismo que aconteceu em regiões já urbanizadas, onde a sociedade política já estava desenvolvida, e o coronelismo de regiões rurais, em que a sociedade política ainda estava numa situação de pré-desenvolvimento. Os coronéis, no primeiro caso, defenderiam seus interesses através de um partido dominante, enquanto os do segundo caso utilizariam os meios privados para expandir e proteger seus próprios interesses.

Sabe-se que a situação de Goiás era de isolamento, o que poderia ser observado por meio de uma análise econômica, política, da demografia, da situação geográfica e da situação de comunicação do estado. Em primeiro lugar, a ligação de Goiás com os outros estados era precária, por causa principalmente da falta de recursos financeiros e do descaso do poder público. A situação do norte do estado era pior: nem telégrafo tinha. Ainda, política e geograficamente, o estado era isolado do centro (o governo federal), que não se importava, de certo modo, com a situação goiana (CAMPOS, 1987).

Entretanto, como já mencionado, a situação política de Goiás já era de certa forma desenvolvida. Assim, práticas coronelísticas perpetradas em território goiano adquirem uma configuração distinta das de outras localidades, sejam elas rurais ou urbanas. Conforme assevera o autor, o coronelismo goiano se assemelha tanto ao coronelismo verificado em outros estados mais rurais, por conta de sua situação periférica, quanto ao coronelismo de estados urbanizados, cujo desenvolvimento econômico foi mais evidente, uma vez que em Goiás o sistema político já estava relativamente desenvolvido (CAMPOS, 1987).

Assim, um dos aspectos que tornavam o coronelismo de Goiás semelhante ao de outras localidades do Brasil era a presença da violência. Os coronéis e a força policial eram as expressões mais contundentes da violência em Goiás (OLIVEIRA, 2012) e, na maioria das vezes, a utilização da violência por esses homens era justificada pela necessidade de demonstrar coragem frente aos desafetos políticos. Oliveira afirma que “as classes dominantes, principalmente a aristocracia proprietária de terras, sempre se mostraram corajosas. Admitir o medo e a fraqueza seria quase que aceitar a igualdade humana, o que inviabilizaria a dominação” (2012, p. 38).

Tal afirmação reitera a existência, no Goiás coronelista, de regras implícitas em que impera a bravura e a valentia, a honra e a coragem, de modo que a admissão da fraqueza resultaria no descrédito e na má reputação desses goianos. Se, por um lado, o historiador aponta para as classes dominantes, que de certo modo precisavam se manter valentes frente à população, para legitimar sua dominação; por outro, veremos que, pelo menos em Catalão, na Catalão representada por Sant’anna, essas regras de conduta se estendiam a mais pessoas,

fazendo com que não apenas as classes dominantes precisassem se manter corajosas e valentes, mas outros habitantes que, de uma forma ou outra, buscavam a glória resultante da bravura.

Assim, a situação coronelista do estado de Goiás como um todo se reflete no contexto específico de Catalão. O surgimento e a história da cidade se confundem com o surgimento e a história do estado, uma vez que o antigo Pouso de Catalão nasce por causa da chegada cada vez maior de bandeirantes paulistas a Goiás. Assim, Goiás passa por um surto de prosperidade na época da mineração e vivencia, logo após, a decadência da atividade mineradora, o que causa a própria decadência da cidade. Assim como em Goiás, o coronelismo em Catalão encontra brechas para se instalar e se fortificar em um contexto de pobreza e decadência.

Dessa maneira, concluímos, por enquanto, que o coronelismo em Goiás, e também especificamente em Catalão, em razão das características do povoamento e da constituição do estado, ganhou muita força no território goiano e aconteceu de forma diferente do coronelismo de outras regiões do país. Se por um lado, Goiás era um estado isolado, cuja economia baseava-se quase que inteiramente no uso da terra, por outro, o estado já tinha um sistema político relativamente bem-organizado. Esse fato fez com que esse sistema tivesse, em Goiás, características próprias, se assemelhando tanto com o coronelismo de regiões mais precárias como com o de regiões mais urbanizadas.

## CAPÍTULO 2

### FIGURAÇÕES DO CORONELISMO NA PROSA BRASILEIRA

Por se tratar de uma parte importante da história do Brasil como um todo e do estado de Goiás, o coronelismo também está presente na literatura, a qual, de uma forma ou de outra, reproduz e eterniza fatos e momentos marcantes da história por meio da visão do escritor e dos processos de escrita que ele utiliza. Mais que isso, por meio da literatura, os autores puderam contribuir para a criação de imagens dos coronéis e do coronelismo, bem como contribuíram para fixar essas imagens no imaginário individual e coletivo brasileiro.

Em se tratando da literatura de feição regionalista goiana, em cujos enredos estão presentes conceitos como violência e coronelismo, ressalta-se a obra de Bernardo Élis (1915-1997). Élis foi um importante escritor goiano que, por meio de uma linguagem lírica e da incorporação de marcas da oralidade do povo do sertão goiano, retratou em seus textos o Goiás do início do século XX, o Goiás coronelista.

Outros autores goianos também se destacam nesse quesito, como Hugo de Carvalho Ramos (1895-1921) e Carmo Bernardes (1915-1996). Em suas obras, inspiradas muitas vezes pela nostalgia e pelo amor dos autores pelo sertão, tecem algumas considerações a respeito de questões comuns ao coronelismo, por exemplo, o mandonismo e as arbitrariedades, e a respeito da relação entre o coronel e o sertanejo. Na contemporaneidade, *Herança de Sangue*, o romance analisado neste trabalho, é um dos representantes dessa literatura histórica, que se dispõe a narrar partes significantes da história de Goiás em que o coronelismo esteve presente.

Algumas das obras de alguns dos autores citados acima já foram objetos de estudo de Gracy Tadeu da Silva Ferreira em *O coronelismo em Goiás (1889-1930)*: as construções feitas do fenômeno pela história e literatura. No trabalho, publicado como capítulo do livro *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*, de Nasr Fayad Chaul, em 1998, a autora tem como objetivo perceber como o coronelismo foi abordado na literatura goiana e quais foram os conceitos e as caracterizações feitas sobre o sistema coronelista e, mais especificamente, a relação coronel-clientela.

Tomando esse estudo como base, pretendemos, nesse capítulo, expandir as fronteiras do trabalho de Ferreira, procurando compreender como o coronelismo foi representado na literatura brasileira de um modo geral. Por isso, inicialmente fazemos uma breve discussão a respeito das relações entre a literatura e a História, de modo a perceber a literatura como uma

contribuição para estudos históricos e sociológicos em virtude de seu caráter narrativo, que usa da realidade como fonte de inspiração.

Depois, pautando-nos pela pesquisa bibliográfica, utilizando de análises literárias já feitas, e pela articulação dessas leituras com a análise de trechos de obras literárias brasileiras, propomos fazer um panorama dos diferentes modos como o coronelismo aparece na literatura de diferentes partes do país. O enfoque será dado sobre os coronéis do Nordeste, por serem mais marcantes no país, uma vez que o coronelismo esteve mais marcado nessa região, embora alguns outros coronéis também sejam mencionados. Esse panorama resultará em uma importante base analítica para que cheguemos ao objetivo principal deste trabalho, qual seja perceber as peculiaridades do modo como Ivan Sant’anna constrói sua narrativa e representa o coronelismo.

## **2.1 “O avesso do passado”: relações entre literatura e história**

A abertura para o uso da literatura como fonte em estudos históricos é relativamente nova, visto que, na História, por muito tempo, a ficção foi vista como algo contrário ao fato. Além disso, até no âmbito da Teoria Literária, a obra literária era, e foi durante muito tempo, vista como algo fechado, cujos sentidos se constituíam no e pelo texto. Essa visão imanentista da literatura, que teve seu auge no Formalismo Russo, durou até meados do século XX, quando estudiosos da literatura passaram a perceber a obra como resultado de um trabalho do escritor, o qual sofre influência do contexto em que está inserido. Na contemporaneidade, depois do surgimento do pós-modernismo, o foco não é mais a literatura e a história como algo dado, mas como possibilidade de tempo a ser revisitado/reconfigurado.

Um conceito interessante, que merece ser lembrado, de narrativa que mescla a História com a Literatura, apesar de não dizer respeito às narrativas que serão analisadas neste capítulo, é o de metaficção historiográfica, de Linda Hutcheon. A autora, ao tratar da ideia de que o pós-modernismo seria uma corrente contraditória na medida em que se envolve e utiliza dos elementos que critica, apresenta que a metaficção historiográfica “mantém a distinção de sua autorrepresentação formal e de seu contexto histórico, e ao fazê-lo problematiza a própria possibilidade de conhecimento histórico, porque aí não existe conciliação, não existe dialética - apenas uma contradição irresoluta” (HUTCHEON, 1991, p. 141).

Nesse sentido, a metaficção historiográfica, de acordo com a autora, basicamente se trata da apropriação de personagens e/ou acontecimentos históricos pela literatura de modo a problematizar as *verdades* reproduzidas pela história e construir outras verdades, uma vez que

os autores da metaficção historiográfica constroem narrativas que *poderiam acontecer* com as personalidades apropriadas por ele. As personagens dessas narrativas deveriam ser os que fazem parte da periferia da história, os marginalizados da historiografia, ao contrário das do romance histórico apresentadas por Lukács (2011) como um “tipo” que concentrasse e generalizasse o período dos acontecimentos narrados no romance histórico.

A obra de Sant’anna, por conta de suas características híbridas, bebe das características tanto do jornalismo, quanto do romance histórico e da própria metaficção histórica, na medida em que o autor não se retém na reprodução do personagem “tipo” do romance histórico de Lukács (2011), levando para as páginas de sua *Herança de Sangue* uma gama de personagens marcantes pelas suas características próprias.

De todo modo, a visão da literatura em sua relação com a sociedade, no Brasil, tem sido notada desde as décadas de 1960 e 1970, a partir de trabalhos de Antônio Cândido e Afrânio Peixoto, dentre outros. Segundo a visão de Cândido, o percussor dessa visão no país, por exemplo, a literatura deveria ser vista levando em consideração sua relação com outras disciplinas de cunho social, pois, para ele, “o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*” (CÂNDIDO, 2006, p. 14, grifos do autor).

Alfredo Bosi, em seu *Entre a literatura e a história*, salienta que, no mesmo fluxo da linguística que começou a ver os discursos como representações que carregam dentro de si outras representações, outras mediações e discursos, “a crítica [literária] contemporânea complica o sistema das mediações mostrando que os textos estão dentro dos textos, saindo dos textos, entrando noutros textos” (BOSI, 2015, p. 222). Ou seja, os textos passam a ser vistos como construções que carregam as interpretações e as experiências do escritor a respeito do seu modo de vida e do contexto em que vive, bem como suas interpretações acerca de outros textos.

Em se tratando da dicotomia entre literatura e história e suas relações, o autor afirma que é a partir de um olhar distanciado que se enxerga as diferenças entre a ficção e a não-ficção: de um lado encontram-se os textos que, por mais que tenham fatos atestados historicamente, têm um trabalho subjetivo e uma transformação dos fatos por parte do autor; de outro lado, têm-se os textos cujos autores estão compromissados diretamente com a experiência verificável (BOSI, 2015, p. 223). Assim, o que diferencia, basicamente, o texto ficcional do texto histórico é o trabalho do escritor a respeito da realidade que foi tomada como base.

Nesse sentido, um historiador, apesar de carregar sua subjetividade e não a dispor por completo no momento de sua escrita, foca seu trabalho na apresentação dos fatos, uma vez que

seu objeto de estudo é a sua experiência, uma experiência que pode ser atestada empiricamente. Seguindo a mesma lógica, um romancista, no momento de sua escrita, embora utilize de elementos da história, vai filtrar subjetivamente o conteúdo trabalhado (BOSI, 2015).

Como exemplo na literatura brasileira, Bosi (2015) cita a obra de José de Alencar, a qual, mesmo carregada de elementos históricos, de glossários de termos e de explicações sobre o modo de vida de determinados grupos de pessoas, ainda continua sendo configurada como um texto ficcional. Na ficção,

o pano de fundo terá força simbólica, até aparecerem as personagens que nascem organicamente daquele mundo, formam um todo com o ambiente. Em seguida, os desejos das personagens vão produzir acontecimentos. Ao passo que no registro da memória histórica os desejos são desejos e os fatos, fatos. A imbricação de devaneio com relato propriamente é ficção (BOSI, 2015, p. 225).

Essas considerações dizem respeito ao fato de o acontecimento histórico, a partir do momento que se torna objeto da ficção, passar a seguir as regras da ficção. As descrições dos acontecimentos já não mais correspondem à maneira como seriam descritos historicamente, mas cumprem o papel determinado pela narrativa que está sendo construída. Também, as personalidades da história se transformam em personagens com desejos e intuítos; do mesmo modo, os espaços e o tempo contribuirão para a criação da história que se quer contar.

No entanto, ao tratar sobre as fronteiras da literatura, tecendo considerações a respeito das fronteiras entre a ficção e a não ficção, o estudioso aponta que atualmente a separação entre os textos desses dois tipos está sendo contestada. Para ele, “teria chegado o momento de acabar com essa pesada e canônica tradição segundo a qual a literatura é literatura, linguagem de comunicação é linguagem de comunicação” (BOSI, 2015, p. 226).

Seguindo esse raciocínio, as ditas “fronteiras” entre a ficção e a não-ficção se constituem de forma mais flexível:

ao fazer discurso histórico ou memorialista, a consciência testemunhal fica desperta o tempo todo. E, do outro lado, do lado da ficção, mesmo quando o autor diz abdicar de qualquer distinção entre o vivido e o imaginado, afetivamente a consciência autoral sabe que há momentos que são puras transcrições jornalísticas do acontecido e momentos em que opera toda uma fenomenologia do desejo e em que entram elementos imaginários (BOSI, 2015, p. 226).

Mais que isso, percebe-se que no discurso do romancista encontram-se, além dos fatos narrados de forma subjetiva, opiniões e até juízos de valor do autor sobre a realidade narrada e sobre a experiência vivenciada. Além disso, por meio das personagens, o autor pode apresentar pontos de vista e considerações de outras pessoas sobre os acontecimentos narrados.

Seguindo esse raciocínio, como bem aponta Oliveira (2016b), nos estudos históricos e sociológicos, o uso de textos literários é algo positivo, visto que a literatura contribui para que se observe os modos pelos quais a sociedade era (e é) vista e tida pelo escritor. É por meio desse olhar de um escritor de ficção que se consegue empreender a compreensão desse indivíduo a respeito do contexto em que ele está inserido ou do contexto sobre o qual ele quis escrever.

Para o historiador, cada ser humano vive sua história, mas, além disso, o indivíduo também compreende a história que vive a seu modo (OLIVEIRA, 2016b). Essa compreensão parte das subjetividades de cada um e “quanto mais subjetivas, mais as fontes possibilitam, não apenas mostrar a vivência, mas também o modo como os sujeitos compreendem o mundo a sua volta” (OLIVEIRA, 2016b, p. 3).

Desse modo, por meio da literatura de Graciliano Ramos, por exemplo, seria possível compreender os acontecimentos e fatos que, de uma forma ou de outra, serviram de base para a criação literária do autor, bem como os modos como Ramos via as configurações da sociedade alagoana na qual vivia e a vivência do sertanejo no sertão nordestino como um todo. Do mesmo modo, na literatura de Bernardo Élis, podia-se encontrar as interpretações do autor a respeito de acontecimentos marcantes do contexto goiano. Ainda, embora não tenha vivido na época em que se passa o enredo de *Herança de Sangue*, por meio da análise dessa obra, seria possível empreender a visão e a compreensão de Ivan Sant’anna a respeito da história sangrenta de Catalão.

Oliveira (2016b, p. 4) ainda aponta que “a literatura ajuda a mostrar o avesso do passado”. Ora, se a História mostra a face atestada empiricamente do passado, a literatura mostra o que está por traz disso, as opiniões e vivências mais particulares das pessoas que vivenciaram a realidade contada. Nesse sentido, nas próximas seções temos como enfoque perceber o avesso do passado coronelista do Brasil por meio da literatura e das representações que os romancistas brasileiros fizeram a respeito desse fenômeno no país.

## **2.2 O coronel nordestino a partir de Graciliano Ramos, Wilson Lins e Jorge Amado**

Um dos primeiros escritores do nordeste brasileiro que vem à mente quando se pensa em literatura regional e na presença do coronelismo na literatura nordestina é Graciliano Ramos (1892-1953). Natural do estado de Alagoas, Ramos foi jornalista, político e escritor e chegou a ser preso em 1936, após ser acusado de subversão. De um modo geral, o autor foi um representante do Modernismo brasileiro e, em sua obra, percebe-se a grande tensão entre o seu

eu escritor e o contexto social no qual ele estava inserido (BOSI, 2017), um contexto de opressão e de dor.

Dessa situação, segundo Bosi (2017, p. 429), é que resulta o roteiro de Graciliano Ramos como romancista, roteiro esse norteado “por um coerente sentimento de rejeição que adviria do contato do homem com a natureza ou com o próximo”. Percebe-se, assim, a similaridade entre os protagonistas de Ramos, como o Paulo Honório de *S. Bernardo* (1934), o Luís da Silva de *Angústia* (1936), o Fabiano de *Vidas Secas* (1938), dentre outros, os quais geralmente se encontram deslocados da sociedade em que vivem e incompatíveis com a paisagem onde estão inseridos.

Em *Vidas Secas*, uma das (se não a) obras mais conhecidas do alagoano, encontramos poucas menções no que diz respeito ao coronelismo, visto que a obra foca em retratar a vida de Fabiano e de sua família enquanto buscam sobreviver às intempéries do sertão. Assim, cada capítulo do livro apresenta determinadas ocasiões e destaca uma personagem e suas relações com as outras e com o ambiente árido e inóspito em que vivem. Como bem lembra Bosi (2017, p. 431), *Vidas Secas* mostra “o universo mental esgarçado e pobre de um homem, uma mulher, seus filhos e uma cachorra tangidos pela seca e pela opressão dos que podem mandar: o ‘dono’, o ‘soldado amarelo’”.

De fato, ninguém além de Fabiano, da esposa e dos filhos recebe uma caracterização própria, o que deixa cada um dos sujeitos opressores um ser impessoal, passível de ser encontrado em qualquer local. É o caso dos “donos” das fazendas nas quais a família se instala: o coronel existente nessa obra é apenas mencionado e, apesar de não aparecer fisicamente, ele exerce grande influência e opressão sobre as personagens.

A relação de Fabiano com o patrão é permeada pelo medo e por injustiças. O protagonista, apesar da pouca instrução, percebe as injustiças, principalmente no que diz respeito aos pagamentos de seu trabalho, mas não pode fazer nada contra elas; ele “receava ser expulso da fazenda” (RAMOS, 2019, p. 89), o que implicaria uma vida de retirante pela caatinga seca. É justamente essa a maior característica do coronelismo presente em *Vidas Secas*: a dependência do trabalhador em relação ao coronel, e essa dependência se dá por meio de diferentes artifícios do coronel.

No caso representado por Graciliano Ramos, tem-se a existência de dívidas infinitas, que impedem o trabalhador da fazenda de pagar o que deve e implica na dependência e na lealdade desse para com aquele: “pouco a pouco o ferro do proprietário queimava os bichos de Fabiano. E quando não tinha mais nada para vender, o sertanejo endividava-se. Ao chegar a partilha, estava encalacrado” (RAMOS, 2019, p. 90).

Se o coronel de *Vidas Secas* é impessoal, em *S. Bernardo*, tem-se a presença de Paulo Honório, um coronel que, apesar de possuir muitas das características comuns aos outros coronéis da literatura e, conseqüentemente, da realidade, é atípico, o que veremos adiante. Hermenegildo Bastos, no artigo “Os Coronéis – de Mendonça a Paulo Honório: notas sobre tipicidade e realismo em *S. Bernardo*”, de 2015, discute exatamente sobre essa dualidade na construção do protagonista do romance de Graciliano Ramos, uma vez que a origem de Paulo Honório, bem como sua história, ora se aproxima ora se afasta do que geralmente é tido como comum nos coronéis nordestinos da historiografia.

Vale ressaltar aqui que o enredo é narrado a partir do ponto de vista do próprio coronel. É Paulo Honório, já velho, “sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café” (RAMOS, 2009, p. 10), que conta a história de sua vida na tentativa de escrevê-la em um livro. Portanto, conhecemos os acontecimentos mais marcantes da vida do narrador desde a sua ascensão como coronel até a sua queda por meio da narração do próprio coronel, o que faz com que as características do coronelismo presentes na narrativa de *S. Bernardo* se apresentem de forma diferente da maioria das representações do coronelismo em que o coronel é apenas uma personagem (geralmente o vilão) da narrativa. Aqui, ele é o protagonista.

Bastos (2015) inicia sua reflexão acerca da representação do coronel na obra de Ramos mostrando que uma das maiores dificuldades desse narrador personagem na construção de sua narrativa, portanto, é escrever uma história de coronel que seja significativa e diferente da de muitos outros chefes locais já existentes. Talvez seja por esse motivo que a figura do coronel Honório seja tão contundente na análise das figurações do coronel na literatura nordestina. Por um lado, temos um coronel que usa da violência para garantir sua superioridade sobre outras pessoas e sobre outros coronéis, que é um fato bastante comum nos textos históricos e sociológicos que tratam do coronelismo e de suas características; por outro, encontra-se um coronel que, apesar de sua vida violenta e pautada na injustiça e na busca pelo poder, tem consciência das conseqüências de seus atos arbitrários e reflete sobre isso.

Como já mencionado, entre as características prototípicas de Paulo Honório como coronel estão a busca pelo poder e o uso da violência para atingir seus objetivos. De certo modo, suas ações são baseadas no intuito de apossar-se da fazenda S. Bernardo, para poder reconstruir a casa, “plantar algodão, plantar mamona, levantar a serraria e o descaroçador, introduzir nestas brenhas a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular” (RAMOS, 2009, p. 10).

Para tanto, o aspirante a coronel precisa, durante sua vida, seguir um código não escrito em que impera a braveza e a coragem para se sobressair perante os inimigos: “ele precisa

eliminar muitas coisas e pessoas, até chegar a ser quem é: precisa se distinguir dos outros coronéis iguais a ele, inclusive, até certo ponto, dele próprio” (BASTOS, 2015, p. 23). Bastos (2015) ainda aponta que é por meio da violência que Paulo Honório se sobrepõe aos outros coronéis, é a violência que o constitui como tal; é interessante que o próprio coronel aponta que o seu “primeiro ato digno de referência” foi justamente uma violência: esfaquear Fagundes, estando com 18 anos de idade.

Outro exemplo da violência que está imbricada à vivência do coronel Honório é a morte do coronel Mendonça, um dos desafetos do coronel. Embora não tenha feito o serviço com as próprias mãos, fica claro ao leitor que a morte de Mendonça fora planejada por Paulo Honório e executada pelo seu jagunço de confiança, Casimiro. Assim, o coronel fica longe das suspeitas do assassinato, mesmo que a sociedade na qual ele vive saiba o que de fato aconteceu; trata-se, segundo Bastos (2015, p. 23), de “uma violência institucionalizada, consentida, tornada marca do personagem e também da sociedade”.

O coronel de *S. Bernardo* também se assemelha ao tipo básico de coronel quando se trata de suas relações pessoais. Para Bastos (2015), são relações baseadas na cumplicidade e calcadas em formas arcaicas de exploração. Ora, ao padre Silvestre, Paulo Honório constrói uma capela, de modo a mantê-lo ao seu lado, ou pelo menos não contra ele, da mesma forma que a relação de Honório com outras personagens é pautada na necessidade de que essas pessoas estivessem ao seu lado, de modo a propiciar sua escalada ao almejado objetivo.

Entretanto, como já foi mencionado, o coronel representado em *S. Bernardo* se distancia do estereótipo básico do coronel, cujas origens remontam tempos passados e linhagens de grandes famílias, nas quais o poder e o título de coronel eram passados de geração em geração. Paulo Honório, pelo contrário, não pertence a nenhuma linhagem conhecida, “é um coronel sem tradição, o que de certa forma quebra a lógica da herança patriarcal” (BASTOS, 2015, p. 23). Ele precisa (e planeja com afincos) construir sua história e sua linhagem, e é por meio de suas ações que ele se torna o que é:

efetuei transações arriscadas, endividei-me, importei maquinismos e não prestei atenção aos que me censuravam por querer abarcar o mundo com as pernas. Iniciei a pomicultura e a avicultura. Para levar os meus produtos ao mercado, comecei uma estrada de rodagem. [...] Costa Brito também publicou uma nota na Gazeta, elogiando-me e elogiando o chefe político local. Em consequência mordeu-me cem mil-réis. Não obstante essa propaganda, as dificuldades surgiram. Enquanto estive esburacando *S. Bernardo*, tudo andou bem; mas quando vareei quatro ou cinco propriedades, caiu-me em cima uma nuvem de maribondos. Perdi dois caboclos e levei um tiro de emboscada (RAMOS, 2009, p. 28).

Por fim, talvez pela falta exatamente de uma raiz familiar mais forte, que o ajudaria a alcançar seus objetivos e a parecer mais forte e destemido na sociedade, Paulo Honório precisa apelar para outros artifícios, como a criação de uma imagem, de um *ethos*, para si que deixe claro a sua superioridade. O próprio coronel reconhece a importância de uma aparência imponente no sertão em que vive, pois, “a idade, o peso, as sobrancelhas cerradas e grisalhas, este rosto vermelho e cabeludo têm-me rendido muita consideração. Quando me faltavam estas qualidades, a consideração era menor” (RAMOS, 2009, p. 12).

Outro ponto interessante que vale ressaltar é que a narrativa de Graciliano Ramos não foca somente em apresentar os pontos negativos do coronel. Encontram-se, no decorrer da narração, momentos em que Paulo Honório pratica ações que, apesar de terem o intuito principal de alcançar seus objetivos particulares, beneficiam toda a população.

Como vimos no capítulo anterior, o alcance do poder público era muito pequeno sobre o sertão, restando, nesse caso, ao coronel a possibilidade de cumprir o papel do Estado. Dessa forma, Paulo Honório faz estradas e mata-burros, com a consciência de estar fazendo algo que não faz parte de suas obrigações: “Olhem que estou fazendo obra pública e não cobro imposto. É uma vergonha. O município devia auxiliar-me” (RAMOS, 2009, p. 28).

Essa constatação, de que a visão do coronel em *S. Bernardo* não é puramente maniqueísta em que o coronel é mau e a população que vive sob seu julgo é boa, vem de encontro com as ideias propostas no artigo de 2016 do historiador Eliézer Oliveira intitulado de “O bom e o mau coronel: representações sobre o coronelismo na obra de Bernardo Élis e na historiografia”. Nele, o estudioso buscou analisar o impacto que a representação do mau coronel presente na obra de Bernardo Élis teve na historiografia goiana.

Oliveira, então, tentou ir além da forma reducionista do bem e do mal na representação do coronel, buscando momentos em que a representação desse personagem, na literatura bernadiana, mostrasse momentos em que o coronel não necessariamente fosse intrinsecamente mal. Embora o estudo trate de obras escritas em momentos distintos e em contextos diferentes do de *S. Bernardo*, as considerações são importantes, pois se relacionam diretamente com a representação do coronel da obra de Ramos.

Inclusive, no final da narrativa, Paulo Honório analisa sua história e percebe que, apesar de tudo o que aconteceu, das coisas que fez e deixou de fazer, das violências que cometeu e de tudo o que tais ações acarretou, ele não mudaria sua maneira de ser. Bastos (2015) aponta que, mesmo se confessando violento, possessivo e dominador, tudo seria igual. Dessa forma, temos em Paulo Honório “um coronel assassino do Nordeste dos anos 1930 igual a tantos outros. Não deixará de sê-lo” (BASTOS, 2015, p. 21).

Vale ressaltar que o coronel, ou a figura dele, também está presente em outra obra conhecida do alagoano. Em *Angústia*, encontram-se resquícios do coronelismo na história de Luís da Silva que, oprimido pelo contexto citadino em que vive e por todas as dificuldades encontradas por causa da urbanização, se recorda de tempos passados em que vivia no campo, na fazenda do avô, o imponente coronel Trajano.

Conforme o entendimento de Ignácio (2010), Luís da Silva tem sua vivência pautada nas suas memórias do passado de glória da família; trata-se de uma visão idealizada dos feitos do coronel. Mais que isso, o protagonista sofre por causa de uma ausência desse passado e de tudo o que ele significava; essa ausência “se revela desde o seu nome: o avô, o destemido Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva; o pai, Camilo Pereira da Silva; ele, um Luís da Silva ‘qualquer’” (IGNÁCIO, 2010, p. 55). Tem-se então a representação nessa obra do período final do coronelismo propriamente dito, o qual teve seu declínio e fim com a modernização, com o advento da produção industrial e com o processo de urbanização (LEAL, 1997).

Além disso, as memórias de Luís da Silva revelam uma exaltação às características do coronel Trajano, à sua bravura e valentia. Isso reflete nos acontecimentos do decorrer da narrativa, quando o protagonista, que também é narrador de sua história, acaba por assassinar seu rival Julião Tavares, fato que o tornaria homem e valente, “tendo-se como parâmetro aferidor de hombridade o código de honra sertanejo, personificado nas lembranças que tem da figura de seu avô e da de homens cujas vidas ‘provaram’, por meio da contravenção, que tinham sido valentes” (IGNÁCIO, 2010, p. 59).

Nesse sentido, percebe-se em *Angústia*, assim como em *Vidas Secas*, vislumbres do coronel e do coronelismo. Assim, a obra do escritor alagoano nos permite analisar parte do modo como o coronelismo esteve representado na literatura do nordeste, uma vez que mostra aspectos determinantes desse sistema por meio de pontos de vista e abordagens diferentes: em *Vidas Secas*, tem-se a visão do coronelismo através dos olhos de quem sofre com as artimanhas do coronel; em *S. Bernardo*, a visão é a do próprio coronel a respeito de sua vivência no sertão e dos códigos de conduta que precisa seguir nesse lugar; e, por fim, em *Angústia*, vê-se uma espécie de exaltação da bravura e da valentia do coronel, pautadas por um código de honra implícito, a partir da visão de alguém que lembra de suas vivências na fazenda do avô.

Outro autor que em cujas obras estão representados coronéis é Wilson Lins, que publicou entre os anos de 1964 e 1967 uma trilogia literária sobre o coronelismo, composta pelos livros *Os cabras do coronel* (1964), *O Reduto* (1965) e *Remanso da Valentia* (1967). Essas obras foram objeto de estudo de André Luís Machado Galvão, que buscou analisar as relações e questões de poder presentes na trilogia de Lins e analisar o modo como as narrativas

são construídas e as consequências disso na constituição do panorama sobre o coronelismo construído pelo romancista.

Inicialmente, Galvão faz breves considerações acerca do coronelismo e aponta para algumas das principais características desse sistema na obra de Lins. Para o autor, o coronel é reconhecido por meio de uma estrutura de poder e os coronéis presentes na trilogia de Wilson Lins são marcados pela luta pelo poder (GALVÃO, 2018). Essas estruturas de poder se refletem na literatura de Lins por meio da interligação e da reciprocidade entre os coronéis e os políticos. Mais que isso, Galvão acrescenta que, nas obras analisadas, para o poder público, representado pelos políticos institucionalizados, as discussões e contendas entre os coronéis eram algo benéfico:

as lutas travadas no sertão interessavam diretamente aos distantes representantes populares, e eram acompanhadas e estimuladas também por eles. [...] As constantes batalhas entre o Coronel de Pilão Arcado, o protagonista, e seus adversários, principalmente o coronel Torquato Thebas de Remanso, sofrem a constante influência dos políticos, sempre agindo no sentido de auxiliar os seus aliados e salvaguardar seus interesses mútuos (GALVÃO, 2018, p. 24).

Outro aspecto importante apontado pelo estudioso sobre a representação do coronelismo na obra de Wilson Lins é a presença da violência, por meio da qual a estrutura de poder dos coronéis era sustentada, e do medo, que contribuía, juntamente com um sentimento contraditório de admiração, para que a população governada pelo coronel obedecesse ao chefe local. Para o autor, “a imagem do coronel se fortalecia proporcionalmente à quantidade de homens que comandava em verdadeiros exércitos pelo sertão nordestino” (GALVÃO, 2018, p. 25-26).

A arbitrariedade das ações do coronel também é um elemento constitutivo dos coronéis da literatura de Wilson Lins. Galvão (2018) aponta para o fato de que as vontades e imposições do coronel protagonista de *Os cabras do Coronel* são determinantes sobre tudo e sobre todos. Somados a esses elementos já citados, podem ser percebidos outros aspectos comuns da representação do coronelismo na ficção, como a prática de intimidação que culmina no voto de cabresto.

Dois apontamentos de Galvão devem ser ressaltados, dada a importância que esses elementos têm para a relação que se pretende construir a respeito dessas obras canônicas, das visões acerca do coronelismo vinculadas a elas, e de *Herança de Sangue*. Primeiramente, como vimos, o coronel Paulo Honório, de *S. Bernardo*, ao fim de sua vida, percebe a importância da aparência física e de sua postura para que as pessoas, sertanejos e coronéis, o respeitassem.

Aqui, o estudioso da obra de Lins aponta para a importância da ausência do chefe local e da espera pelo seu retorno; essa ausência na obra analisada contribui para que a fama do coronel aumente, por causa dos boatos e dos mitos criados pela população a respeito das vitórias do coronel ausente (GALVÃO, 2018).

O segundo apontamento diz respeito ao aspecto paradoxal da violência no ambiente coronelista; se de um lado é por meio dela que se constrói a estrutura de poder dos coronéis, por outro, a violência acaba por contribuir na criação de uma imagem negativa do indivíduo. Um dos coronéis presentes na trilogia analisada por Galvão recebe a proposta de mandar matar seu rival, entretanto, embora achasse tal ideia executável, o coronel “se preocupara com suas consequências, prevendo represálias dos adversários e até de seus aliados” (GALVÃO, 2018, p. 46).

Esse aspecto apontado pelo estudioso da obra de Wilson Lins destaca a importância dos códigos de honra e de conduta não escritos no sertão, uma vez que eles ditam o modo de vida dos coronéis, e é também por meio deles que se cria a imagem do coronel, a qual, como já vimos, é bastante importante. No exemplo analisado, o coronel, apesar de relutante, põe em prática o plano de assassinar seu rival, plano esse que dá errado. No fim das contas, o rival descobre a existência do plano e espalha o assunto pela região; há por parte dos moradores da região uma recepção negativa do assassinato que deu errado e uma criação de uma imagem desonrada do coronel que executou o plano.

Além disso, em outra análise, concentrando a investigação na subalternidade da população frente aos mandos e desmandos do coronel, Galvão (2011) salienta que, em *Os Cabras do Coronel*, o coronel é quem dita as vivências da população pobre. Um exemplo é quando acontecem as lutas entre os coronéis, os quais “lutavam em seu tabuleiro de xadrez, apenas movendo as peças, manipulando jagunços e inocentes, que apenas podiam seguir ordens (2011, p. 5).

Por fim, Galvão (2018) conclui sua análise apontando para o fato de que a diferença da obra de Lins para outras, que também se propuseram a retratar o coronelismo e os coronéis na literatura, é a amplitude do enfoque que o autor dá para questões pouco tratadas, ou não tratadas com muito enfoque, em outras obras. Para Galvão (2018, p. 143-144),

os coronéis da trilogia de Wilson Lins, apesar de colocados em lados opostos, comungam de mesmas regras de condutas, agem e reagem de formas parecidas em busca de sustentar seus interesses, sejam eles de ordem política ou econômica. Portanto, ao polarizar Franco Leal e Torquato Thebas, o autor constrói uma alegoria típica entre protagonista e antagonista, mas não consegue afastar a constatação de que não há herói e vilão, existem apenas chefes de mesmas atitudes e aspirações que

derrubam seus obstáculos para se manterem fortes perante as massas de seguidores, pessoas pobres, à mercê da imposição econômica e da coerção imposta pelos coronéis.

Além disso, o estudioso cita o carisma presente nos coronéis de Wilson Lins, que influenciava as pessoas ao redor dos coronéis, de modo que, pelo carisma, as pessoas fossem mais propensas a seguirem os interesses do chefe. É também por causa do carisma desses coronéis que eles “assumem características quase divinas, demonstrando sua coragem, sua força e seu caráter, o que desperta na população uma admiração incondicional, reforçando a dominação do chefe sobre seus seguidores” (GALVÃO, 2018, p. 144).

Outro aspecto apontado por Galvão (2018) a respeito da obra de Wilson Lins é que, uma vez que o autor viveu numa família típica da época em que vigorava o coronelismo, e sendo ele o filho de um importante coronel da Bahia, o autor consegue ampliar os horizontes da representação do coronelismo na literatura, apresentando aspectos da vivência familiar do coronel. Assim, além das características gerais do coronelismo como um sistema, a trilogia de Lins esmiúça a vida privada do coronel protagonista, mostrando suas relações com a família.

Ainda nessa revisita às obras literárias que trataram do coronelismo nordestino, destacam-se as obras de Jorge Amado, “um romancista voltado para os marginais, os pescadores e os marinheiros de sua terra que lhe interessam enquanto exemplos de atitudes ‘vitais’: românticas e sensuais” (BOSI, 2017, p. 433). É nesse contexto que se insere a temática do coronelismo nas obras de Jorge Amado: os coronéis, na literatura do escritor baiano, estão envoltos a outros elementos, como a sensualidade, a pieguice e a volúpia.

Em *Cacau*, sua segunda obra, publicada em 1933, o autor baiano enfoca os trabalhadores rurais, aqueles que sofrem com a desigualdade e com as arbitrariedades do coronel baiano. Tem-se, dessa maneira, uma narrativa em primeira pessoa, com um narrador personagem que “narra a trajetória do trabalhador camponês desde a chegada às fazendas de cacau, o trabalho desumano, a violência, a desigualdade de condição social em relação a vida dos coronéis” (SILVA, 1999, p. 65). Para a autora, o segundo romance de Jorge Amado

retrata a vida, o sofrimento e a luta da imensa classe trabalhadora que, oprimida pelo poder político e econômico, usa a força de trabalho que possui apenas para ampliar cada vez mais o capital dos coronéis. O herói que representa a massa trabalhadora não chega a assumir uma postura revolucionária. Os camponeses não são organizados e a consciência de classe é superficial (SILVA, 1999, p. 66).

Esse trecho sinaliza o caráter exploratório do coronelismo presente no romance de Jorge Amado, em que os trabalhadores fazem de tudo nas fazendas de cacau para que, por fim, o fruto de seu trabalho seja revertido no capital dos coronéis.

Entretanto, se por um lado, como vimos, *Cacau* trata do coronelismo superficialmente, mostrando a exploração sofrida pela classe trabalhadora, por outro, em *Terras do sem fim*, de 1943, Jorge Amado parte da visão do próprio coronel, retratando suas disputas pessoais e políticas. João Paulo Mansur (2020), no artigo “‘Terras adubadas com sangue’ O coronelismo de *Terras do sem fim*”, dedica-se a averiguar o romance *Terras do sem fim* no intuito de verificar a hipótese de que, antes mesmo de Victor Nunes Leal, Jorge Amado já teria tecido definições e caracterizações do fenômeno do coronelismo. O autor apresenta que, no romance analisado, tem-se a presença de acontecimentos que servem para caracterizar o sistema dos coronéis: “tocaias, cercos a cidades, assassinatos, incêndios de fazendas e cartórios, exércitos privados de jagunços” (MANSUR, 2020, p. 3).

Ainda, o estudioso da obra de Jorge Amado atenta-se para o fato de que, em *Terras do sem fim*, o romancista foca na discussão a respeito das relações entre o poder público e o poder privado (MANSUR, 2020). É possível notar, no romance analisado por Mansur, a existência de uma hipertrofia do poder privado dos fazendeiros de cacau e de uma inoperância do poder do Estado, o que vem de encontro com o que os autores teóricos do coronelismo dizem, quando salientam que é a partir dessa relação e das características dela que o coronelismo surge.

No romance, encontram-se algumas das características básicas do coronelismo. Mansur (2020, p. 7) aponta que, na obra analisada, há a reprodução das disputas políticas dos coronéis nos tempos de eleição: “nos pleitos eleitorais, os fazendeiros comportavam-se a seu modo costumeiro: ostentando a força privada do parabélum e do porrete. Encenavam espetáculos que envolviam furtos de urnas dos colégios eleitorais, tiroteios em praça pública e até assassinatos de candidatos adversários”.

Por fim, o estudioso conclui que “Jorge Amado [em *Terras do sem fim*] levou a sério a preocupação de narrar com base na realidade social ao tratar do emaranhado de relações entre os poderes privado e público que constituiu o coronelismo” (MANSUR, 2020, p. 11). O escritor baiano, assim, representou o coronelismo, que até então não se denominava disso, de forma literária o que, poucos anos depois, Victor Nunes Leal apresentaria de forma teórica em seu famoso *Coronelismo, enxada e voto*.

Concluindo este subcapítulo, temos em Jorge Amado, como foi exposto, um retrato quase que teórico das questões estruturais do coronelismo, contemplando desde o início do fenômeno coronelista, retratando as relações entre o poder público e o poder privado, até outras características dos coronéis, como suas disputas pessoais. Tudo isso envolto no véu da sensualidade e da volúpia, características marcantes da prosa de Jorge Amado.

Em Wilson Lins, talvez por conta do fato de o autor ter escrito uma trilogia focada no coronelismo, tem-se um retrato mais abrangente dos coronéis, de modo a retratar, além das características mais comuns do sistema, questões mais pessoais, como a vida privada do coronel. Também é o que acontece em parte da obra de Graciliano Ramos, na qual se encontra um coronel protagonista e narrador de sua própria história; um coronel que também é atípico, apesar de possuir muitos dos aspectos determinantes do coronelismo, como o uso da violência para conseguir realizar seus anseios e suas vontades.

Vale ressaltar que esses não são os únicos escritores do Nordeste que em cujas obras há a presença, de uma forma ou de outra, do coronelismo. Podem ser citados, também, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz, que, em suas narrativas, mesmo que não focadas em representar o coronel e o sistema coronelista, a presença do coronel era uma constante, o que acabou contribuindo para a criação de uma imagem para este coronel e para colocá-lo em evidência no cenário nacional (FORTUNATO, 2000).

Nesse sentido, o que podemos concluir a partir das considerações aqui tecidas é que, em se tratando das figurações do coronelismo na literatura produzida no Nordeste, os romancistas geralmente apresentam em suas obras as bases de sustentação do sistema e contribuem para a criação da imagem do coronel que até hoje ainda é muito presente no Brasil: a imagem de um homem mal cujas características se baseiam na violência e na exploração. Esses autores concentram suas obras na explicitação do modo de vida de chefes locais e nas suas vivências no sertão nordestino.

### **2.3 Outros coronéis da prosa brasileira em Mário Palmério, Guimarães Rosa e Érico Veríssimo**

O coronelismo como fenômeno político, embora com sua existência muito marcada no Nordeste do Brasil, não se ateve apenas nessa região. Como vimos brevemente no capítulo 1, o sistema coronelista teve suas características gerais, que serviram de base para a caracterização do sistema como um todo. Entretanto, de modo específico, o fenômeno do coronelismo aconteceu de diferentes maneiras em diferentes regiões do Brasil.

Esse fato reflete no modo em que o coronel é representado também na literatura. Se percebemos na seção anterior uma relação entre a caracterização dos coronéis nordestinos na literatura dessa região, temos também um grande leque de diferentes coronéis presentes na literatura brasileira de um modo geral, refletindo as diferenças do fenômeno do coronelismo em diferentes partes do Brasil.

De acordo com as considerações de Campos (1987), já citado anteriormente, o coronelismo se diferencia, entre outros fatores, pelo *status* periférico do estado em que ele ocorre. Assim, por um lado, em estados como São Paulo e Minas Gerais, em que já existia um sistema político forte, os coronéis estavam intimamente ligados à política e exerciam cargos oficiais, o que contribuía para a manutenção de seu poder. Por outro lado, nos estados mais periféricos, como os do Nordeste, nos quais não existia ainda um sistema político forte, o coronelismo era menos ligado à política institucionalizada. O caso de Goiás, como vimos, é específico.

De todo modo, assim como veremos a seguir, os romancistas conseguem explicitar essas diferenças da atuação do coronel nas páginas de suas obras. Portanto, nessa seção buscamos, também por meio de uma revisão bibliográfica, analisar os modos como o coronelismo de outros estados brasileiros, como o de Minas Gerais e até mesmo da região Sul do país, esteve representado na literatura.

Mário Palmério (1916-1996) foi um dos escritores que, depois de ter reunido um abundante material linguístico e de costumes regionais, escreveu sobre a vida sertaneja mineira e sobre o coronelismo no seu estado de origem. *Vila dos Confins*, publicado inicialmente em 1956, retrata a tentativa de um coronel de alcançar ainda mais prestígio na política, ao passo que *Chapadão do Bugre*, de 1965, é, assim como *O tronco*, do goiano Bernardo Élis, baseado em um acontecimento real e retrata a vida do protagonista José de Arimateia, órfão que acaba por se envolver na vida do influente coronel Tonho Inácio; é essa relação que determina, de certa forma, os acontecimentos do enredo da narrativa de Palmério.

Para Vinaud (2011, p. 87), que estuda sobre a obra de Palmério, “os romances de Mário Palmério focalizam momentos de transição na vida social e política”. Segundo a autora, em *Vila dos Confins*, há a representação da vida política do sertão, onde “eleição se ganha com dinheiro e com polícia”. Já no segundo romance do autor, têm-se representadas as reviravoltas de poder no sertão.

Inicialmente, em *Chapadão do Bugre*, o narrador observador apresenta, assim que José de Arimateia chega na fazenda de Tonho Inácio, algumas características do coronel. A história do fazendeiro se mescla com a história da região:

os primeiros a desbravar o vale do Araraúna – chão superior de mata virgem, massapé roxo sem mistura – foram uns Inácios, gente vinda das Gerais. Chegaram e se afazendaram a seu modo: café, cana e zebu. Derrubada a mata, a zona mudou de aspecto: em cada vertente de ribeirão, boa sede assobradada, curralama de lei, engenho de serra e de açúcar. Num curto correr de anos, virou lugar afamado, de muito progresso e fartura. Seu Tonho Inácio descendia desses antigos da Mata, e a fazenda

que conservava – Capão do Cedro – era, por assim dizer, a gema do vale (PALMÉRIO, 2006, p. 23).

Esse trecho ilustra que a família do coronel é responsável pelo processo de desbravamento do vale do Araraúna, o que os tornam merecedores da posse dessas terras. Como veremos, em *Herança de Sangue*, a vila de Catalão em Goiás também tem sua história mesclada com a de muitos dos coronéis que lá atuaram.

Prosseguindo, o leitor também conhece algumas das características pessoais de Tonho Inácio; são características positivas, de um homem que apesar de “impertinente, exigidor”, era “também aberto de coração, dador de si: quem anda direito com ele, acaba com a vida arranjada” (PALMÉRIO, 2006, p. 23-24). Aqui já fica claro que o coronel em questão é alguém de coração aberto, mas, para que ele exerça sua bondade, é necessário que o *outro* “ande direito com ele”. Trata-se de uma espécie de código de conduta pessoal, que define os modos de atuação do coronel

Isso fica evidente com o decorrer da história, pois, depois que o protagonista se descobre traído pela mulher que amava (e ela o traía com o próprio filho do coronel Tonho, chamado de Inacinho), ele acaba assassinando o filho do coronel, o que faz com que Tonho Inácio inicie uma caçada gigantesca ao ex-empregado em busca de vingança. A vingança, inclusive, é importante para a análise que aqui se pretende fazer, uma vez que o ato de vingar-se está diretamente relacionado aos manuais de honra retratados no romance de Sant’anna, objeto de estudo deste trabalho.

De todo modo, na obra de Palmério, surgem outros dois personagens determinantes na história: o coronel Américo Barbosa, que simboliza a oposição ao coronel Tonho, e o juiz de direito Damasceno Soares, o qual busca prestígio enquanto tenta seguir as regras não escritas do sertão. Ressalta-se que, também, em *Vila dos Confins*, encontramos, como o juiz Damasceno Soares, uma personagem que representa a classe urbana, qual seja o deputado Paulo Santos. Esses dois personagens em particular, cada qual com suas próprias características, exercem grande influência nos acontecimentos narrados nos dois livros, fato que explicita bem o que foi discutido no início da seção: a característica própria do coronelismo nas regiões menos periféricas.

Nessas regiões, há a presença mais marcada do Estado e da elite urbana no cenário coronelista. Sobre isso, Vinaud (2011, p. 91) salienta que

os personagens provenientes da classe média, isto é, da burguesia urbana, são os principais responsáveis por provocar ondulações na superfície da ordem oligárquica rural. Paulo Santos é deputado federal residente no Rio de Janeiro; Damasceno Soares

é juiz de direito há longo tempo em municípios interioranos. Ambos podem lutar por seus objetivos dentro da lei. Acontece que não há *lei* no tempo e no espaço em que agem, porque tanto o poder central quanto o poder local se pautam por ordens, ou conjunto de regras, que variam de acordo com interesses individuais.

Nesse sentido, percebe-se que nos romances de Mário Palmério, apesar da tentativa da elite urbana de exercer poder no sertão mineiro, as regras do sertão, que se baseiam na sobrevivência do mais forte, se sobressaem em relação à vivência urbana dessas personagens. Mais que isso, mesmo que essas personagens acabem por lançar mão do uso de determinadas regras de conduta do sertão, elas podem não conseguir ter seus planos executados com êxito, como é o caso do deputado “Paulo Santos [que] tenta mudar a liderança local, usando as regras de seus adversários e perde” (VINAUD, 2011, p. 91). Tal trecho se relaciona diretamente com as análises empreendidas a respeito de *Herança de Sangue*, nas quais notamos, como veremos a seguir, que o contexto de Catalão também sobressai sobre forasteiros, fazendo com que eles não consigam desenvolver-se e ganhar prestígio na cidade.

Essa relação propriamente dita é menos visível quando se trata da obra de Guimarães Rosa, embora em Guimarães, as questões de honra e infâmia estejam mais presentes. Aqui, o escritor “procede abolindo intencionalmente as fronteiras entre narrativa e lírica” (BOSI, 2017, p. 459) para criar sua grande narrativa sobre o sertão e seu habitante mor: o sertanejo, o jagunço. No *Grande Sertão* de Rosa, temos, de modo parecido com a abordagem de *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, uma narrativa que concentra seu foco no modo de vida do sertanejo, mais propriamente, do jagunço.

No romance de Guimarães Rosa, encontra-se o que Oliveira (2016b) chama de avesso do passado. O modo de vida do coronel e suas características, tão comuns na análise historiográfica, bem como as próprias figurações do coronelismo como sistema, dão lugar ao modo de vida do jagunço, “figura típica local, desamparado das formas de organização que poderiam garantir a justiça e a paz, torna-se, ele mesmo, seu agente, apregoando a coragem como sua maior virtude” (AGUIAR, 2012, p. 19).

No artigo de nome “Homens provisórios. Coronelismo e jagunçagem em Grande Sertão: veredas” de Sandra Vasconcelos, publicado em 2002, a autora aponta para um fato, até então, pouco estudado sobre a grande obra de Rosa: “encobertas pela beleza da linguagem e pelo lirismo e dramaticidade do texto, a violência e a brutalidade que pautam as ações e práticas dos jagunços em *Grande sertão*: veredas parecem ter ocupado uma espécie de segundo plano nas leituras críticas do romance” (VASCONCELOS, 2002, p. 324).

Além de pautar as ações desses jagunços, a violência também é o elemento que determina o nível de valentia deles; e, se a valentia é buscada e reveste o jagunço de honra, a covardia é evitada a todo custo, já que ela resulta na má reputação do jagunço, na criação de uma imagem desonrada, infame. Um trecho que exemplifica essa afirmação diz respeito ao momento em que Riobaldo, revestido dos poderes do Urutu-Branco, chefe da tropa de jagunços, emprega sua palavra numa ameaça de morte ao primeiro que aparecer, mas quando isso ocorre, já sem vontade de matar, fica na encruzilhada entre a palavra empenhada (a honra) e o assassinato gratuito (a infâmia)<sup>5</sup>:

ao que escutei queixos e dentes do homem bater. Súbito indivíduo assim não tinha ação de voz nem tirava um suplicar. Tudo o que não sabia, ele adivinhava. Previsse que ia morrer só para indenizar do perdão dum outro, só por preencher o lugar que devia de ser o do nhô Constâncio Alves? Ah, não. Agora, a vontade de matar tinha se acabado! Sei e soube: por certo que o demo, agora, escondia sua intenção, por desconfiar de que eu não fosse querer cumprir. Com ele, meu senhor, assim é: sempre escolhe seus estilos. Ao mais, dessa vez, ele sabia que não carecesse de me azuretar. Sabia que eu estava até com enjôo da situação daquele homem da égua, meu gosto era permitir que ele fosse s'embora, forro de qualquer castigo. Mas sabia igual que eu estava na estrita obrigação de matar – porque eu não podia voltar atrás na promessa da minha palavra declarada, que os meus cabras tinham escutado e glosado. Ah, o demo bem me conhecia! Devia de estar no astuto, ali por perto, feitor, se pagodeando de mim: querendo ver bem boa execução, do meu dever de crime (ROSA, 1998, p. 677).

A honra e a infâmia, nesse trecho, transvestem-se em diferentes conceitos, baseados principalmente no misticismo e na religiosidade típicas do sertão. O valor da palavra, sinal de honra e hombridade, e a infâmia de um assassinato gratuito, apenas por cumprir a promessa feita, fazem com que Riobaldo analise a situação em que se encontra, atribuindo esse impasse às forças do demo, procurando um meio caminho entre o cumprimento da palavra (e a caracterização desse ato como covardia) e a covardia também caracterizada por não realizar a promessa.

Além disso, encontra-se em *Grande Sertão* a presença do coronelismo de um modo diferente, pois, como apontamos, o enfoque dado pelo romancista foi no jagunço, uma parcela da população cujas vivências dependiam de uma forma ou de outra do coronel. Aqui, o que se vê é a explicitação dos problemas enfrentados por esses habitantes do sertão; problemas estes baseados na exploração de trabalho e na relação de dependência dos jagunços a respeito dos coronéis (VASCONCELOS, 2002). Segundo a autora,

---

<sup>5</sup> Esta breve reflexão foi proposta pela professora Dra. Émile Cardoso Andrade, na ocasião da qualificação desta dissertação.

trata-se, no geral, de um conjunto de materiais que têm como pano de fundo o período da história brasileira em que a política dos coronéis viveu seu apogeu e declínio e como traço comum a descrição de um tipo sertanejo, com seus hábitos e costumes, cujo modo de vida Rosa ajudou fortemente a fixar num estudo quase antropológico da figura do jagunço (VASCONCELOS, 2002, p. 323).

Também, na obra de Guimarães Rosa, verifica-se a caracterização do jagunço como um dos tipos de indivíduos que habitam o sertão; nem capangas nem cangaceiros, eles são representados no romance “como homens livres que optaram pelo modo de vida provisório e nômade da jagunçagem pelos mais variados motivos” (VASCONCELOS, 2002, p. 328). Entretanto, como aponta Vasconcelos (2002), são parte importante da estrutura política do sertão, pois tanto os chefes (coronéis) como os subordinados (jagunços) cumprem seu papel no processo de manutenção dessa estrutura de poder.

Por fim, a autora conclui seu estudo mostrando que, mais que caracterizar o jagunço e mais que mostrar as características do contexto em que surge a jagunçagem (qual seja o contexto de dominação coronelista), Guimarães Rosa em seu *Grande Sertão* trata, utilizando da expressão já utilizada, do avesso da história ao tecer sua interpretação a respeito da “liquidação do coronelismo durante a Primeira República, narrado de dentro e de baixo, da perspectiva de uma personagem que viveu todo o processo” (VASCONCELOS, 2002 p. 331). A interpretação pessoal do romancista, transposta no romance, contribui para uma visão mais completa do fenômeno do coronelismo e, conseqüentemente, do seu fim nos sertões de partes da região sudeste e da região nordeste do país.

Seguindo, de certo modo, essa ideia, da representação, pela literatura, das maneiras como se deu o fim do coronelismo, temos também contribuições na obra do gaúcho Érico Veríssimo. Para Bosi (2017, p. 435, grifos do autor) a síntese da literatura de Veríssimo se baseia na disposição do escritor de compor um panorama da sociedade burguesa gaúcha e, para isso, o autor “buscou realizar um meio-termo entre a *crônica de costumes* e a *notação intimista*”

De fato, vê-se na grande trilogia *O tempo e o Vento*, com volumes publicados de 1949 a 1961, um grande panorama de um corte temporal da história do Rio Grande do Sul, em cuja narrativa o leitor conhece um pouco do dualismo presente nas relações pessoais e de poder no estado: “a história de duas famílias, os Terra Cambará e os Amaral, atravessando dois séculos de vida perigosa, é o fio romanescos que une os episódios do ciclo e embasa as manifestações de orgulho, de ódio, de amor e de fidelidade” (BOSI, 2017, p. 436).

No artigo intitulado de “O espaço regional nas cidades imaginadas de Érico Veríssimo” de 2015, Alves aponta para o fato de alguns dos protagonistas dos romances de Veríssimo terem suas histórias e as de suas famílias mescladas com a própria história da sociedade gaúcha.

Segundo o estudioso, por exemplo, em *O tempo e o Vento*, a fundação da vila de Santa Fé se confunde com a história da família Cambará; da mesma forma, em *Incidente em Antares*, de 1971, a história de Antares se correlaciona com a das famílias Campolargo e Vacariano.

Para Fortunato (2000), o coronelismo gaúcho é caracterizado a partir de suas especificidades com relação ao coronelismo generalizado da historiografia do Brasil. Segundo a autora, algumas das características do coronelismo no Rio Grande do Sul são a ligação dos coronéis com o Estado e com o Partido Republicano Riograndense e a atuação desses coronéis em centros urbanos, bem como a diferença na atuação dos coronéis de diferentes partes do estado (FORTUNATO, 2000).

Nos dois exemplos tomados neste trabalho, é possível perceber algumas dessas características, uma vez que, em *Incidente em Antares*

as famílias Vacariano e Campolargo são as mandatárias, símbolos natos do coronelismo [...] Inimigas desde o primeiro encontro, essas famílias cultivam uma rivalidade sangrenta que dura aproximadamente 70 anos, entre 1860 e 1930, sempre envolvidas em desajustes de ordem pessoal, política ou econômica. A união de ambas ocorre às vésperas da Revolução de 1930 por conta de um “tratado de paz” promovido pelo então deputado Getúlio Vargas, que trabalhava na comunhão de forças políticas prevendo as eleições (ALVES, 2015, p. 80).

Esse trecho do estudo de Alves sinaliza para a relação próxima do coronel com o poder institucionalizado do Estado.

Também, nessas duas obras de Veríssimo, encontramos indícios do período final da dominação oligárquica no Rio Grande do Sul. Rodrigo Cambará, de *O tempo e o Vento*, é um resquício da grande família Cambará, mas que, em virtude de um tempo passado no Rio de Janeiro, está absorvido com a ideia de modernidade; da mesma forma, o próprio Tibério Vacariano de Antares, após visitar a capital federal, volta para Antares também animado com os avanços da modernidade no Rio.

Assim, empreendemos que a representação do coronelismo em Érico Veríssimo contribui para a compreensão dos modos particulares da ocorrência do fenômeno no estado do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, vimos também que, por meio da literatura do Sudeste, aqui exemplificada com obras de Mário Palmério e Guimarães Rosa, consegue-se empreender as diferentes figurações do coronelismo nas regiões mais desenvolvidas do país. Na próxima seção, focamos no modo particular do coronelismo goiano e das suas figurações na literatura produzida sobre Goiás.

## 2.4 O coronel de Goiás sob o olhar de alguns autores goianos

Perceber como o coronelismo foi abordado na literatura goiana e quais foram os conceitos abordados e as caracterizações feitas sobre coronel e clientela foi o objetivo principal do trabalho já mencionado aqui de Gracy Tadeu da Silva Ferreira. A autora, para chegar a esse fim, escolhe sete obras goianas para serem analisadas de modo a entender as diferenças e semelhanças entre as abordagens que os autores seguiram nas constituições de suas obras, quais sejam *O tronco*, de Bernardo Élis, *Quinta-Feira Sangrenta*, de Osvaldo Rodrigues Póvoa, *Abílio Wolney: um coronel da Serra Geral*, de Nertan Macedo, *Santa Rita*, de Carmo Bernardes, *Setentrião Goiano*, de Orthon Maranhão, *Tropas e Boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos e *Os Sertanejos Que Eu Conheci*, de Frei F. José Maria Audrin.

A autora salienta que a maioria dessas obras, incluindo *O tronco* e *Quinta-Feira Sangrenta*, tem como ponto em comum a tomada de um fato trágico como inspiração, uma vez que, nessas obras em questão, os autores abordam fatos trágicos, sangrentos, ocorridos em Goiás, e que ficaram marcados na história do estado (FERREIRA, 1998). Além disso, na maioria das obras literárias goianas que trataram sobre o coronelismo, mesmo o tendo como pano de fundo, abordou, de uma forma ou de outra, a natureza violenta do contexto coronelista.

De fato, tem-se em *O tronco* a reconstituição de um episódio ocorrido na vila de São José do Duro, ocorrido em 1919 ao norte do estado, onde hoje é o município de Dianópolis no Tocantins e que ficou conhecido como a “Chacina de São José do Duro”. A chacina foi resultado de disputas de poder entre os Wolneys (que no romance recebem o sobrenome Melo), coronéis que comandavam o norte de Goiás, e os Caiados, coronéis que comandavam o sul do estado e que eram os detentores do poder público institucionalizado.

Os fatos históricos e os acontecimentos narrados por Bernardo Élis no romance citado pouco se diferenciam da narrativa historiográfica do acontecimento, apesar de que alguns nomes das principais personalidades envolvidas tenham sido trocados no romance. Essa constatação corrobora a ideia de Ferreira (1998), para quem algumas das obras por ela analisadas foram resultados de pesquisas históricas, tornando a parte fictícia, muitas das vezes, apenas como algo referencial.

De todo modo, na obra de Bernardo Élis, tem-se uma narrativa envolta pela violência e pelo medo, e a violência nem sempre acontece de forma física, embora esse tipo de violência fique mais evidente. O próprio nome do romance de Élis faz referência a um instrumento de tortura próprio do período da escravidão no Brasil, mas que está presente também na sociedade coronelista. Os acontecimentos mais marcantes do romance dizem respeito ao assassinato de

boa parte da família do coronel Artur Melo, que já estava sendo mantida presa ao tronco há alguns dias, pela polícia no intuito de frear a investida do coronel à vila do Duro, que buscava vingança pela morte do pai, Pedro Melo.

Entretanto, como apontado, a violência psicológica também toma conta do romance, ocorrendo por meio do medo. No início da narrativa, vemos o momento em que o juiz indicado para investigar um assassinato cometido pelo coronel Pedro Melo, Dr. Hermínio, assustado com os rumos que o julgamento está levando, desiste de condenar o coronel por medo; de fato, no meio do julgamento, um dos envolvidos no assassinato, um jagunço, chega com sua arma e a coloca do seu lado, tombando-a “ruidosamente no chão”.

O medo está presente nas relações pessoais dos moradores do Duro e suas vivências são pautadas, dentre outras coisas, pelo medo que sentem das personagens consideradas como portadoras da violência, quais sejam o coronel, os jagunços e a força policial. Por um lado, os jagunços eram temíveis, pois eram eles que cuidavam dos interesses do coronel. “Jagunço é bicho custoso de morrer. Para tiro ofender jagunço, só se ele estiver com os pés no ar, por riba de uma cerca, passando numa ponte” (ÉLIS, 1987a, p. 187-188). Por outro, a força policial “não merecia confiança” (p. 142), pois eram “um bando de facínoras” (p. 142).

Os policiais abusavam da autoridade que achavam que tinha e sentiam-se no dever de realizar atos de violência para se provarem corajosos. Dessa afirmação, tratamos também das relações pessoais presentes em *O tronco*, as quais nos apresentam as características das vivências pessoais de quem estava inserido no contexto do coronelismo. A força policial, por exemplo, usava da violência para mostrarem-se corajosos, no intuito de ascenderem socialmente, por meio do ganho de confiança dos coronéis.

A esse respeito, Oliveira e Quadros (2015), ao discutirem sobre o modo que a valentia e a honra se revelam na sociedade goiana, tomando como exemplo o romance de Élis, apontam que a valentia goiana não condiz com os ideais clássicos, na medida em que, em Goiás, os duelos, expressão máxima do ideal clássico de valentia, quase nunca aconteciam. Inclusive, era comum o ataque por tocaia, pelas costas ou ataques com números de inimigos discrepantes. Para exemplificar, os autores citam o assassinato das nove pessoas presas ao tronco, indefesas, pela polícia; apesar da aura infame do ato “o alferes não perdeu sua aura de valentia [...] para os padrões goianos, a coragem de matar, nem que sejam pessoas indefesamente presas a um tronco, é um forte demonstrativo de valentia” (OLIVEIRA; QUADROS, 2015, p. 489).

Os jagunços, na maioria das vezes, eram pessoas que trabalhavam para os coronéis por obrigação, visto que era comum que os coronéis criassem mecanismos para fazer com que seus trabalhadores dependessem do trabalho e dos coronéis. Essa é outra característica do

coronelismo representado na literatura goiana; em *O tronco*, percebe-se que alguns dos que entravam nas brigas dos coronéis eram obrigados a isso: “Baianinho ali estava como um cativo. Era camarada do coronel Batista, a quem ficara devendo um despropósito. Dívida fantástica, dívida inventada pelo coronel” (ÉLIS, 1987a, p. 63).

Para Ferreira (1998), Élis, n’*O tronco*, mostra como fatos corriqueiros resultaram em embates sangrentos e mostra a fragilidade da Lei e da Justiça. De fato, é por conta de um inventário apresentado ao coletor estadual que toda a chacina vai criando forma, desde a briga inicial entre Artur e o coletor Vicente Lemes, passando pelo assassinato do pai de Artur, até chegar na chacina propriamente dita: tudo isso por causa do inventário que Artur convenientemente omitiu bens (mais uma característica do coronelismo).

Com relação à fragilidade da Lei, vê-se que dois juízes chegaram a ir ao Duro para julgar as atrocidades cometidas por Pedro Melo e seus jagunços, mas por causa do medo tais juízes abandonam seus cargos. A Lei, nesse contexto, serve aos interesses dos coronéis, e deve ser utilizada para satisfazer suas vontades: “aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplica a lei”.<sup>6</sup>

Além disso, segundo Ferreira (1998), Élis apresenta a lógica que regia o coronelismo: o pacto de compromissos, a reciprocidade entre coronéis e entre o governo e os coronéis, a capacidade de fazer rearranjos de acordo com as necessidades do coronel. Mais importante ainda, Élis mostra as consequências da quebra desse pacto. Janotti (1992) aponta para o fato de que o coronel e o governo deveriam ter o menor atrito possível para que o sistema funcionasse. Em *O tronco*, vemos o que acontece quando os atritos tornam a relação entre os coronéis e o poder público insustentável.

Oliveira (2016b) também analisa algumas obras de Bernardo Élis, entre elas *O tronco*, na tentativa de entender as contribuições da representação do coronel e do coronelismo por meio da literatura do escritor para a criação de uma imagem “malvada” do coronel na historiografia goiana. Nesse sentido, o historiador extrapola sua análise e encontra trechos em que os coronéis de Bernardo Élis se apresentam de modo diferente da imagem comumente percebida de mal e inflexível.

O estudioso primeiramente discute a respeito dos coronéis que são irremediavelmente maus e explicita que o coronel Eupídio, do conto “A enxada”, por exemplo, é um desses coronéis inflexíveis e marcados pela maldade e pela crueldade. De fato, no conto, o coronel

---

<sup>6</sup> Expressão apresentada por Víctor Nunes Leal para apresentar os modos como a justiça era feita no coronelismo, bem como para demonstrar os modos por meio dos quais o poder coronelista era mantido. Uma variável dessa expressão é “para os amigos pão, para os inimigos pau”. Segundo Leal, essas expressões eram comuns de serem ditas pelos chefes políticos da época.

contrata Supriano para plantar arroz em uma de suas terras, mas lhe nega o empréstimo de uma enxada; mais que isso, proíbe que outras pessoas emprestem ou vendam o instrumento de trabalho para o sertanejo e ainda coloca a força policial atrás de Supriano para pressioná-lo a fazer o serviço o mais rápido possível.

Por fim, numa cena sangrenta, o leitor sente-se incomodado quando o narrador narra a última noite do prazo que Supriano tinha para plantar a roça: ali, debaixo da chuva, encontra-se o sertanejo cavando a terra dura com as próprias mãos que, por causa do trabalho duro, já são apenas os tocos dos dedos ensanguentados do rapaz. Para Oliveira (2016b), Bernardo Élis utiliza de vários artifícios para retratar Eupídio como um mau coronel, chegando a relacioná-lo a satanás.

Nas vezes em que esses “bons coronéis” foram representados, em contos e também em romances de Élis, eles geralmente tinham suas virtudes baseadas na responsabilidade com a promoção de benefícios para a comunidade, por conta da ausência do Estado, e no cumprimento de seu dever civilizador, frente a incivilidade do sertão (OLIVEIRA, 2016b). Além disso, no conto “Sua alma, sua palma”, encontra-se o Major Erculino, um coronel arrependido, consumido pela culpa.

Para o historiador, o próprio coronel Pedro Melo, apesar de sua característica principal ser a crueldade, é alguém que ganha algumas descrições positivas:

diferentemente de o conto “A enxada”, quando o coronel Elpídio é demonizado, em *O tronco*, aparecem algumas descrições positivas dos coronéis. Pedro Melo, por exemplo, é visto como “um homem inteligente, sagaz, audacioso, de ambição sem limites, duro feito uma aroeira” [...] que amava o trabalho, a pontualidade, a energia e a força. Amava a vida rude e simples (OLIVEIRA, 2016b, p. 9).

Vale ressaltar também que é Pedro Melo o responsável por construir a estrada que ligava a vila do Duro à Barreiras, na Bahia: “como um general, todo encourado, Pedro ia e vinha, dando ordens, distribuindo o pessoal no trabalho, apressando a picada, pois precisava voltar ao sítio ainda em tempo de ajustar as chedas dos carros, que os carpinteiros lavravam” (ÉLIS, 1987a, p. 41).

O mesmo fato narrado pela pena de Élis é também a inspiração de Osvaldo Rodrigues Póvoa para a sua *Quinta-Feira Sangrenta*, de 1979, e de Nertan Macedo para o seu *Abílio Wolney: Um Coronel Da Serra Geral*, publicado em 1980. Ao contrário da obra de Élis, que tem enfoque apenas no massacre, as obras de Póvoa e Macedo buscam contextualizar os acontecimentos que culminaram no massacre e analisá-los, com o intuito de contar a verdade sobre o que aconteceu.

Ferreira (1998) aponta que Póvoa faz o histórico de Abílio Wolney e parece pretender contar a “verdadeira” versão dos acontecimentos utilizando-se de cartas e depoimentos, entretanto, o autor acaba por apresentar alguns dados que contradizem a historiografia. Além disso, Póvoa analisa a relação entre coronel e governo, realçando o fato de ser comum no coronelismo o governo esmagar a oposição, numa tentativa de justificar as ações de Abílio.

Dessa forma, o autor dá a entender que o massacre da vila do Duro tenha sido algo planejado pelo governo, representado pelos Caiados, os coronéis do sul do estado (FERREIRA, 1998). No que diz respeito à obra de Macedo, Ferreira (1998) salienta que seu relato pouco se diferencia dos outros analisados.

Carmo Bernardes é outro escritor goiano que merece destaque nessa seção. Em *Santa Rita*, publicado em 1995, Bernardes conta o dia a dia do sertão e, ao descrever o surgimento da fictícia cidade de Santa Rita, o autor sintetiza o surgimento da maioria das cidades goianas. Ferreira (1998, p. 103) salienta que o narrador de *Santa Rita*, Estevo, “comenta que desde o início os coronéis Pereira Moreira estiveram presentes no lugarejo, tomando as decisões sobre a vida, a organização social e política do arraial, apesar de existir um conselho, na prática, quem dá as ordens são os coronéis”.

Como dito, a história do povoado de Santa Rita se assemelha à história de outras localidades de Goiás, cujo desenvolvimento, ou a falta de desenvolvimento, está interligado com a atuação dos coronéis. A Catalão de *Herança de Sangue* é uma das cidades que sofrem com as consequências do coronelismo, como a violência: o crescimento urbano de Catalão sempre “foi atrapalhado pela violência de seu povo” (SANT’ANNA, 2012, p. 141).

Essas não são as únicas contribuições da obra de Carmo Bernardes para a análise das construções do coronelismo na literatura goiana. Em *Santa Rita*, o romancista aponta questões comuns do coronelismo, como os mandos e desmandos, arbitrariedades etc., o que, para Ferreira (1998), dá margem para comparações com outros textos que também tratam do coronelismo. Além disso, em *Jurubatuba*, do mesmo autor, publicado em 1972, há menções a respeito do modo de trabalho nas fazendas dos grandes coronéis.

Orthon Maranhão, Hugo de Carvalho Ramos e Frei F. José Maria Audrin, de acordo com as considerações de Ferreira, apresentam em suas obras aspectos isolados do coronelismo: Maranhão mostra que a violência e o terror servem para justificar questões de mando e desmando e de hegemonia política, embora sua obra não se empenhe em seguir o que já foi confirmado pela historiografia; Ramos, inspirado pela nostalgia, tece considerações sobre a relação do sertanejo com o coronel (opressão) e de como eram as garantias de trabalho (verbais); e, por fim, Audrin discorre sobre o modo de vida singular do sertanejo (FERREIRA, 1998).

Vale ressaltar, também, que a importância da aparência do coronel para que se crie sua aura de respeito e de honra também é destacada nas obras analisadas, aspecto que será bem mais aparente na análise de *Herança de Sangue*. No conto “A enxada”, o coronel Eupídio chega “com rompante, enorme em riba da mulona, as esporas tinindo, as armas sacolejando” (ÉLIS, 1987b, p. 87). Já em *O tronco*, Pedro Melo, “com seu porte arrogante, com seu semblante duro”, com uma barba longa, vestido com roupa de couro, “montado na sua grande mula, a maior de que havia notícia naquela região” era o líder incontestado do lugar (OLIVEIRA, 2016b, p. 9). Detalhe que até a mula do velho coronel era a maior da região; todos esses elementos contribuem para a construção da imagem respeitada do coronel.

A título de conclusão, mesmo que uma conclusão prévia, por meio de sua análise, Ferreira percebe que os escritores goianos analisados apresentam, em suas obras, dados sobre a política coronelística presentes também nas obras da historiografia goiana. Ao analisar *O tronco*, de Bernardo Élis, por exemplo, o autor encontra a presença de trechos que apresentam a lógica que regia o coronelismo, baseada na reciprocidade, na capacidade de os coronéis fazerem rearranjos e pactos com diferentes sujeitos a fim de garantir com que suas vontades fossem satisfeitas (FERREIRA, 1998). Da mesma forma, Ferreira (1998) encontrou na análise de *Santa Rita*, de Carmo Bernardes, questões comuns do coronelismo, como os mandos e desmandos do coronel; em *Setentrião goiano*, de Orthon Maranhão, percebe-se o uso da violência e do terror para justificar questões de mandonismo e de hegemonia.

Nesse sentido, Ferreira (1998) conclui que

os autores reconhecem em suas obras que a exploração permeia a relação coronel-clientela, porém, não houve a preocupação de mostrar a relação social coronel-clientela, como uma relação de classe. Prevalece nas construções a ideia maniqueísta: o coronel é sempre apresentado como impiedoso e a clientela, sob seu jugo, como frágil e desprotegida (FERREIRA, 1998, p. 107).

Os autores literários goianos focam em mostrar, nas suas obras, as bases de sustentação do coronelismo, quais sejam os acordos tácitos para manutenção do poder e da influência sobre a população da região que comandam. Também até chegam a apresentar um pouco da relação do coronel com sua clientela, os trabalhadores de suas terras, a população da região em geral e sua família, mas não aprofundam nesse assunto, fazendo com que se veja apenas a relação exploratória existente entre o coronel e as pessoas às quais ele estava relacionado.

Além disso, encontram-se, por meio de uma análise mais detalhada, como a feita por Oliveira (2016b), menções positivas ao coronel e à sua atuação na região em que ele vivia: o coronel goiano representado na literatura não é apenas mal e inflexível, nem apenas forte e

destemido, apesar de essas serem algumas de suas principais características. Há o coronel que constrói estradas e contribui na melhoria da infraestrutura dos locais por ele assistidos; há o coronel covarde, o coronel pacífico.

Semelhante a isso, encontra-se, na literatura, representações de códigos de honra implícitos, e às vezes pouco mencionados na narrativa, mas que se apresentam por meio da vivência das pessoas afetadas pelo contexto coronelista. Dessa forma, ainda que de modos distintos, a necessidade de manterem-se honrados perpassa o ambiente coronelista brasileiro, estando presente desde o Nordeste, passando pelo Sudeste e Centro-oeste até chegar ao Sul.

Nossa conclusão, nessa seção, também se baseia nas considerações feitas por Oliveira (2016b, p. 19), para quem “a violência e o arbítrio são típicos do coronelismo, mas isso não significa que fossem empregados a todo momento”. Assim como vimos que o coronelismo como sistema político e social é complexo, acontecendo de diferentes maneiras em diferentes lugares, sua representação na literatura também o é.

## CAPÍTULO 3

### CORONELISMO, HONRA E INFÂMIA EM *HERANÇA DE SANGUE*

Eram os últimos anos do século XIX e o clima na pequena cidade de Catalão em Goiás não era dos melhores. Os dois clãs que disputavam o controle político da cidade estavam eufóricos – euforia esta que tinha aumentado significativamente com a chegada do período eleitoral de 1895. Antes disso, inclusive, um dos lados da disputa já tinha passado por um grande vexame público ao ter que se render durante um tiroteio contra seus adversários no centro da cidade, resultando na fuga da família de Catalão até que os ânimos se acalmassem. Era preciso retomar a honra perdida na ocasião. Tinha sido vergonhosa a fuga. Mas o momento oportuno não chegava. Até que, numa terça-feira, o chefe de um dos clãs é assassinado na rua principal da cidade, resultando em dias de tiroteios e mortes de ambos os lados.

Anos depois, em 16 de agosto de 1936, numa noite silenciosa e particularmente escura, um grupo peculiar de pessoas adentrou a cidade de Catalão. Montados a cavalo, trajando capas pretas e armas, muitas armas – que iam desde armas de fogo a facas e punhais, pois o intuito do uso delas era machucar e não matar instantaneamente –, atravessaram a cidade, tomando cuidado para não passar em frente ao cinema público, naquele momento lotado de pessoas que assistiam aos filmes exibidos, e se colocaram em volta da cadeia municipal. Lá dentro, um farmacêutico, e poeta nas horas vagas, temia pelo seu futuro inevitável: provavelmente já sabia que aqueles seriam seus últimos momentos de vida.

Esse foi o início da noite que ficaria marcada no imaginário popular e na produção escrita sobre a cidade de Catalão. A conclusão desse evento, o grande ato infame da cidade, foi o corpo dilacerado de Antero da Costa Carvalho estirado numa ruela da cidade goiana, depois de horas de agonia, numa peregrinação mórbida pelas ruas da cidade, nas mãos dos muitos sitiante que, enfurecidos, lincharam o preso com tamanha crueldade. Até os dias atuais as circunstâncias desse evento ainda continuam desconhecidas; os motivos, esquecidos.

De todo modo, momentos como estes continuam sendo lembrados pela população de Catalão. A história de Antero Carvalho, por exemplo, é famosa na cidade goiana, o que torna o túmulo onde está enterrado o corpo do farmacêutico um dos mais visitados da cidade na ocasião da celebração do feriado de Finados, assim como no dia 16 de agosto, aniversário do linchamento. Além disso, como bem aponta Jaciely Soares da Silva na sua dissertação *Violência e Religiosidade Popular em Catalão-GO: a construção da santidade de Antero 1932-2012*, de 2015, existe um considerável número de obras escritas que revisitam esse acontecimento, como

os textos memorialistas de Cornélio Ramos<sup>7</sup>, textos históricos como os de Maria das Dores Campos<sup>8</sup> e os que compõem a *História Política de Catalão*<sup>9</sup>, e o próprio *Herança de Sangue*, que carrega características próprias da literatura.

Na obra de Ivan Sant'anna, em particular, o autor reconstrói parte da história da cidade de Catalão, enfocando sua abordagem nos modos como a violência pautou boa parte das vivências dos cidadãos catalanos desde os primórdios da cidade. Vários acontecimentos marcantes e várias personalidades importantes da história da cidade são lembrados pelo autor na narrativa que, regada por sangue e repleta de mortes, revisita e ressignifica alguns conceitos, como o coronelismo e a violência intrínseca desse sistema; todos eles relacionados com questões de honra e de infâmia, transvestidas na disputa por poder e na busca por vingança.

Tendo isso em vista, neste capítulo, pretendemos esmiuçar a narrativa de Ivan Sant'anna, baseando-nos em algumas categorias da análise literária e em alguns conceitos da História, da Sociologia e da Antropologia, para compreender como se dá a representação do coronelismo em *Herança de Sangue* e averiguar como a honra e a infâmia são inseridas na narrativa e como elas se relacionam com o contexto maior no qual estão inseridas, qual seja a sociedade coronelista de Catalão. Buscamos também ver em que medida a representação do coronelismo, da violência, da honra e da infâmia se aproxima ou se afasta do modo como outros autores representaram esses conceitos em suas obras, o que pode ser percebido no segundo capítulo, e o modo como esses conceitos se apresentam na realidade representada, tomando como base algumas considerações feitas no capítulo inicial desta dissertação.

Para isso, faz-se necessário saber, o capítulo é dividido da seguinte forma: como o coronelismo está imbricado na narrativa do início ao fim, a título de metodologia de análise, faz-se uma relação deste conceito com outros conceitos pertinentes à pesquisa no decorrer dos subcapítulos. Dessa forma, inicialmente, é discutida a forma como o coronelismo, visto como um sistema, é de fato representado na obra analisada, tentando responder às questões: quais características estão presentes na obra? Como elas são trabalhadas pelo escritor? Em relação ao modo como esse tema já é trabalhado na literatura, de um modo geral, quais são as especificidades presentes na malha textual de *Herança de Sangue*?

Depois, faz-se uma discussão dos modos como a valentia e a hombridade se apresentam na obra e a importância que esses conceitos adquirem na sociedade catalana reconstituída pela

---

<sup>7</sup> Cf.: RAMOS, Cornélio. **Catalão**: poesias, lendas e histórias. Gráfica e Editora Santa Luzia, 1983.

<sup>8</sup> Cf.: CAMPOS, Maria das Dores. **Catalão**: estudo histórico e geográfico. Goiânia: Bandeirantes, 1979.

<sup>9</sup> Cf.: GOMEZ, Luis Palacín; CHAUL, Nasr N. Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. **História política de Catalão**. Goiânia: Editora UFG, 1994.

pena de Ivan Sant’anna. Interessa-nos pontuar em que medida a representação da valentia em *Herança de Sangue* se aproxima ou se afasta das definições sociológicas e historiográficas já feitas sobre o assunto, bem como compreender as relações disso com as personagens do romance e com o contexto em que elas são inseridas.

Em um terceiro momento, a discussão se volta para a análise da honra e da infâmia presentes na narrativa. Sendo elementos constitutivos da sociedade de Catalão, vemos como esses dois conceitos se interligam no romance em tela e como cada indivíduo da cidade e como a coletividade catalana se relaciona com eles. Na quarta e última seção, a análise se concentra em um momento específico da narrativa de Sant’anna, o assassinato de Antero Carvalho, que configura, como observamos, o grande ato infame da cidade de Catalão.

### **3.1 “A vila, que nunca teve dono, passou a ter um”: o coronelismo goiano nu e cru de *Herança de Sangue*.**

O coronelismo se insere na narrativa de Ivan Sant’anna de maneira análoga ao modo como a historiografia trata o fenômeno em Goiás, uma vez que o enredo do romance se inicia com a origem do Pousos de Catalão, na época da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera II, e perpassa toda a história da cidade, marcada pela disputa entre coronéis pelo poder, tendo como clímax o linchamento de Antero Carvalho acontecido nas ruas da cidade na década de 1930. Nesse sentido, o pousos de Catalão tem seu auge na época da mineração, o que se relaciona com o período de “auge” da economia goiana em torno da exploração aurífera, pois o movimento de pessoas que iam e vinham das minas era grande.

Como vimos, era pela possibilidade de melhoria de vida por meio da mineração que as pessoas iam a Goiás e ali se fixavam (VIDAL, 2015). No caso de Catalão, a cidade se forma cumprindo um papel de entreposto onde os bandeirantes pudessem parar para descansar, abastecerem-se e alimentar os animais: “todas as expedições que iam para o novo território acampavam ali, fazendo do lugar uma estação de tropeiros que passou a ser conhecida como Pousos de Catalão” (SANT’ANNA, 2012, p. 31).<sup>10</sup>

O declínio do Pousos reflete o declínio da mineração goiana, com o esgotamento das minas. O narrador de *Herança de Sangue* é claro ao apontar que “um dia as minas se esgotaram

---

<sup>10</sup> As demais citações feitas dessa obra neste trabalho serão referentes à publicação de 2012 pela Companhia das Letras (Cf: SANT’ANNA, Ivan. *Herança de Sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012). Portanto, serão colocados apenas os números da página no final de cada citação. Isso se dá para facilitar nos momentos de referência da obra no decorrer do trabalho, evitando repetições.

e o ciclo do ouro chegou ao fim. No povoado de Catalão, os habitantes assistiam ao êxodo, já não havia bandeirantes, soldados, faiscadores, caçadores de escravos, padres e prostitutas chegando do Sul [...]” (p. 31). É a partir daí que a sociedade de Catalão começa a se organizar definitivamente, num contexto de isolamento e depressão causados pela decadência rápida das atividades mineradoras no estado e pelo “desenvolvimento” acelerado e antecipado de algumas vilas e pousos, como o de Catalão, que se tonaram, parafraseando as palavras de Palacín (1994), ilhas povoadas em meio a um mar de isolamento.

Assim, inicialmente, a constituição da população de Catalão dava-se por meio da chegada esparsa de pessoas que passavam pelo Pouso durante a mineração. Depois, “fugitivos da Justiça de Minas Gerais e de São Paulo fixavam residência no núcleo urbano e em seus arredores”; a vila de Catalão “continuava atraindo bandidos e matadores de aluguel, fugidos de Minas Gerais (p. 34-35). Isso contribuiu para o aumento da violência na cidade, para que essa violência se tornasse um elemento constitutivo da cidade goiana e para a instituição do código de honra de Catalão, assunto que será melhor discutido a frente.

É nesse contexto que o leitor é apresentado a Roque Alves de Azevedo, primeiro coronel de Catalão, que se instala na região no final da década de 1820 depois de a Corte tê-lo cedido uma porção de terra:

o Sudeste de Goiás era tomado por grandes extensões de terras devolutas, cuja posse a Corte cedia aos interessados que tivessem condições financeiras para explorá-las. Foi o que aconteceu com o fazendeiro Roque Alves de Azevedo, natural de Bom Sucesso, Minas Gerais, que chegou ao arraial de Catalão no final da década de 1820. (p. 35)

Assim, “a vila, que nunca teve dono, passou a ter um, senhor de terras, de escravos, da Lei e da Justiça” (SANT’ANNA, 2012, p. 35). Com isso, nesse trecho, pode-se perceber algumas características da política coronelista, uma vez que Roque se tornaria o “dono” da vila de Catalão; mais que isso, se tornaria o responsável pela manutenção da Lei e da Justiça.

Nesse sentido, Sant’anna insere em sua obra dois dos elementos constitutivos do coronelismo em Goiás: em primeiro lugar, a apropriação das terras devolutas do estado por homens relacionados à Corte, os quais, como afirmam Silva, Moura e Campos (2015), assumiriam um significativo papel nas suas relações com o Estado e com outros indivíduos residentes nesses sertões, tornando-se os detentores de um poder não institucionalizado, em detrimento do fraco e desarticulado poder institucionalizado do Estado. Em segundo lugar, a narrativa de Ivan Sant’anna aponta para o acontecimento que marca o surgimento do coronelismo, qual seja a criação da Guarda Nacional, em 1831, durante o período regencial do

Brasil, uma tentativa de não deixar o país se dividir enquanto o trono era ocupado por uma criança de seis anos.

Sant'anna deixa claro que esse “é o início do ‘coronelismo’. Em todo o Brasil, patentes foram distribuídas aos grandes proprietários e homens de projeção” (p. 37). Esse trecho vem ao encontro com alguns trabalhos historiográficos que discutem sobre o coronelismo, entre eles, o já discutido anteriormente, de Maria de Lourdes Janotti, a qual salienta que a patente específica de ‘coronel’ “deixou aos poucos de se relacionar estritamente ao exercício de uma função militar ou policial, passando popularmente a ser empregada para distinguir os chefes políticos” (JANOTTI, 1992, p. 21).

Utilizando-se de uma estratégia que se repetirá no decorrer de *Herança de Sangue*, Ivan Sant'anna faz uma descrição detalhada da aparência do coronel Roque, fato que nos incita a pensar na importância que tem a aparência e a imagem dos coronéis e homens valentes no contexto específico da Catalão do romance de Sant'anna. De todo modo, o narrador apresenta que, em 1844, por conta de uma expedição científica enviada pelo rei Luís Filipe, da França, o conde de Castelnau passa alguns dias na cidade de Catalão.

Na ocasião, o conde conheceu o coronel Roque, que recebeu o estrangeiro e sua comitiva como hóspedes em sua casa. Assim, é por meio da inserção do conde de Castelnau na narrativa que o narrador, empenhado em explicitar a extravagância e a superioridade do coronel em relação aos outros habitantes de Catalão, que se dá não apenas pelos atos, mas pela aparência de Roque, apresenta as características marcantes do coronel:

o conde surpreendeu-se com o exotismo da figura de seu anfitrião. Roque era alto, magro e tinha pernas compridas, arqueadas e finas. Usava roupas extravagantes. Camisa, paletó, colete, meias, a calça que terminava pouco acima dos tornozelos – Roque só vestia peças azuis, incluindo o enorme chapéu cônico de palha trançada (p. 39).

Vale ressaltar que, no âmbito das ações, Sant'anna também deixa claro a imponência do coronel Roque: “Castelnau logo notou que o coronel governava Catalão com mão de ferro. Todos o cercavam de agrados” (p. 39). Esse trecho deixa claro o poder que o coronel Roque detinha sobre a população de Catalão que tentava, de toda forma, agradar o coronel.

Mais que demonstrar a existência de um acordo não escrito de poder e dominação sobre a vila de Catalão, Ivan Sant'anna, em seu romance, aponta para outro aspecto importante da política coronelista: o voto de cabresto. Como já fora mencionado, uma das bases de sustentação do coronelismo era a reciprocidade entre o poder privado, representado pelo coronel, e o poder público, representado por um Estado ineficiente (LEAL, 1997). Uma das maneiras que a

reciprocidade se manifesta, nesse contexto, é por meio da manipulação e da intimidação do coronel para que os habitantes da vila que ele “governa” votem apenas nos candidatos por ele apoiados, geralmente os indicados pelo governo.

No romance de Sant’anna, um trecho deixa claro como funcionavam as eleições em Catalão e como a figura do coronel era marcante na vila. Ainda na visita a Catalão, o conde de Castelnau notou que o coronel Roque costumava sempre usar um chapéu cônico azulado de palha trançada, então “alguém explicou ao nobre o simbolismo do chapéu de Roque na política local. Em dias de eleição, o chapéu ficava sobre a mesa de votação lembrando os eleitores de que só podiam votar nos candidatos apoiados pelo chefe” (p. 39).

Além dos elementos mais comuns ao coronelismo, muito discutidos pela historiografia e representados na literatura, como questões referentes à dominação e à manipulação eleitoral, Ivan Sant’anna, assim como Wilson Lins, apresenta alguns apontamentos sobre a vida privada dos coronéis na sua narrativa. Se em Lins a aproximação do escritor com o contexto coronelista possibilitou ao autor acrescentar esse lado menos conhecido da vida do coronel em sua trilogia; Sant’anna, na sua *Herança de Sangue*, possivelmente por meio de pesquisa aos registros de Castelnau, aponta para a vida festiva do coronel:

o coronel Roque gostava de promover banquetes em sua casa. Convocava, além dos amigos íntimos, as putas da zona do meretrício. Intimava os músicos locais a tocar durante a festança. Nessas noites alegres, de orgias e cachaça à vontade, todos dançavam completamente nus, com exceção do chefe. Roque fazia questão de conservar pelo menos o colete e as botas, em sinal de superioridade (p. 39).

Ainda a respeito da vida privada dos coronéis, Salomão de Paiva, influente em Catalão por volta da década de 1920, merece atenção. Com uma personalidade dupla, Salomão é descrito como um homem “forte e bonito, de olhos e cabelos castanho-claros” e como um chefe político “caridoso, educado, sempre elegantemente vestido [...] brincava com as crianças. Galanteava as moças, sem ser desrespeitoso” (p. 117).

Entretanto, como já mencionado, sua personalidade era duplicada, de modo que, durante as noites em Catalão, o homem se juntava a grupos de jagunços e desordeiros; promoviam badernas e desordem: “quando Salomão de Paiva saía pela noite, as cadeiras eram tiradas das calçadas, as portas e as janelas se fechavam” (p. 117). A cidade, que sempre fora marcada pela violência, se recolhia.

Depois de o coronel Roque envelhecer, quem começa a comandar Catalão é o coronel Antônio Paranhos, comerciante e amigo de Roque – e esse fato já é revelador da sociedade coronelista em que o prestígio geralmente era passado para aliados. Para Queiroz (1976), havia

dois modos de ascensão social na sociedade coronelista, quais sejam a ida ao sertão para se tornar dono de terra (o caso de Roque) e a ligação e o estreitamento de relações com algum coronel, ascendendo socialmente sob sua proteção (o caso dos Paranhos).

Vale ressaltar que, por conta dos códigos de conduta próprios da cidade retratada pela pena de Sant'anna, que se baseavam quase que inteiramente na exaltação da violência e da valentia, Catalão apresenta um terceiro modo de ascensão social, não necessariamente relacionada ao prestígio coronelista, mas ao prestígio social de um modo geral, qual seja a eliminação do indivíduo que se encontra em evidência. Isso fica claro quando João Sampaio, filho do coronel Luiz Sampaio, o qual já vinha sendo substituído na chefia da família pelo outro filho, Diógenes Sampaio, decide não seguir o caminho do pai, o que lhe resultaria no título de coronel. João, na verdade, queria era o título de mais valente de Catalão: “título que, em Catalão, valia mais do que qualquer cargo ou honraria” (p. 125).

Além dessas questões destacadas, em *Herança de Sangue*, há exemplos da passagem do título do coronel de pai para filho, também muito comum no coronelismo. Tal fato pode ser percebido no capítulo 10, intitulado de “A chegada do trem”, no qual vê-se a passagem do prestígio coronelista de pai (Elyseu da Cunha) para filho (Isaac da Cunha); e no capítulo 14, de nome “Salomão de Paiva”, no qual a influência de Luiz Sampaio, fazendeiro respeitado de origem mineira, passa para seu filho Diógenes Sampaio, e até para o próprio João que detinha o título de coronel herdado do pai, mesmo que suas ambições fossem outras.

Na literatura goiana, outro exemplo conhecido dessa característica coronelista é o do coronel Artur Melo de *O tronco*, filho do coronel Pedro Melo, responsável por façanhas notáveis no contexto narrativo do romance de Bernardo Élis. O prestígio de Pedro Melo, nesse caso, passa para o filho de modo parecido com alguns casos narrados por Sant'anna, já que Artur assume a alcunha de coronel quando o pai é assassinado, com o objetivo principal de vingar-se das pessoas que, para ele, eram as culpadas pelo assassinato.

De todo modo, por volta de 1872, o coronel Paranhos já tinha se tornado a pessoa mais influente de Catalão. Em 1879, o comerciante português José Pereira de Gouvêa Guerra é assassinado em sua casa por homens armados e nada se faz na cidade para apurar o caso, assim o presidente da província de Goiás envia um destacamento de policiais para Catalão para investigar o crime, sob o comando de um alferes que devia esclarecer o assassinato.

Feita a investigação “o militar apurou que a própria esposa do português era a mandante do crime, mancomunada com dois sócios do marido. Como todos os suspeitos eram ligados ao coronel Paranhos, ao ser revelada a trama ninguém na cidade quis levar o caso adiante” (p. 53). A impunidade também é um elemento presente na política coronelista, principalmente quando,

como é o caso acima, os crimes são cometidos por correligionários ou por pessoas ligadas ao coronel que comanda o lugar.

É interessante notar que Sant'anna, no parágrafo seguinte ao que ele apresenta o desenrolar do caso do comerciante português, mostra que a impunidade só acontecia quando convinha ao coronel, já que em outro caso, um negro que tinha assassinado uma mulher em sua casa “foi preso e levado para Catalão, onde desfilou pelas ruas debaixo de açoites, o escravo foi enforcado” (p. 54). Da mesma maneira que nos casos representados n’*O tronco*, de Élis, elucidados no capítulo 2, Ivan Sant'anna retoma em sua narrativa uma das máximas coronelistas, inicialmente apontada por Leal (1997): pão para os amigos, pau para os inimigos.

Nota-se, dessa forma, a seletividade existente, por parte do coronel, com relação à apuração de certos crimes e à importância dada a certos acontecimentos na cidade. Se por um lado há o apagamento e o silenciamento de uma investigação cujos suspeitos eram ligados ao coronel, por outro um negro é açoitado nas ruas da cidade e enforcado. Ressalta-se, também, a conveniência do ato em si (o açoite do negro) na construção de uma imagem positiva do coronel: aquele que não é conivente com a criminalidade nem com a impunidade.

Em outra ocasião na narrativa, essa questão fica bastante explícita. O coronel Paranhos enfrenta a oposição do grupo de conservadores de Catalão, liderado pelo capitão Carlos de Andrade. Por conta, principalmente, da inveja que o grupo de Carlos de Andrade sentia de ver seus rivais em evidência na cidade, o coronel Paranhos é assassinado na rua principal de Catalão por homens do grupo de Andrade, embora ele mesmo não tivesse participado ativamente do assassinato. O grupo acaba tendo que fugir da cidade e se esconder da fúria dos Paranhos.

Depois disso, os Paranhos iniciam uma caçada aos assassinos, legitimada pela justiça, já que os homens haviam conseguido um mandato de busca e captura. O julgamento em si inicia-se após o capitão Andrade já ter sido vítima de humilhações e torturas das mais variadas. Durante os depoimentos, algumas testemunhas que trabalhavam na casa do capitão indicaram que ele não havia matado o coronel Paranhos. Além disso,

um homem chamado Joaquin Gabriel, que por coincidência visitava Andrade na hora dos tiros, garantiu ao juiz que o capitão e seu filho permaneceram nos fundos da casa no início do episódio. Só se deslocaram para as janelas da frente – segundo Joaquin – após a morte de Paranhos. Tal depoimento confirmava a versão dos acusados. O juiz ignorou os testemunhos da defesa. Pronunciou Carlos Antônio de Andrade como autor principal do homicídio (p. 80).

Esse trecho explicita o fato de que o coronel era, de fato, o dono da Lei – e que a Lei só era seguida de acordo com as vontades do coronel.

Um outro elemento interessante a ser destacado nesse ponto da análise é a discussão apontada por Queiroz (1976) no seu já mencionado “O coronelismo numa interpretação sociológica”. Segundo a autora, por um lado, se o coronel, o potentado local, tem rivais dentro do seu contexto de influência, existirá um grande número de lutas e disputas pela hegemonia do poder local; por outro, nos casos em que o potentado local não encontra rivais próximos do seu círculo de dominação, quase não há lutas e disputas, e, conseqüentemente, haverá menos demonstrações de valentia e menos episódios violentos.

Pela narrativa de *Herança de Sangue*, essa afirmação é facilmente percebida e exemplificada. Note-se que no âmbito narrativo, a história de vida do primeiro coronel catalano, Roque, é contada durante um capítulo inteiro, no qual, em nenhum momento, o coronel lança mão da violência física<sup>11</sup> – da violência direta, nas palavras de Galtung (1969). Como não há rival, não há luta pela hegemonia local. Já no caso do coronel Paranhos, suas disputas pelo poder em Catalão contribuíram para a existência de momentos violentos que marcaram a história da cidade: tiroteios em meio à rua principal, assassinatos de desafetos, a própria morte de Antônio Paranhos no centro da cidade, entre outros.

De todo modo, talvez por conta do intuito do autor em focar sua narrativa na questão da violência desregrada vivenciada em Catalão e na tentativa de relacionar a história da cidade goiana com as famosas histórias de faroeste norte-americano – afinal o subtítulo do livro, “um faroeste brasileiro”, sugere isso, a relação coronel-clientela é pouco explorada. Entretanto, é possível notar questões comuns do coronelismo que permeiam essa relação.

Um exemplo é o caso de Lamartine, um homem humilde que obteve emprego na fazenda de João Sampaio e de sua família. Seus serviços incluíam capinar as roças do coronel e cuidar do gado da fazenda. Ao contrário de muitas narrativas em que explicitam uma relação de opressão e medo entre coronéis e empregados, nesse caso acontece o contrário: o jeito simples do moço conquista a simpatia do patrão. A questão é que Lamartine ficou entre as disputas políticas envolvendo o coronel, de modo que acabou assassinado pelos rivais de João Sampaio, apenas como forma de demonstração de poder.

Ainda, em *Herança de Sangue*, tem-se a apresentação de uma personagem feminina que se destaca no âmbito coronelista. Esse assunto é muito pouco tratado pela historiografia; Janotti (1992) faz uma breve menção ao caso de Dona Ana Jânsen Pereira, a Donana, no Maranhão, que era rica e proprietária de terras no estado e de prédios na capital São Luís. A autora salienta

---

<sup>11</sup> Isso não quer dizer que o coronel não tenha cometido violências. Inclusive, a intimidação por meio do uso de seu chapéu nas mesas de votação configura-se um exemplo de violência indireta, nos moldes da definição de Galtung (1969).

que Donana carregava muitas características próprias do sistema coronelista, utilizando-se de sua influência (e da violência) para atingir seus objetivos.

O caso de Caetaninha, em Catalão, não se trata exatamente de uma “mulher-coronel”, como Donana no Maranhão, mas é relevante para se perceber as relações entre essa figura feminina em específico e o contexto prototipicamente masculino do coronelismo. Caetaninha comandava uma tropa de bandidos, entre eles seus quatro filhos, “temidos pistoleiros”, em “assaltos a tropas de comerciantes de gado” (p. 57). Com relação aos fazendeiros e coronéis da região, Caetaninha e seu bando, talvez pela bravura e valentia<sup>12</sup>, valores muito prezados em Catalão, eram respeitados, de modo que,

quando, na entressafra, diminuía as tropas e faltavam mantimentos em sua casa, Caetaninha não se afligia. Mandava recado a algum fazendeiro da região, dando conta da escassez. Um ou dois dias depois, chegava um carro de boi com sacos de grãos e um capado. Volta e meia, entretanto, algum lavrador ou pecuarista se recusava a colaborar com os bandidos. Logo seu cadáver surgia à beira de uma estrada (p. 58).

Por fim, para Queiroz (1978), a estrutura coronelista de determinada região depende de suas características locais. No capítulo 1 deste trabalho, conseguimos perceber algumas distinções entre o coronelismo goiano do coronelismo de outras áreas no país; e no capítulo 2, vimos que a literatura geralmente dá conta de imprimir essas diferenças nas obras dos autores que têm esse assunto como pano de fundo de sua produção literária: nas obras de Érico Veríssimo, por exemplo, o coronel e o tratamento dado pelo autor ao sistema em si são diferentes do coronel de Graciliano Ramos e do tratamento feito pelo autor em suas obras.

No caso específico da narrativa de Ivan Sant’anna, como já foi mencionado, as características coronelistas em Catalão baseavam-se no fato de a localidade se tratar de um núcleo urbano. Segundo Janotti (1992), as condições de violência próprias do coronelismo em núcleos urbanos pequenos, como era o caso da cidade de Catalão, pesavam da mesma forma que no contexto rural e isso pode ser reparado quando se analisa as recorrências da violência na narrativa.

### **3.2 “Vem ou não vem? Se vem, eu espero. Se não vem, eu vou aí”: os ideais de valentia e hombridade em *Herança de Sangue*.**

---

<sup>12</sup> Essa questão será melhor tratada em uma seção à parte, quando formos analisar os modos como a honra e a infâmia são tematicamente desdobradas na narrativa.

No artigo de nome “‘Um nelore para não sair de uma briga’: a cultura da valentia em Goiás”, publicado em 2015, os historiadores Eliézer Cardoso de Oliveira e Eduardo Gusmão de Quadros trabalham com a ideia de que o conceito de valentia esteve sempre – e ainda está – relacionado ao modo de vida dos goianos. Essa noção advém de uma exemplificação feita pelos estudiosos da ocasião em que um deputado goiano foi eleito como o mais votado do estado, resultado de uma campanha que evocava a valentia, a virilidade e a força, elementos-chave que definem a noção de hombridade dos goianos.

Oliveira e Quadros (2015) apontam ainda para o fato de que, em Goiás, é comum perceber na sociedade evocações da valentia e da bravura como elementos positivos e identitários dos goianos. Essas evocações estão presentes tanto na cultura popular, em escritos da literatura regional e/ou em narrativas contadas oralmente, por exemplo, como em ambientes urbanos, nas mensagens afixadas em para-choques de carros, camionetes e caminhões apontando que, em Goiás, “o sistema é bruto”.

Para os autores, “boa parte dos goianos se identifica com uma narrativa construída em torno de valores evocativos da valentia” (OLIVEIRA; QUADROS, 2015, p. 481). Dessa afirmativa, duas ideias são fundamentais para a discussão que se pretende promover nessa seção. Primeiramente, importa-nos perceber o uso do presente do indicativo, o que elucida a continuidade, ainda hoje, desses valores na cultura goiana. Em segundo lugar, atentamo-nos à importância da “narrativa” seja ela oral ou não, na perpetração dos ideais de valentia.

A título de definição, a valentia acontece quando o indivíduo, frente a uma situação de perigo ou de situações atípicas, as enfrenta com coragem, sem temor. Para Oliveira, em outro trabalho, intitulado de “Apontamentos para uma sociologia da valentia”, “o valente não quer morrer, mas não recua diante do perigo” (OLIVEIRA, 2016a, p. 348). E, mais que isso, o paradigma da valentia pode ser explicitado por Aquiles, quando ele escolhe morrer de forma honrada a viver uma vida simples. O autor ainda salienta que a valentia é uma atribuição social, na medida em que ela deve ser legitimada por um grupo social, e histórica, uma vez que cada época define os atributos utilizados para considerar a valentia (OLIVEIRA, 2016a).

Em *Herança de Sangue*, o conceito de valentia é estendido, mas mantém essas características básicas determinadas no estudo citado, uma vez que toda a sociedade de Catalão cumpre o papel legitimador dos atos valentes na cidade, do mesmo modo que o contexto em que se passa a narrativa oferece os atributos ideais de valentia. Encontram-se trechos na narrativa que mostram que a valentia, em Catalão, é evocada por atos e por palavras, reiterando a importância das palavras na construção de uma imagem de bravura e hombridade aos

habitantes da cidade, e parece, às vezes, não ter essa relação direta com perigo iminente, como é discutido por Oliveira (2016a).

O ideal de hombridade, de virilidade, é construído sutilmente logo no início da narrativa. No primeiro capítulo da obra de Sant’anna, o autor narra de forma impessoal e sem nomear as personagens, uma ocasião em que um preso, até então desconhecido pelo leitor, é retirado da cadeia e assassinado por um grupo grande de sitiante munidos de armas de fogo e punhais. Trata-se do linchamento de Antero Carvalho, acontecimento que é retomado no final da narrativa – Sant’anna utiliza-se de uma subversão da ordem cronológica dos acontecimentos, para, como sugerido por Ribeiro (2015), apresentar o tom sangrento de sua narrativa.

De todo modo, no início desse capítulo, o narrador, que Barthes chamaria de “doador da narrativa”, aquele que se trata de “uma espécie de consciência total, aparentemente impessoal, que emite a história do ponto de vista superior, o de Deus” (BARTHES, 2011, p. 49-50), faz um panorama da sociedade de Catalão, mostrando o que alguns indivíduos faziam no início daquela fatídica noite de 16 de agosto de 1936. Ribeiro (2015) aponta para a relação direta do modo como esses fatos são narrados com um tipo de montagem de produções cinematográficas: a paralela, em que cenas são intercaladas, construindo o contexto e a tensão das cenas.

No caso da narrativa de Sant’anna, no que diz respeito a uma construção social (particular de Catalão) da imagem de hombridade, em uma dessas “cenas”, o narrador diz que,

na maioria das casas, o ajantarado foi servido por volta das quatro e meia. [...] À mesa, moças e senhoras exalavam um discreto e agradável perfume, graças aos sabonetes industrializados vindos de São Paulo, a grande novidade do momento. Mas não os homens. Nem mesmo os mais ricos. Continuavam usando o velho sabão de sebo, para não correr o risco de cheirar como almofadinhas (p. 21-22).

Esse trecho é marcante, nesse primeiro momento, nesta análise, posto que atitudes simples, como a de tomar banho com os novos sabonetes industrializados de São Paulo, poderiam ser capazes de quebrar a imagem de homem viril da parcela masculina da cidade. Nem mesmos os ricos, que podiam pagar e utilizar desses novos sabonetes como artifício para mostrar-se poderoso, poderiam correr o risco de ter sua hombridade ferida. Ressalta-se que, como veremos, em Catalão, o prestígio não era adquirido por meio do poder econômico, muito menos do poder político. Catalão tinha suas próprias regras.

No decorrer da narrativa, essa imagem importante para os homens da cidade, e ao mesmo tempo aparentemente frágil, é reforçada com outros apontamentos do narrador. Ainda no primeiro capítulo, ao leitor é apresentado que o cinema, já na década de 30 em Catalão, era

um momento de descontração e diversão para a população. Naquela ocasião em específico, o cinema local exibiria um filme protagonizado pela prodigiosa Shirley Temple “e, para que os marmanjos não inventassem desculpas”, também seria exibido um episódio de *Tom Mix*, seriado que empolgava até “os empedernidos valentões locais” (p. 22).<sup>13</sup>

Só que, em Catalão, a construção e a manutenção da imagem de valentia e de hombridade não se davam apenas por meio de atitudes que à primeira vista reiteram apenas o *ethos* de valente (como a maneira em que o uso ou não uso de sabonetes industrializados, ou assistir ou não assistir um filme de Shirley Temple, afetaria nesse *ethos*). Como aponta o narrador, “ali no cinema, não raro os pistoleiros sacavam seus revólveres em plena plateia. Atiravam contra a tela nos momentos culminantes das fitas, para terror das famílias” (p. 22).

Essas demonstrações de valentia contribuem para a construção de um contexto específico em Catalão, que torna a violência e a bravura elementos identitários da população: apesar das diferenças culturais, “na braveza de macho, a elite de Catalão se nivelava. Nem janotas nem roceiros temiam cara feia ou a bala. Do contrário, não conseguiriam impor respeito na comunidade” (p. 57). Esse trecho vem ao encontro das afirmações de Oliveira (2016a, p. 349), para quem “o valente [...] é o indivíduo disposto a morrer, sobretudo, disposto a matar”, como é o caso da população de Catalão, disposta, desde os ricos da elite até os roceiros, a resolver suas pendências à bala.

Ainda discutindo sobre a sociologia da valentia, o historiador, bebendo da fonte de Weber, aponta que a forma de valentia mais honrosa é aquela que preza pelo duelo face a face, já que o tipo de valentia mais prestigiado ainda hoje é o que os dois valentes se encontram cara a cara com o acaso (OLIVEIRA, 2016a). Segundo os estudos de Oliveira, apesar da presença de combates face a face na literatura clássica como sinal de valentia, são poucas as ocorrências de duelos na sociedade real, e talvez por isso eles sejam tão valorizados (OLIVEIRA; QUADROS, 2015).

Tendo isso em vista, compreendemos que a literatura goiana destoa dos exemplares que reiteram o valor dos duelos, uma vez que ela foca em apontar para as características sociais do

---

<sup>13</sup> Esses trechos citados apontam também para a discussão dos possíveis motivos pelos quais tais atitudes tomadas (ou melhor dizendo, não tomadas) pelos valentões de Catalão pudessem, segundo a visão social da época, ferir a hombridade deles. Apesar de o aprofundamento dessas questões não ser o foco deste trabalho, é pertinente a discussão acerca da inferiorização feminina e, conseqüentemente, do desprestígio do masculino quando ele se liga a algum elemento socialmente voltado e relacionado ao feminino (como o uso dos sabonetes industrializados e a exibição dos filmes estrelados por Shirley Temple). Para o aprofundamento dessa discussão, recomenda-se a leitura dos trabalhos de Pierre Bourdieu (Cf.: BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. tradução de Maria Helena Kühner. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.) e Simone de Beauvoir (Cf.: BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. v. 1. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. e BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. v. 2. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.).

estado e a valentia goiana segue algumas características particulares. Se a valentia de um modo geral é vista como a capacidade de o indivíduo estar disposto a morrer e a matar, caso necessário, o valente em Goiás é aquele que está mais disposto a matar do que morrer (OLIVEIRA; QUADROS, 2015). Dessa forma, surge a tocaia como estratégia goiana de atacar seus inimigos e aniquilá-los, sem que o *status* de valente seja destituído.

Na literatura goiana, podem ser percebidos alguns exemplos do uso da tocaia como artifício para vencer o adversário e conseguir o prestígio proveniente desses atos. Em estudo realizado na graduação<sup>14</sup>, discutimos a respeito do aspecto silencioso e traiçoeiro de alguns ataques presentes em *O tronco*, de Bernardo Élis, uma das narrativas mais contundentes na representação e análise do coronelismo e suas consequências na sociedade goiana.

Na ocasião, vimos que a violência na narrativa de Élis às vezes acontece de forma silenciosa por tocaia, como quando um desafeto do coronel Artur Melo aparece morto e a população sugere que a morte tenha sido por tocaia. O mesmo ocorre com outra personagem, de nome Norato que, também depois de se indispor com Artur Melo, é assassinado por meio de uma tocaia. A narrativa de Ivan Sant’anna está repleta de momentos que reiteram a predominância da tocaia como artifício de ataque aos inimigos e de tentativa de manutenção da honra.

Como exemplo<sup>15</sup>, pode ser citada a ocasião da morte de Salomão de Paiva. Na época, ele era o mandachuva local, valente, mas ao mesmo tempo baderneiro, e João Sampaio intentava em assassinar Paiva para, assim, ganhar o prestígio proveniente tanto da coragem e da valentia de matar um dos homens mais importantes na cidade como da herança da glória já adquirida por Salomão durante seus anos de valentia. Assim, “João Sampaio, de tocaia, com seus quatro jagunços, pulou-lhe ao pescoço, com um punhal na mão” (p. 128).

Além de ser expressivo para se perceber a recorrência da tocaia na valentia goiana, costume herdado dos combates entre os bandeirantes no desbravamento do interior do país, em que a ordem era aniquilar o inimigo com ataque surpresa (OLIVEIRA, 2012), esse trecho também revela outra característica da valentia goiana. Ao contrário do ideal de valentia em que os combatentes deveriam ter as mesmas condições de combate, em Goiás, os cinco homens

---

<sup>14</sup> RODRIGUES, Leonardo. **Figurações da violência no sertão goiano: uma leitura de *O tronco*, de Bernardo Élis.** Orientação de: Ewerton de Freitas Ignácio. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras). Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2018. Disponível em: [http://cdn.ueg.edu.br/source/letras\\_-\\_campus\\_ciencias\\_socio-economicas\\_e\\_humanas\\_207/conteudoN/8988/TCC\\_LEONARDO\\_CD.pdf](http://cdn.ueg.edu.br/source/letras_-_campus_ciencias_socio-economicas_e_humanas_207/conteudoN/8988/TCC_LEONARDO_CD.pdf). Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

<sup>15</sup> A tocaia será bastante citada na próxima seção, na qual o objetivo é analisar as configurações da honra e da infâmia em *Herança de Sangue*. Desse modo, para que o texto não fique repetitivo, optamos por, aqui, apresentar apenas um exemplo da ocorrência das tocaias na obra, mas deixamos claro que elas são muito comuns na narrativa, como se verá em discussões posteriores.

(Sampaio e seus jagunços) contra um não denota desonra, já que, matar pessoas indefesas, ou em menor número, também corresponde a uma demonstração de valentia (OLIVEIRA; QUADROS, 2015).

Como mencionado no início dessa seção, a “braveza de macho” dos catalanos, vista como um conceito a ser construído e uma característica a ser adquirida pelos habitantes da cidade, se dá pelas palavras e pelas ações, o que pode ser exemplificado com alguns trechos da narrativa. Em certo momento, o filho do coronel Antônio Paranhos, Ricardo Paranhos, decide fazer uma revolução para depor o presidente do estado. Numa atitude comum na política coronelista, Ricardo começa a reunir um grande grupo de correligionários e jagunços para estarem prontos para lutar quando fosse necessário.

Do outro lado, o governo estadual reúne uma tropa de 25 policiais para deter o grupo de Ricardo Paranhos, “mas, por temor de enfrentar a gente de Catalão, a tropa foi perdendo a coragem à medida em que avançavam. Finalmente estacionaram em Entre Rios, futura Ipameri” (p. 59). Em Catalão, a população já se entusiasmava com o confronto iminente – atitude que, como veremos mais vezes, era comum na cidade – e, vendo o entusiasmo, Ricardo Paranhos envia uma mensagem à tropa ““Vem ou não vem? Se vem, eu espero. Se não vem, eu vou aí. Decida”” (p. 59).

Vê-se então a importância e a força da palavra dita na construção de um *ethos* valente relacionado à família Paranhos, tanto que “temendo uma derrota, os soldados puseram os rabos entre as pernas e regressaram à cidade de Goiás” (p. 60). Aqui, o próprio narrador, em um dos poucos momentos em que deixa claro sua opinião sobre os fatos narrados, relaciona os soldados, amedrontados, aos cachorros que “põem os rabos entre as pernas” para fugirem do perigo. Além disso, ressalta-se que a narrativa de Sant’anna reitera as considerações aqui tecidas ao apontar que a revolução, que, na verdade, não chegou a acontecer, ficando apenas no âmbito das palavras, “aumentou o prestígio de Ricardo Paranhos. Os partidários dos Ayres [...] se enciumaram”.

O valor da palavra, entretanto, não se dá por si só; é preciso que o valente, na Catalão de *Herança de Sangue*, se prove valente também no âmbito das ações. No caso de Ricardo Paranhos, os acontecimentos que decorrem de sua afronta à força policial reforçam sua braveza, afinal, os dois grupos antagônicos da cidade (um enciumado pelo prestígio do outro), posteriormente, travam uma grande luta no centro da cidade.

O mesmo, porém, não acontece com um oficial da polícia que chega na cidade para comandar o destacamento policial de Catalão. Na época, um homem de nome José Dorneles, conhecido pela alcunha de Cabeleira, era um dos pistoleiros mais temidos da cidade e o oficial

(curiosamente sem nome, sem aparência e sem origem, na narrativa), sabendo da história de Cabeleira, decide planejar prendê-lo, o que resultaria em fama e prestígio. Só que a valentia do oficial era retida apenas no âmbito das palavras; ele “gostava de humilhar as pessoas” (p. 114).

Em um certo momento, o oficial se encontra com o Cabeleira (que nesse caso é bem apresentado pelo narrador, sendo um homem “cuja aparência simples e humilde escamoteava sua brabeza” (p. 115)) pessoalmente, sem saber que o cara que estava ao seu lado era Cabeleira, e começa a se impor para o “desconhecido”. O tenente, valendo-se de sua valentia verbal, “encheu um copo de cachaça, mexeu com o punhal e ordenou: — Bebe, agora. Senão, vai beber à força” (p. 115).

Entretanto, Cabeleira se apresenta ao oficial: “Escuta, moço — disse pausadamente — Meu nome é José Dorneles. O Cabeleira sou eu mesmo. — E, mais do que depressa, jogou a cachaça no rosto do militar” (p. 115). Além disso, o pistoleiro intima o oficial, ainda absorto e aterrorizado, a sair da cidade, pois da próxima vez que se verem, um dos dois vai morrer. Sant’anna ainda deixa claro na narrativa que “isso, em Catalão, encerrava a carreira de qualquer um, especialmente a de um oficial de polícia” (p. 116). O resultado é a fuga do oficial que nunca mais apareceu na cidade.

Esse fato ainda revela outro elemento marcante da valentia, da violência e da representação desses termos na Catalão reconstruída em texto por Ivan Sant’anna: o de a cidade ter em si um código – além do seu código de honra – segundo o qual, forasteiros poucas vezes conseguem se destacar dentro da cidade. O oficial mencionado acima não foi o único que, por não seguir as regras implícitas da cidade, “se deu mal” e teve que fugir, de modo a resguardar sua vida.

Veridiano é outra personagem apresentada na narrativa como alguém valente, mas que, por não ser “de Catalão”, fator importante na obra de Sant’anna, não consegue se sobressair. Trata-se de um jagunço famoso em outras regiões pela sua valentia contratado pelo clã de Carlos de Andrade como reforço para a batalha iminente entre eles e os Paranhos. O narrador até chega a fazer uma detalhada descrição da aparência de Veridiano (“negro, baixo, atarracado, ombros arqueados, fisionomia carrancuda, barba e bigodes espessos, cortava o cabelo rente” (p. 68)), como faz dos valentes de Catalão, talvez induzindo o leitor a acreditar na falsa ideia de que o jagunço se mostraria tão valente e experiente com as armas quanto os cidadãos catalanos.

Entretanto, não foi o que aconteceu. Quando chegou à Catalão, Veridiano procurou rapidamente um pretexto para mostrar sua valentia, “só que Catalão era Catalão, lugar de gente braba e boa de tiro. Veridiano se deu mal. Não matou o adversário e, ainda por cima, saiu baleado” (p. 68). Desmoralizado, o jagunço se escondeu na casa de Carlos de Andrade,

momento na narrativa em que o narrador, novamente, relaciona a personagem covarde a um cão: “acabrunhado, o jagunço lambeu suas feridas na fazenda do capitão Andrade” (p. 68).

Ainda, em outra ocasião, surge na cidade outro forasteiro que tenta ganhar a vida por outros meios os quais não condiziam com as regras de Catalão: do uso da violência para ganhar prestígio e respeito na cidade. O leitor é apresentado a um benzedeiro que chega a Catalão dizendo ter o poder de ressuscitar dos mortos, assim como Jesus Cristo.

Toda a ressurreição era uma farsa, obviamente, mas a população dos lugares em que ele passava, temerosa das coisas sobrenaturais, assustada, acreditava fielmente nos poderes do benzedeiro, de modo que “nos dias que se seguiam à ‘ressurreição’, ganhava muito dinheiro dando consultas e vendendo poções milagrosas” (p. 108). Em Catalão, porém, como já foi possível perceber, a fama e o prestígio eram conquistados de outra maneira: a valentia e a braveza eram mais importantes que poderes sobrenaturais.

Um grupo de desordeiros fez questão de pôr terra e mais terra em cima da cova. E de socá-la bem. Quando soube do ocorrido, o chefe do destacamento de polícia correu até o local do enterro. Mas já encontrou o curandeiro morto, bem morto, o corpo contorcido pela tentativa desesperada de sair da armadilha (p. 108).

Toda essa discussão remonta ao apontamento de Oliveira quando diz que, apesar da relevância da valentia ainda hoje, “poucas pessoas têm a especialização psicológica necessária para matar alguém” (OLIVEIRA, 2016a, p. 349), e o exemplo utilizado por ele deixa claro esse fato: a partir de dados dos estudos de Grossman<sup>16</sup>, Oliveira aponta para o fato que durante a Segunda Guerra, apenas 20% dos soldados se mostravam dispostos a puxar o gatilho. Entretanto, a realidade em Catalão é outra: muitos são os que estão dispostos a matar para manterem-se valentes perante a população.

Só que a narrativa de Ivan Sant’anna revela outro lado da relação da população da cidade goiana em tela: a excitação dos moradores pela valentia. Mesmo que sejam pessoas que não possuem a capacidade psicológica de matar, a população catalana tem uma relação de proximidade e exaltação da violência que, de uma forma ou outra, constituiu a cidade em si. Vale lembrar que desde o início do Pouso de Catalão, a cidade recebia fugitivos da lei, bandidos e pistoleiros.

Dessa forma, a origem da população catalana baseia-se quase completamente na chegada desses bandidos fugidos de Minas Gerais, saqueadores e assaltantes, assassinos e gente

---

<sup>16</sup> O estudo em questão é: GROSSMAN, D. **On Killing**: the psychological cost of learning to kill in war and society. New York: Litle Brown and Co., 1996.

desse tipo. O narrador, inclusive, salienta a institucionalização da violência em Catalão promovida pelos coronéis, já que, “em vez de combater a impunidade, os coronéis contribuíam com ela, recrutando seus jagunços entre os bandidos da região. Ou contratando-os para serviços isolados, geralmente tocar e matar desafetos” (p. 38).

Nesse contexto, trechos interessantes mostram que essa relação entre a população, a violência e a valentia, era íntima de certa forma, fazendo com que a população ansiasse por momentos de agitação e violência na cidade. Em certo ponto da narrativa, o coronel Paranhos, de um lado, e o capitão Carlos de Andrade, de outro, estão se preparando para um embate, o qual definiria qual clã mereceria o domínio da cidade. Por isso, ambos os lados buscavam homens valentes que pudessem ajudar no combate.

Dessa forma, a cada chegada de mais jagunços que se juntavam aos coronéis em preparação para o embate iminente, “os moradores, através das janelas entreabertas de suas casas, avaliavam sua periculosidade e macheza” (p. 69). Aqui, novamente, percebe-se a importância da aparência e da performance para a exibição de macheza e valentia:

quem entrava a trote, mão direita na rédea, mão esquerda solta no ar, mirada fixa no horizonte, para mostrar que não temia ninguém, era perigoso. Logo se ficava sabendo o nome do homem. Já os representantes comerciais vinham de cabeça baixa, morrendo de medo, as duas mãos na rédea, demonstrando que não estavam preparados para sacar suas armas (p. 69).

Essa excitação pela violência extravasa a barreira invisível que contorna a cidade e atinge os trabalhadores que chegam ao local para trabalharem nas obras da estrada de ferro. Enquanto na obra esses turmeiros, como eram chamados, talvez por já terem absorvido o modo de vida de Catalão, exibem bravura e mostram-se indisciplinados, na cidade, a população ansiava por algum enfrentamento:

nos canteiros de obras da estrada [de ferro], os capatazes lutavam para impor disciplina entre os peões, não raro tendo de enfrentar à bala um ou outro turmeiro mais atrevido. Em Catalão, o povo tomava conhecimento desses incidentes. Muitos habitantes pressagiavam, não sem uma ponta de excitação, um enfrentamento tão logo essa turba se visse frente a frente com os valentões locais (p. 89).

Além disso, toda a relação da cidade com a valentia toma novos contornos no capítulo 18 do livro de Sant’anna. A situação, nesse caso, é a da ausência da violência: os dois homens mais valentes da cidade, João Sampaio e Salvianinho disputavam o título do mais valente e a população esperava, como esperava por confrontos durante as obras da estrada de ferro, pelo

momento em que fosse ocorrer um duelo entre os dois. A oportunidade acontece, quando por acaso se encontram em uma estrada.

Utilizando-se de uma estratégia interessante, o narrador, que geralmente opta por narrar os acontecimentos de forma impessoal e objetiva, invade os pensamentos dos dois de modo a explicitar o estado de espírito das personagens, cujo embate é mais psicológico que físico. De um lado, João Sampaio, armado, teve medo de atirar primeiro, já que se “errasse o tiro, Salvianinho, que João sabia ter a melhor pontaria do município, o mataria facilmente” (p. 144). Mal sabia ele que Salvianinho estava desarmado. Do outro lado, Salvianinho ficou “lamentando não ter trazido seu revólver” (p. 144).

Quando acontece o encontro, propriamente dito, ambos se cumprimentam, ainda martelando as possibilidades de um ataque (para João, “pareceu-lhe mais prudente aguardar outra oportunidade” (p. 144)). O cumprimento foi respeitoso, com um aceno e um toque na aba do chapéu: “o gesto de mão foi ténue o suficiente para não parecer uma subserviência, mas não tão ténue que aparentasse uma desfeita” (p. 144). E esse trecho resume a ocasião ténue que foi o embate entre os dois: “o duelo *tão esperado* jamais aconteceu” (p. 145, grifo nosso).<sup>17</sup>

Dessa forma, conclui-se que Ivan Sant’anna reconstrói, em sua narrativa, um contexto social em que a valentia adquire um enorme *status* de prestígio, fazendo com que a população catalana se dividisse em dois principais grupos: o dos valentes que, por meio de ações e de palavras, ganhavam o prestígio da população, e o dos moradores em si, cuja relação com a valentia era contraditória e enganosa, de excitação e medo. Esse fato reitera uma das discussões feitas por Oliveira (2016a), o qual salienta essa relação ambígua da sociedade que desvaloriza a valentia por se tratar de uma manifestação brutal e arcaica e ao mesmo tempo se seduz por esses ideais de braveza. Um terceiro grupo, como vimos, é o dos forasteiros, os quais, não conseguindo cumprir as regras implícitas da cidade que se mistura com seus habitantes, não conseguem o prestígio objetivado.

### **3.3 “Para de comer, porque você vai ser fuzilado”: honra e infâmia no sertão**

O décimo sétimo capítulo de *Herança de Sangue* é intitulado de “Honra e infâmia” e, como o título propõe, narra uma ocasião em que os conceitos de honra, este muito presente na

---

<sup>17</sup> Merece uma nota de rodapé o fato de que, curiosamente, o capítulo em que o embate entre João Sampaio e Salvianinho “acontece” se chama “Tempos sombrios”, onde narra-se a grande depressão econômica que assolou Catalão durante os primeiros anos da década de 1930. O ambiente de depressão na narrativa nos fez conjecturar que a desolação não era meramente pelas questões econômicas, mas pela falta de um dos elementos constitutivos da cidade: a violência que, ausente, não movimentava a cidade nem excita seus habitantes.

narrativa, e de infâmia se interligam, tornando tênues os limites entre os dois, fato que é, de certa forma, um dos fios condutores do romance em tela. Foi esse capítulo em questão que nos instigou a pensar nos modos como esses dois conceitos tão presentes na sociedade se fizeram presentes também na narrativa de Sant'anna, a qual oferece um panorama da sociedade coronelista do final do século XIX e início do século XX.

Como vimos, por meio dos capítulos 1 e 2 deste trabalho e nas seções anteriores deste capítulo, o contexto em que se passa o enredo da narrativa de Ivan Sant'anna, qual seja o período em que o coronelismo esteve em alta no país, era um período propício para a recorrência de momentos violentos. Isso se dava pelo fato de a violência ser, nesse contexto, objeto utilizado tanto pelos coronéis nas suas disputas pelo poder local, no uso da força e da intimidação contra inimigos políticos e contra a população como um todo, na busca pela manutenção do poder e pela satisfação de suas vontades, como pelos jagunços do coronel, com intuito de defender os interesses do patrão; ainda, a força policial inserida nesse ambiente de disputas também era uma instituição contundente no uso da violência para atingir objetivos próprios ou de outros indivíduos com poder.

Nesse ínterim, vimos que a violência no contexto específico de Catalão geralmente não era gratuita, considerando a importância que a valentia, a hombridade e a virilidade tinham na cidade. O uso da violência física, para resolver pendências, para manter-se prestigiado na cidade ou simplesmente para mostrar-se valente (como os tiros a esmo disparados no meio das exhibições do cinema) tinha um motivo para acontecer. Existia um elemento que aproximava todos, desde os coronéis, passando pela polícia e chegando aos jagunços e sertanejos: a necessidade de manterem-se corajosos, honrados e respeitados, e o medo e a repulsa pela infâmia, pela desonra.

O conceito de honra e as suas manifestações na sociedade têm sido estudados profundamente a partir da metade do século passado, quando pela primeira vez o termo “honra” apareceu como objeto de estudo da coletânea *Honra e Vergonha*: valores das sociedades mediterrâneas<sup>18</sup>, organizada por John G. Peristiany e publicada inicialmente em 1965. Nela, o autor apresenta algumas considerações e ideias que ainda são pertinentes aos estudos posteriores a respeito do tema (e que continuam presentes neles). A brasileira Fabíola Rohden

---

<sup>18</sup> Cf. PERISTIANY, John George (org.). **Honra e Vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

aponta que, no clássico trabalho de 1965, Peristiany já entendia a honra e a vergonha<sup>19</sup> como um par que

faz parte do sistema de regras de conduta ou de regulamentos sociais comum a todas as sociedades. Honra e vergonha seriam dois polos da valorização social que implica a hierarquização dos indivíduos. São universais, todas as sociedades teriam suas formas de honra e vergonha. Contudo, o autor deixa claro o fato de que algumas sociedades se referem a esta forma de valorização mais constantemente que outras (ROHDEN, 2006, p. 103).

Tais considerações foram atualizadas em um trabalho posterior, de 1992, editado por Peristiany e Julian Pitt-Rivers, chamado de *Honor and grace in anthropology*<sup>20</sup>, que pode ser traduzido como “Honra e graça na antropologia”. Rohden (2006) salienta que, nessa nova coletânea, são incluídas novas considerações a respeito do conceito de honra, tomando-o muito mais como algo simbólico que concreto e relacionando-o diretamente com a religião<sup>21</sup>, mas as ideias centrais continuam as mesmas, assinalando que a honra, e conseqüentemente a infâmia, estão presentes em todas as sociedades, podendo ser mais ou menos evocadas dependendo das configurações da sociedade em que elas se apresentam.

Um ponto importante a se destacar é a visão de que o conceito em estudo passa a ser algo mais flexível, de modo a não se definir apenas baseando-se nas regras de conduta procedentes da honra (nos códigos a serem seguidos), mas levando em consideração os interesses dos indivíduos que as constituem, atribuindo, assim, maior relevância ao âmbito social no que diz respeito às relações de honra/indivíduo/sociedade. Portanto, a honra

representaria não só uma variedade de personalidades sociais presentes em uma dada sociedade, mas também os interesses variados e conflitantes de grupos rivais, como linhagens, clãs, classes ou corporações, que dão precedência, na sua definição de honra, a aspectos que favoreçam sua promoção social (ROHDEN, 2006, p. 104).

---

<sup>19</sup> Nesta pesquisa, estamos trabalhando com os termos “vergonha” e “infâmia” como sendo sinônimos, dessa forma, honra e infâmia adquirem um mesmo valor semântico que honra e vergonha. Como aponta Rohden (2006) em seu trabalho, J. G. Peristiany e J. Pitt-Rivers, na introdução da segunda coletânea de estudos sobre a honra, salientam que Peristiany escolheu utilizar o termo *shame* (vergonha) ao invés de *infamy* (infâmia), no primeiro livro, por considerar que “infâmia” não abarcasse todos os sentidos suscitados pelo termo “vergonha”, como os relacionados aos sentimentos, ficando restrito apenas ao âmbito da reputação do indivíduo. Entretanto, no nosso entendimento, e baseando-nos nas considerações apresentadas por outros autores no decorrer dessa seção, “infâmia” cumpre o papel de contraposição ao termo “honra”, contraposição essa que compõe o objeto de estudo desta pesquisa.

<sup>20</sup> Ainda sem tradução no Brasil. Cf. PERISTIANY, John George; PITT-RIVERS, Julian (editores). **Honor and grace in anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

<sup>21</sup> Por isso a troca de *shame* (vergonha) para *grace* (graça).

Essa ideia relaciona-se com as considerações feitas na seção anterior, na qual percebeu-se que é o caráter social que legitima ou não a valentia. Nesse caso, os estudiosos sobre a honra também apontam para a importância do social, que define, de uma forma ou de outra, o código de honra a ser seguido na sociedade. Dessa maneira, em estudos como este, no qual pretende-se analisar a representação da honra e da infâmia no contexto específico do coronelismo, tão importante como analisar as regras do código de honra, é perceber como são constituídas essas regras e o que isso implica no todo.

Contrária à honra, têm-se a infâmia e a desonra, que no sertão goiano, cenário da narrativa de Ivan Sant'anna, eram substantivos com os quais os sertanejos tentavam não ser atrelados. Baseando-se na discussão anterior, a infâmia contrapõe-se à honra; se a honra, a coragem e a valentia resultam em prestígio, a infâmia, a desonra e a covardia resultam na má reputação.

Em termos de definição, em seu trabalho, de nome “Borges e a infâmia de todos nós”, de 2008, Julio Jeha (2008, p. 107) afirma que

a infâmia resulta de um ato cometido contra o que se define como o bem. Essa má reputação, duradoura, conhecida e entranhada, fruto de uma ação criminosa, chocante ou brutal, pode ser merecida ou atribuída, ocasionando em ambos os casos o mais alto grau de desonra, punida com a repulsa do grupo e a subsequente exclusão do convívio social.

É exatamente por causa dessa definição que entendemos, em partes, os motivos que faziam com que sertanejos, jagunços, coronéis e polícia tentassem de todas as formas manterem-se honrados, longe de serem infames. Se por um lado, a honra fazia com que fossem respeitados, por outro a desonra, a infâmia, os tornavam repulsivos e excluídos do convívio social.

Kelvin Falcão Klein, no artigo “Histórias da infâmia: de Borges a Foucault”, publicado em 2010, discute a respeito de como Jorge Luis Borges e Michel Foucault apresentaram ao mundo, por meio de seus trabalhos, personalidades infames até então desconhecidas e silenciadas pela sociedade em que viviam.

Para o autor, em *História universal da infâmia*, de 1935, e “A vida dos homens infames”, publicado inicialmente na revista francesa *Les Cahiers du Chemin*, em 1977, Borges e Foucault, respectivamente, investiram na raridade ao falar de pessoas até então renegadas pela sociedade. Analisando esses trabalhos, Klein aponta para uma das características principais da infâmia: ela “é sempre pública e depende da opinião de muitas pessoas, que se encontram em um mesmo julgamento de ordem moral: o infame os escandaliza, fere as bases da conduta

corrente e, por isso, deve ser sinalizado, separado e punido. O infame está sempre alhures” (KLEIN, 2010, p. 193). Nesse sentido, temos o caráter social da infâmia, que só é legitimada a partir de um grupo de pessoas, a começar do ferimento das bases da conduta dessas pessoas.

Klein trabalha com a hipótese de que a questão da infâmia para os autores estudados condensa um vértice de associações que funcionam como um apanhado das suas ideias. O autor do artigo conclui que, por um lado, a infâmia para Borges é uma maneira de revisitar biografias esquecidas e, para documentar figuras “impuras”, o autor utiliza-se de uma forma impura de texto, que é uma forma híbrida entre texto jornalístico e ficcional; por outro lado, Foucault vê a infâmia e o esquecimento proposital da figura infame como uma relação clara de poder (KLEIN, 2010).

Em *Herança de Sangue*, vê-se esses dois modos de representação do infame. Assim como Borges, Sant’anna, em seu texto também híbrido, com características ficcionais, mas com o cerne basicamente histórico, apresenta pessoas cujas vidas são delineadas por esse limiar entre a honra e a infâmia. Como Foucault, o autor de *Caixa Preta* mostra, claramente, por meio de narrações marcantes, que as manifestações dos conceitos de honra e de infâmia são pautadas pelo jogo de poder presente na sociedade de Catalão.

Na narrativa, o código de honra que regia os habitantes de Catalão é apresentado logo no terceiro capítulo. O narrador relaciona a constituição da população da cidade (marcada pela chegada de bandidos, pistoleiros e baderneiros fugidos de outras regiões próximas ao Pouso de Catalão) à instituição do código de conduta:

Catalão continuava testemunhando violências de todos os tipos. Conflitos, motivados por ódios familiares, por ofensas (reais ou imaginárias) e pelas razões mais fúteis, estouravam quase que diariamente. Brigas por posse de terras – que sobravam no território – eram raras. Mas se matava por causa de demarcação de divisas e pelo acesso à água. Obedecia-se a um código de honra não escrito, segundo o qual um homem só podia ser digno de respeito se exibisse bravura frente aos inimigos e se lhes devotasse ódio implacável. Homem que fosse homem jamais poderia levar desaforo para casa, por menor que fosse, princípio seguido tanto pelos ricos quanto pelos pobres. Questões precisavam ser resolvidas à bala ou à faca (p. 38).

Aqui tem-se a apresentação do manual de conduta de Catalão, do qual podemos retirar as principais regras a serem seguidas para que um homem pudesse se tornar honrado e manter-se assim; tem-se também os parâmetros os quais faziam com que a cidade de Catalão, como um

organismo vivo<sup>22</sup>, avaliasse a bravura de seus habitantes e atribuísse aos habitantes o *status* de honrado ou de infame, baseando-se nas regras predefinidas.

Tendo como base o trecho transcrito acima, vemos que o código de conduta da cidade é o resultado de um contexto marcado pela violência, uma violência que o narrador, por meio do uso da ironia, entende como gratuita até certo ponto, visto que os conflitos eram muitas vezes motivados por ofensas “reais ou imaginárias”. Disso advém a primeira das regras de Catalão: as disputas pela honra podiam originar-se pelos mais simples motivos, desde que os envolvidos achassem estar sendo injustiçados de alguma forma. As relias aconteciam por motivos aparentemente simples, “pelas razões mais fúteis”, nem mesmo a distribuição de terras causava disputa, o que aponta para um elemento já citado de que a honra e a coragem, em Catalão, costumavam pesar mais que outros assuntos relacionados à economia e ao poder de posse.

De toda forma, o narrador continua enumerando as regras de Catalão, as quais deixam de fora o feminino do rol de indivíduos que jogam o jogo da busca pelo prestígio na cidade, uma vez que “*homem* só podia ser digno de respeito se exibisse bravura frente aos inimigos e se lhes devotasse ódio implacável. *Homem* que fosse *homem* jamais poderia levar desaforo para casa” (p. 38, grifos nossos). Assim a segunda regra isenta as mulheres da participação ativa nas disputas pela honra na cidade, a menos que elas também, de algum modo se sobressaiam (seguindo as regras implícitas da cidade), fator que será exemplificado no decorrer desta análise.

Por fim, a terceira regra que pode ser retirada desse excerto diz respeito à participação de todos os indivíduos (homens) na busca pela honra. Não se levava desaforo para a casa e esse princípio era seguido por todos, desde os mais ricos até os mais pobres. Tanto coronéis, como jagunços e a população da cidade em geral prezavam pelo prestígio proveniente da coragem de resolver suas pendências “à bala ou à faca”.

A vingança é um dos elementos mais recorrentes na narrativa e é contundente na análise aqui proposta pelo seu valor paradoxal. Por um lado, é por meio da vingança que boa parte dos catalanos reiteram sua imagem de prestígio e, por outro, é a necessidade de vingança e a coragem de vingar-se de seus inimigos que vão mostrar se a pessoa é ou não honrada: aquele

---

<sup>22</sup> Resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada na graduação, no artigo de nome “Cidade e violência no cerrado goiano: uma leitura de *Herança de Sangue*, de Ivan Sant’anna”, publicado em 2019, em que apontamos para o fato de a Catalão reconstituída pelo mosaico de palavras de Ivan Sant’anna atuar na narrativa como uma personagem (talvez a protagonista da narrativa), cuja história é contada, já que “as personagens têm vida efêmera, posto que são vitimadas pela violência que, oriunda de individualidades, acabam por plasmar os contornos simbólicos de todo um espaço urbano, tornando-se, a própria cidade, também personagem” (RODRIGUES; IGNÁCIO, 2019, p. 68). Disso advém a ideia de personificação dada à Catalão que anima e se excita com a violência, mas que tem seu desenvolvimento sempre podado também pela gravidade dos atos violentos cometidos (numa relação direta e interligada com a vida efêmera de seus habitantes).

que não tem coragem de avançar-se contra o inimigo é infame. Curiosamente, o primeiro momento na narrativa que merece atenção é protagonizado por Caetaninha, uma mulher.

Como já apontado, ela comandava um bando de bandidos que, juntamente com seus filhos, aterrorizavam e, ao mesmo tempo, impunham respeito na cidade e arredores. Caetaninha, assim como a viúva Ching, de Borges (2012), encontra na violência uma maneira de sobreviver a um mundo geralmente marcado pela ocupação masculina. Se em Borges, a viúva Ching entra na vida de pirata para honrar a morte de seu marido, assassinado em meio a uma traição, em *Herança de Sangue*, Caetaninha, ex-amante do vigário da cidade, ao perceber-se perdendo a beleza, envereda pelos caminhos da violência e começa a comandar os filhos pistoleiros e outros. Apesar da motivação distinta e do contexto completamente diferente, Ching e Caetaninha tornam-se conhecidas e famosas pelos seus feitos.

Certa vez, o bando de Caetaninha assassina Jerônimo Cocó, um fazendeiro que se recusa a fornecer as provisões convocadas por ela, gerando grande revolta. Então, o irmão do morto, Davi Cocó, resolve vingar-se da mulher e, após pedir e ter recebido um contingente de soldados do governo estadual, cerca o grupo de Caetaninha que, em meio a luta, tem seu filho primogênito morto.

Numa reação precipitada, “[...] Caetaninha, transtornada, decidiu *vingar-se* na pessoa do comandante da tropa, mesmo que isso custasse a vida de todo o bando. Fez cessar fogo no interior da casa e simulou uma rendição, agitando um pano branco. Quando o furriel se aproximou da casa, um balaço certo o abateu” (p. 58, grifo nosso). Dessa maneira, a brava mulher catalana, mesmo sabendo que sua derrota estava iminente, lava sua honra e a de seu filho com o sangue do comandante.

Do outro lado, no entanto, a tropa policial, vendo o líder morto, intensifica o ataque e dizima o bando: “finalmente, os soldados invadiram o prédio e dizimaram o bando de Caetaninha. Chegaram a ameaçar dar cabo, a ponta de faca, de uma criança de dois anos, neta de Caetaninha, mas foram impedidos por Davi Cocó” (p. 58). Assim, tem-se uma manifestação de um ato infame não concretizado, que fica apenas no âmbito da possibilidade, logo desconsiderado pelo grupo.

O episódio conhecido como “Primeiro Fogo”, narrado no capítulo seis, é outro momento que reflete a interligação entre a honra e a infâmia na narrativa de Ivan Sant’anna. O Primeiro Fogo tem como estopim um assunto aparentemente sem importância, a construção de um moinho, o que resulta no acirramento das relações entre os dois lados antagonistas, os Paranhos e o grupo dos Ayres/Andrade/Cunha, liderado pelo capitão Carlos de Andrade, que buscavam

o domínio sobre a cidade e que vinham arrumando pretextos para iniciar a disputa propriamente dita.

Ressalta-se que, desde antes disso, os dois grupos já faziam, cada qual a seu modo, demonstrações de força e valentia; citada na seção anterior, a “revolução” de Ricardo Paranhos, filho do coronel Paranhos data dessa época e já havia, como vimos, deixado seus rivais enciumados, buscando justificativas para mostrarem-se também valentes e honrados frente à cidade de Catalão. Nessa busca implacável, alguns homens ligados ao grupo de Andrade começam a desafiar as autoridades e a provocar o grupo rival, o que resulta no embate esperado pela cidade: “o que se esperava acabou acontecendo” (p. 63). Nota-se a supressão do sujeito na sentença, sugerindo que tanto habitantes como a cidade de um modo geral esperavam pelo embate.

Entretanto, depois de tanto esperar, ao passar uma hora, o tiroteio é interrompido em decorrência de uma crise nervosa da esposa do coronel Paranhos. O outro lado aceita a rendição com a condição de que todo o clã Paranhos se retire da cidade “e, assim, os Paranhos, homens, mulheres e crianças, acompanhados de uma legião de amigos e correligionários se recolheram à Fazenda do Ribeirão [...] (p. 64). Os Paranhos “recolhem-se” com a reputação tão prezada e conquistada no decorrer dos anos em que Antônio Paranhos construía sua influência na cidade colocada em prova.

Entretanto, é notável que, se os Paranhos têm a reputação questionada por causa do desdobramento irônico do Primeiro Fogo, Catalão como um todo permanece com sua honra intacta, uma vez que, após a rendição, houve alguns tiros disparados no decorrer da noite, o que resultou “na morte de um jagunço, bem aceita dos dois lados, pois não ficava bem, em Catalão, tanto tiro e nenhum defunto. Poderiam até fazer chacota da cidade” (p. 64). Essa visão da cidade que preza por sua honra remonta as considerações de Pitt-Rivers, apresentadas por Rohden (2006, p. 106), para quem “os grupos sociais possuem uma honra coletiva relacionada à honra de cada membro”. Nesse caso, empreendemos que há uma relação de legitimação mútua da honra coletiva e individual, em que os habitantes de Catalão, ao seguirem o código de honra da cidade, o reiteram, assim como a cidade o faz, na medida em que ela o sustenta e legitima.

Finalizando a narração, Sant’anna cria uma prolepse, que é quando o narrador revela, mesmo que de forma implícita, os acontecimentos que ainda ocorrerão na narrativa (TOMATCHÉVSKI, 1978), recurso massivamente utilizado pelo autor, o que instiga a curiosidade do leitor e o permite supor o desenrolar dos fatos. Sant’anna aponta que, da Fazenda do Ribeirão, os Paranhos “só saíam pouco antes do enfrentamento que ficaria conhecido como Segundo Fogo” (p. 64).

De fato, a volta dos Paranhos à cidade acontece em meio a grande comoção da população, que bajulava o coronel. Seus inimigos, dispersos e ainda aproveitando a glória da vitória sobre os adversários, então, começam a agir sornateiramente, organizando-se, de modo a minar a influência do coronel na cidade que volta a crescer. Depois de feitos os planos de ataque, o grupo dos Ayres contrata pistoleiros para atacar um dos correligionários do coronel Paranhos, de nome Marciano Salviano da Costa:

já em 1894, num dia em que reinava calma absoluta na cidade, um grupo de trinta jagunços recrutados pela gente dos Ayres invadiu a loja do tenente-coronel. Os homens arrancaram Marciano de trás do balcão do estabelecimento e o arrastaram para o meio da rua. Lá o fuzilaram, com várias descargas, sem maiores explicações, à vista do povo. Não satisfeitos, os assassinos invadiram a casa da vítima e atacaram uma de suas filhas a golpe de carabina. Para arrematar o crime, os bandidos roubaram dinheiro, garrafas de vinho e objetos da casa. Saíram então bebendo pelas ruas, em algazarra, comemorando o feito. Depois fugiram a galope, atirando para cima (p. 66-67).

Narrativamente, o autor subverte uma das funções do *ambiente* na narrativa, qual seja a de dar sugestões a respeito dos caminhos pelos quais o enredo pretende seguir (GANCHO, 2006). Toda a violência retratada no trecho acontece em um dia calmo, em que “reinava calma absoluta na cidade”. Ao invés de apontar para o andamento do enredo, o narrador intencionalmente dá uma falsa pista, de modo que os acontecimentos narrados a seguir choquem o leitor duplamente, resultado de (1) uma espera, por conta da descrição feita do dia, de um acontecimento habitual na cidade, e da (2) narração bastante explícita da violência cometida.

Desrespeitando boa parte das premissas de honra da cidade, o grupo, chamado pelo narrador de “bandidos” (como que querendo apontar que, diferentemente de outros pistoleiros da cidade repleta deles, estes merecem o epíteto de “bandidos”) cometem o ato infame: atacam o tenente-coronel sem motivo aparente e o matam à vista do povo. Além disso, atacam a filha do homem, sinal que reitera uma das características próprias da honra catalana, de que as regras de valentia geralmente não cobrem as mulheres; outro indício dessa suposição é a aceitação dos Ayres da rendição dos Paranhos no Primeiro Fogo em respeito às condições da esposa do coronel.

A narrativa, depois do ataque ao tenente-coronel, constrói o ambiente no qual culminam os acontecimentos do Segundo Fogo. Acontece a resposta da família do tenente-coronel, uma vez que “não podiam deixar sem resposta uma ofensa daquelas” (p. 67). Era dever da família se vingar dos culpados. No fim, depois de questionar pela cidade e arredores, a família acaba se vingando de pelo menos 15 dos assassinos. São realizadas as eleições municipais, que acirram a rivalidade entre os grupos opostos. Nesse ínterim, o Capitão Carlos de Andrade é

vítima de tocaia, mas o assassino erra o tiro; ambos os lados vão juntando seus apoiadores e correligionários. É nesse momento, também, que a população da cidade avalia a periculosidade das gentes que chegam a Catalão.

Tudo está pronto, apenas esperando um pretexto para que o embate aconteça. O segundo fogo então se inicia, de fato, com a ida do coronel Paranhos à Câmara Municipal onde deveria comparecer como jurado em um julgamento que, como o narrador apresenta, terminou absolvendo a ré. Para ir e voltar do prédio onde seria o julgamento, o coronel precisaria passar em frente à casa do capitão Andrade, cheia de jagunços e correligionários; na ida, para não se envolver em um confronto, o coronel dá uma volta, de modo a não passar na frente do casarão de Andrade.

Entretanto, na volta, o coronel, por “receio de ficar com fama de covarde junto aos companheiros” (p. 70), não desvia da casa do Capitão Andrade. O coronel Paranhos é alvejado no meio da rua principal da cidade, em um ato inesperado e precipitado:

de uma janela aberta de supetão, Veridiano já surgiu cuspidando fogo de sua carabina. Em reflexo condicionado, Elyseu da Cunha e Messias Garcia, próximos a ele, também escancararam as respectivas janelas e atiraram. Os tiros dos pistoleiros tinham endereço certo: Antônio Paranhos. Atingido por três balaços, um de cada atirador, o coronel dobrou os joelhos e tombou. Mas logo fez um esforço para se erguer. Nesse momento, outros dois tiros o acertaram. Um deles seccionou sua femoral. Em segundos, o senador morreu, em meio a uma pasta de terra e sangue. [...] A fuzilaria durou quinze minutos. Seguiu-se profundo silêncio. Catalão parou de respirar. Mas nos tímpanos dos moradores das casas próximas ao tiroteio o zumbido das balas continuou ecoando por algum tempo. [...] O cadáver do senador permaneceu ali, abandonado, até que duas de suas filhas, Dó e Benzinho, sabendo que o capitão Carlos e seus homens não ousariam atirar em mulheres, decidiram resgatá-lo (p. 70-71).

Primeiramente, esse trecho aponta para um processo de simbiose entre cidade e personagem, de modo que a cidade sofre as dores de seu maior representante; há o que Tomachévski (1978) conceitua como “motivação caracterizadora homóloga” em que ambiente e personagem se relacionam de modo homólogo: seu representante morre e a cidade para de respirar. De modo análogo, a infâmia, plenamente legitimada pela sociedade catalana, cometida contra Antônio Paranhos é também cometida contra a cidade, cujos habitantes se juntam no intuito de desferrar os autores de tal ato: “talvez revoltada por causa da morte do senador [...] grande parte da população da cidade aderiu ao grupo dos Paranhos” (p. 72).

Novamente, ressalta-se, aqui, a isenção das mulheres e crianças das consequências dos confrontos dos coronéis em busca de sua honra, o que corrobora com as considerações de Rohden (2006, p. 106) a respeito das ideias de Pitt-Rivers,

quanto à guarda da honra, todo homem é responsável e árbitro das situações. Apenas os considerados incapazes (mulheres, doentes, idosos, padres) têm direito a defensores. Aos outros, recusar-se a enfrentar pessoalmente uma ofensa pode também produzir desonra. A violência é, muitas vezes, o recurso característico. Sua execução é obrigatória quando todos os outros meios de resolver as disputas foram ineficientes.

Apesar de o assassinato de Paranhos se configurar como um ato infame, talvez não por conta dos modos como ele ocorreu, já que não era incomum o ataque sorrateiro na sociedade goiana, mas pela comoção social que resulta disso, os Ayres/Andrade/Cunha não ousam atirar nas mulheres Paranhos, as quais sabiam plenamente disso. Esse fato, somado a muitos outros, comprova que normalmente quando a figura feminina é violentada (no sentido geral da palavra) é quando geralmente aparece a imagem da infâmia (como no caso narrado acima, da filha do tenente-coronel).

Essa questão pode ser reiterada no capítulo seguinte, intitulado de “A vingança”, no qual são narrados os esforços do grupo dos Paranhos em se vingarem do grupo do capitão Andrade. Depois de, numa inversão de papéis, os Ayres/Andrade/Cunha fugirem da cidade em meio à represália do clã Paranhos, os filhos, netos e outros parentes e correligionários do coronel assassinado se juntam e montam, com respaldo do governo estadual, uma comitiva em busca de Andrade, a quem recaiu a culpa pela morte do senador, que havia se refugiado em uma fazenda próxima à Piracanjuba.

Cercando a fazenda, o chefe do grupo, Felipe Estrela, marido de uma das netas de Antônio Paranhos, intima o capitão, dizendo que “qualquer resistência seria inútil. Só serviria para fazer vítimas inocentes entre as mulheres e as crianças da fazenda” (p. 77). Em um ato que pode ser considerado honroso, visto que o procurado mostra-se prezar pela integridade das mulheres e crianças da família, o capitão Carlos de Andrade se rende e é preso pelos seus adversários juntamente com um dos seus filhos e um capanga.

A vingança dos Paranhos é o primeiro momento em que os limites entre a honra e a infâmia se enfraquecem e se atenuam, uma vez que o ato de vingar-se, embora necessário segundo as regras implícitas de conduta para a manutenção da honra do clã, e conseqüentemente da honra de Catalão, passa do limite aceitável da cidade. Desde o transporte dos presos até a chegada deles a Catalão, bem como o período em que estavam presos na cadeia da cidade, Carlos de Andrade e os outros dois presos sofreram violências variadas.

Durante o percurso, os encarregados de levar os presos para a cidade fizeram com que eles viajassem a pé e presos pelas mãos e pescoço. O capitão, seu filho e o jagunço tiveram suas peles queimadas pelo sol de dezembro e os membros esfolados, em decorrência das cordas atadas. Por fim, por causa da idade do filho do capitão (14 anos), o menino é libertado.

Na cadeia, o narrador salienta que as humilhações e os maus-tratos aos presos restantes foram ainda piores que durante a viagem até Catalão. A cela da cadeia era localizada em um buraco no subsolo do prédio.

Jogaram o capitão lá dentro, ainda com os pés e mãos amarrados. Não lhe deram comida nem água. Não demorou muito tempo e alguns soldados e gente dos Paranhos desceram pelo buraco. Passaram a arrancar, a alicate, a barba do preso. Agrediram-no a socos, pontapés e cusparadas. [...] os algozes o obrigaram a comer suas próprias fezes e beber sua urina. As mulheres Paranhos, inclusive as filhas do senador, não se vexavam em visitar o cárcere e sevir o condenado. Cuspavam e batiam em seu rosto com chicotes rabo-de-tatu” (p. 78-79).

As margens de definição entre honra e infâmia se misturam e se tornam obscurecidas por conta das atitudes tomadas durante a execução dos planos de vingança. Se por um lado, segundo o código de Catalão, a honra da família Paranhos tinha de ser lavada, por meio da vingança, com o sangue dos autores do assassinato do coronel, por outro, tem-se nesse caso um exagero de violência no tratamento dos presos. Além disso, o modo como ocorria, de forma lenta e escondida, o desforro contra o capitão Andrade não condizia com o *modus vivendi* da população catalana.

Mais que isso, o caso específico da vingança contra Carlos de Andrade ganha outro elemento que reitera o caráter exagerado das ações dos Paranhos e seus apoiadores: ele era inocente, pelo menos no que diz respeito ao ataque ao coronel inimigo. Os três atiradores responsáveis pelo assassinato, Franklin Toró, Veridiano e Elyseu da Cunha, apesar de condenados coautores do crime no mesmo julgamento que, ignorando todas as provas a favor de Andrade, declararam o capitão como assassino de Antônio Paranhos, curiosamente, permaneceram livres da prisão e dos mal tratos.

Como bem aponta o narrador de *Herança de Sangue*, “nada mais natural que vingar a morte de um parente”, e isso acontece em muitos momentos na narrativa, como a vingança dos familiares do tenente-coronel Marciano, o que resultou na morte de mais de 15 jagunços; “chegava a ser uma obrigação da família do morto. Mas vingança era para ser feita em campo aberto, ou mesmo numa tocaia, com faca ou tiro, diretamente ou através de jagunços. Tudo isso era parte da cultura local” (p. 80).

O trecho acima transcrito revela duas questões importantes. Primeiramente, mostra que a população catalana absorve para si, de certo modo, o sofrimento individual de seus cidadãos, fazendo com que ela adquira a responsabilidade de manter o seu código de honra intacto. Assim, ao transpassar até mesmo os limites de decência da cidade, cria-se um movimento da população, com integrantes da própria família Paranhos, com o intuito de libertar o capitão. Em segundo

lugar, retoma-se nesse excerto algumas das principais regras de conduta da cidade: no caso da vingança, ela deveria ser feita em campo aberto ou em tocaia, independentemente do tipo de arma, pessoalmente ou por meio de terceiros.

Por fim, em uma tocaia, alguns jagunços de Felipe Estrela impedem a fuga planejada por uma das próprias filhas do coronel Paranhos dos prisioneiros que são mortos no meio da rua, de madrugada. Terminada a execução da vingança contra o capitão Carlos de Andrade, o grupo dos Paranhos concentra sua vingança em Elyseu da Cunha, que estava na casa de Andrade na ocasião do Segundo Fogo. Este, por sua vez, recebe a comitiva a tiros e com valentia, fazendo com que os soldados a serviço dos Paranhos fujam desesperados.

Criando novamente uma prolepse, o narrador de Sant'anna comenta que essa fuga, a qual resultou na liberdade dos Cunhas, contribuiria diretamente na queda dos Paranhos: “os Cunhas, pai e filho, só regressariam a Catalão onze anos mais tarde. Nessa oportunidade, seus inimigos de morte, os Paranhos, chorariam amargamente não tê-los liquidado naquele final do século XIX” (p. 82).

Elyseu da Cunha volta à cidade depois da Revolução de 1909, uma revolução que depôs o presidente do estado de Goiás com intuito de impedir a posse de seu sucessor. Como os Paranhos ficaram ao lado do grupo lesado na Revolução e Elyseu e os outros inimigos políticos faziam parte do grupo vencedor, Elyseu pôde retornar à cidade com a promessa de que seria absolvido no julgamento da morte do coronel Paranhos.

Por fim, a despeito das regras de valentia que regiam a sociedade em Catalão, pacificamente, o clã Paranhos se dissolve, uma vez que cada um dos filhos, netos e outros parentes do coronel assassinado saem da cidade para se empenharem em outras atividades econômicas em Minas Gerais. Essa dissolução pacífica dos Paranhos, que buscam novos modos de vida longe de Catalão, é o primeiro indício de que a violência, até mesmo na cidade palco dos acontecimentos de *Herança de Sangue*, uma hora enfada.

Como combinado, Elyseu é julgado e absolvido da responsabilidade da morte do coronel Paranhos em um julgamento que revela o caráter da impunidade e da falta de parcialidade da Justiça no sertão coronelista de Catalão: “das seis [testemunhas] intimadas, todas intimidadas, nenhuma compareceu. O júri concluiu que o réu simplesmente não atirara em ninguém” (p. 88), sendo que ele tinha realmente sido um dos verdadeiros atiradores.

Em meio a todos esses acontecimentos, a narrativa apresenta uma nova geração de valentes de Catalão, a qual será protagonista de novos momentos marcados pelo derramamento de sangue em busca de uma honra pautada por valores arcaicos que cada vez mais se mostram incondizentes com uma sociedade que busca se modernizar, como é o caso de Catalão. Essa

afirmação vem de acordo com Oliveira (2016a), para quem, no decorrer do tempo, a valentia, relacionada à violência, foi perdendo espaço na medida em que as sociedades se modernizavam.

Um dos exemplos de tentativa de modernização de Catalão é a chegada dos trilhos. A cidade tratava-se de um núcleo urbano com mais de 25 mil pessoas e, durante as obras da ferrovia, esse número aumentou em mais de 500 por conta dos trabalhadores da obra (OLIVEIRA, 2012, p. 19). Estes, juntamente com alguns desordeiros locais, inflavam a economia de Catalão em suas farras em bares à noite. Alguns estabelecimentos comerciais começaram a prosperar, assim como a atividade das prostitutas da cidade.

A relação dessas mulheres com esse surto de prosperidade era contraditório, visto que, por um lado, elas eram diretamente beneficiadas financeiramente por causa da grande quantidade de turmeiros (que era como os trabalhadores da ferrovia eram chamados); por outro lado, eram vítimas constantes da violência desses homens, afinal o tratamento dado a elas não seguia, como se vê, o código implícito da cidade, que poupava as mulheres e crianças das violências e valentias comuns aos cidadãos masculinos.

É dessa relação contraditória que surge um dos episódios mais marcantes da história de Catalão, apresentado por Sant'anna na metade da narrativa, no capítulo chamado “Terceiro Fogo”, de modo a explicitar, ainda, outra relação contraditória existente na cidadezinha goiana: a excitação pela violência, que fazia com que os habitantes observassem o grau de periculosidade e de valentia dos indivíduos que chegavam à cidade, e as consequências que a violência trazia para a cidade, colocando, como no caso desse episódio em questão, impedimentos à prosperidade e ao desenvolvimento de Catalão. Trata-se do “Massacre dos Turmeiros”, que, segundo análise de Oliveira (2012), excedeu até os padrões (elásticos) aceitáveis de violência de Catalão.

O fato é que uma das prostitutas de maior prestígio da cidade era Emerenciana Neiva, chamada de Sana, “que, tendo enviuvado, caiu na vida para sobreviver” (p. 96). A mulher era, ao mesmo tempo, a amante do líder político de Catalão, Isaac da Cunha – o qual herdara o prestígio político do pai, Elyseu –, e amante do delegado de polícia, conhecido como Suã de Vaca, cujas características marcantes, exaltadas pelo narrador, eram ser “alto, feroz e muito feio” (p. 96).

Numa noite, um foguista trabalhador da ferrovia, bêbado, juntamente com outros dois turmeiros atacaram e mataram Sana, causando revolta na população catalana e nos dois homens mais temidos da cidade. Ressalta-se que a comoção, nesse caso, não advém daqueles princípios segundo os quais sobre as mulheres não recaíam as mesmas condições de valentia que sobre os homens, afinal a violência contra as prostitutas era normalizada e não interferia na honra de

nenhum dos que as violentavam. Não. A comoção pela morte de Sana é puramente inflada pelo fato de ela ser a amante dos dois mais poderosos e valentes da cidade.

Sendo assim, a primeira tentativa de vingar-se dos assassinos não chega a lograr êxito. Os trabalhadores da ferrovia prometeram entregar os turmeiros responsáveis pelo assassinato, mas, no fim das contas, Isaac da Cunha, o delegado Suã de Vaca e sua comitiva, além de serem enganados, tiveram de regressar à cidade depois de uma breve troca de tiros. Além disso, um dia depois, homens armados adentram a cidade, portando armas e munição, numa explícita demonstração de força, afrontando não apenas os donos do poder em Catalão, mas a própria cidade em si: “a afronta, principalmente por ter sido obra de forasteiros, desmoralizava o povo de Catalão” (p. 99).

Essa situação revela que, acima da honra individual dos habitantes da cidade, a honra de Catalão como âmbito coletivo deveria ser preservada. Como já salientado, a urbe Catalão assume grande importância na sua relação com seus habitantes, fazendo com que a cidade tenha uma relação de homologia com o indivíduo que nela mora, tomando, às vezes, as dores dele. Um exemplo é a ocasião da morte do coronel Paranhos que deitou morto em meio ao próprio sangue e à terra da cidade, que “parou de respirar” (p. 71), fazendo do coronel e da cidade um só ser violentado pela violência perpetrada por eles próprios.<sup>23</sup>

No caso da afronta à cidade por parte de forasteiros, ao contrário, como o narrador apresenta, são os habitantes que tomam as dores da infâmia sofrida e vão à defesa de Catalão: “Ayres, Cunha, Paranhos, Andrade, Paiva, Sampaio, Gomes, Pires, papos-roxos, papos-amarcelos – numa unanimidade poucas vezes vista –, ninguém contestou o direito de Isaac da Cunha de partir para a desforra em defesa da honra da cidade” (p. 99). Rohden (2006, p. 106) aponta, seguindo as ideias de Pitt-Rivers, que, em se tratando da honra coletiva de uma sociedade, “a conduta desonrosa de alguém se reflete na honra de todos, ao mesmo tempo em que cada indivíduo participa da honra de todo o grupo”. Em Catalão também acontece o contrário: o ato infame sofrido por alguém reflete em todos.

O clímax do Terceiro Fogo é narrado de modo bastante cinematográfico, o que já havia sido salientado por Ribeiro (2015) ao relacionar a narrativa de Sant’anna às narrativas

---

<sup>23</sup> Raphael Martins Ribeiro, em trabalho de 2015, também trata sobre a interligação da população catalana com a urbe de Catalão apontando para uma ideia de identidade: “Em decorrência disso [o assassinato de Sana], a narrativa toma um novo caminho: as forças até então opostas se unem na causa comum da vingança pelo assassinato de Sana. Isso reforça, em primeiro lugar, um aspecto de identidade. Elementos até então dispersos ou opostos se assumem enquanto unidade num momento em que algum dos seus pilares sofre um abalo.” (RIBEIRO, 2015, p. 70). Essa ideia também vem ao encontro com o que trabalhamos em trabalho anterior (RODRIGUES; IGNÁCIO, 2019) no qual apontamos a grande recorrência da locução adjetiva “de Catalão” na narrativa de modo a identificar de forma clara que ser “de Catalão” para os habitantes da cidade era uma característica notável, contribuindo para a construção desse aspecto identitário apontado por Ribeiro (2015).

cinematográficas de faroeste norte-americano. Trechos narrados de forma esparsa, mostrando ora o trem com os trabalhadores que se dirigiam à ponta dos trilhos para mais um dia de trabalho, ora a comitiva de Isaac que tomava lugar na curva em que ficariam tocados esperando pelo momento certo de atacar, vão criando a tensão narrativa que chega ao nível máximo quando, usando uma figura de linguagem interessante, a prosopopeia, o narrador personifica a própria locomotiva que pressente o perigo iminente:

faltavam alguns minutos para as cinco e meia quando o comboio passou pela estação e deixou a cidade, as rodas batendo de maneira cadenciada nas junções dos trilhos. A locomotiva percorreu uma pequena reta e se aproximou da curva, apitando de maneira desconfiada, como se a própria máquina pressentisse a emboscada (SANT'ANNA, 2012, p. 100).

Ainda no que diz respeito à instância narrativa de *Herança de Sangue*, o narrador se empenha, apesar de tentar ficar alheio aos acontecimentos, em apresentar que existiam, dentro do trem sitiado, crianças, as quais serviam nas obras, e mulheres, responsáveis pelas refeições. Novamente, o próprio narrador contribui sutilmente, geralmente por meio da escolha do léxico, para a construção da imagem infame dos atos que estão prestes a acontecer (como aconteceu no caso do ataque ao tenente-coronel Marciano).

O maquinista da locomotiva que ia desconfiada pelos trilhos tortuosos na direção da emboscada percebe os trilhos amontoados sobre o caminho, que serviam para interceptar o trem, mas já é tarde demais: “procurando se aproveitar ao máximo do efeito surpresa, os tocaieiros deram início à pesada fuzilaria” (p. 101) que resultou em nove feridos e dez mortes: uma do lado dos atacantes, e nove do lado atacado, entre eles, duas crianças (de oito e dez anos).

A conclusão desse ato, considerado pelo narrador como um espetáculo sangrento, posto o uso da expressão “teatro de batalha”, é a de que a cidade, na sua tentativa de recuperar a honra ferida pelos forasteiros infames, acaba por perder-se em sua própria infâmia, o que resulta em consequências desastrosas para a urbe.

A cidade pagou caro pelo Terceiro Fogo. A direção da Estrada de Ferro, alegando falta de segurança, suspendeu as obras e pôs fim ao surto de progresso. O ramal de Catalão permaneceu como apêndice, solto, bobo, sem a inicialmente projetada ligação com a Estrada de Ferro Oeste de Minas. Na ausência dos turmeiros, bares foram fechados, circos baixaram suas lonas, mascates foram em busca de melhores praças, as putas, de outras clientelas (p. 102).

Se, como apontou Oliveira (2012), esse episódio ultrapassou até os limites móveis de violência em Catalão, tornando o Massacre dos Turmeiros um acontecimento, de certa forma,

atípico na cidade, um ponto, como afirma Sant’anna, continuou seguindo as regras de Catalão: o da impunidade:

jamais se soube do paradeiro do fogueiro, estopim do massacre. Mas tudo leva a crer que escapou impune. Seu nome nem chegou a ser mencionado pelos cronistas do fato. Seu gatilho *covarde e imprudente* permaneceu anônimo. *Pelo menos nesse aspecto, o da impunidade, o assassinato de Emerenciana Neiva, a Sana, fez jus às tradições da cidade.* (p. 103, grifo nosso).

O fim da era Cunha em Catalão acontece de maneira extraordinária em se tratando dos modos costumeiros de se resolver as relias de seus habitantes. A depressão causada pelo cancelamento das obras da ferrovia diminuía gradativamente com o passar dos anos, mas, como comum na cidadezinha goiana, a violência permanecia ditando o modo de vida dos catalanos. Por conta de rugas familiares, Isaac da Cunha é assassinado pelo próprio tio, Amadeu da Cunha, que esfaqueou o sobrinho “e rasgou com tanta violência que os intestinos do chefe político pularam para fora, em meio à profusa hemorragia” (p. 105).

Ali mesmo, Oswaldo da Cunha, primo de Isaac, saca seu revólver e mata o tio Amadeu, encerrando a influência e o domínio dos Cunhas sobre Catalão. Interessante ressaltar que os assassinatos acontecem em meio às festividades de São Pedro, o que revela a presença ininterrupta da violência na cidade.

O quarto e último “fogo” de Catalão acontece anos depois do Massacre dos Turmeiros e é protagonizado por Salomão de Paiva e João Sampaio, nomes já conhecidos neste trabalho. De uma parte, Salomão, filho do intendente da cidade, cargo que equivalia ao de prefeito atualmente, detinha o prestígio institucionalizado; da outra parte, João, filho do importante coronel Luiz Sampaio, pretendia adquirir para si o *status* de pessoa mais valente de Catalão.

Salomão, com sua personalidade estilo Dr. Jekyll e Mr. Hyde, continuava fazendo papel duplo na cidade: de dia, era bondoso e justo, ajudava sempre os pobres; de noite, reunia-se a outros baderneiros, e juntos assombravam Catalão, uma Catalão que já vinha demonstrando não se excitar tanto quanto antes com a violência e valentia. João Sampaio assistia as vergonhas que Salomão trazia para a cidade (ele chegou a fazer um discurso na ocasião do feriado de independência, bêbado) e “acompanhava atentamente cada passo de Salomão de Paiva. Sabia que, se desse cabo do intendente, a família Sampaio, segundo a cartilha local, seria a dona da cidade” (p. 120).

Por fim, o confronto acontece e João Sampaio assassina, juntamente com 4 capangas, Salomão de Paiva, em uma tocaia. Honradamente, Salomão luta até o fim contra seus adversários, mas tomba morto. Então, a cidade, como Salomão, reage de forma ambígua à morte

do líder que, ao mesmo tempo que ajudava a população, a aterrorizava: “a população pobre, que tanto ele ajudou, sentia-se órfã. Mas os comerciantes, os industriais, os políticos e a classe média também compareceram ao velório, talvez para ter certeza de que ele morrera mesmo” (p. 129). Reiterando a morte honrosa de Salomão de Paiva, o narrador salienta que o Robin Wood do cerrado “baixou à cova vestido com a farda azul, com listras laterais vermelhas, da Guarda Nacional” (p. 129).

O último acontecimento, antes do clímax da narrativa, qual seja o linchamento de Antero Carvalho, que merece atenção nesta discussão, por conta da quebra de um dos pilares da honra catalana, é o narrado no capítulo “Honra e Infâmia” que dá início a essa seção. Em meio à violência desregrada e a demonstrações muitas vezes exageradas de valentia, em meio a um contexto que preza pela braveza de macho, surge o peão Lamartine, “lavrador pacífico e humilde, moço ainda, recém-chegado de Minas”, cuja simpatia “conquistou patrões e camaradas” (p. 137), entre eles, João Sampaio, que o contrata para trabalhar na sua fazenda, e João Teodoro, homem perigoso e valente, com o qual Lamartine cria uma improvável amizade.

Infelizmente, entretanto, simpatia e bondade não eram características prezadas em Catalão. Na verdade, não eram características que importavam tanto no modo de vida dos cidadãos catalanos. Além do contexto predominantemente violento, Lamartine chega a Catalão numa época em que a força policial da cidade “reunia soldados da pior espécie, de nível inferior ao habitual” (p. 137). Um desses soldados, certa vez, invade a casa de uma mulher pobre e depois de atacá-la, rouba seu pouco dinheiro, para pagar uma bebida em um estabelecimento comercial da cidade.

Coincidentemente, a mulher era a mãe do temido João Teodoro, amigo do humilde Lamartine, e ao saber do ocorrido o camarada sai a procura do soldado, uma vez que, segundo o código de honra de Catalão, nada mais normal que vingar a morte de um ente. João Teodoro, então, mata sem maiores explicações, o soldado. A polícia planeja uma represália, mas como o capanga de João Sampaio já tinha fugido da cidade, é Lamartine o capturado pela força policial e levado para a delegacia, onde sofre maus-tratos, humilhações e torturas.

Daí surge o impasse que vai resultar no ato infame cometido contra Lamartine, uma vez que entram na briga, de um lado, os Sampaio, inconformados com a injustiça que o peão estava sofrendo, e de outro lado, os Ayres, que comandavam o destacamento policial. Sucedem-se mortes de ambos os lados: os Ayres matam Delcídes, irmão de João Sampaio; como retaliação, Durval, também irmão de João Sampaio assassina o delegado Ayres, o mandachuva da cidade.

Os dois lados começam a jurar vingança, juras que inicialmente ficam presas ao âmbito das palavras. Porém, subvertendo o código central de honra de Catalão, que preconizava a

exclusão das mulheres nas batalhas pela honra, a mulher de um dos correligionários dos Ayres, “piedosa, frequentadora assídua da igreja”, agindo sem conhecimento do marido e dos Ayres, decide agir e procura um soldado valente de nome João Silva. Aqui, Sant’anna utiliza-se de uma elipse para ocultar o teor da conversa dos dois. Os acontecimentos posteriores surgem abruptamente nas páginas de *Herança de Sangue*:

mesmo sem autorização do marido, ela convocou um dos soldados do destacamento, de nome João Silva, ao seu casarão, próximo à cadeia. Conversou longamente com o policial. O peão Lamartine, prato e colher na mão, comia em sua cela imunda quando João Silva chegou lá. O soldado não se valeu de subterfúgios.

— Pode parar de comer, porque você vai ser fuzilado.

— Mas por quê? — perguntou Lamartine, sem fazer o menor esforço para disfarçar o medo que sentia. — Eu... eu não fiz nada de errado — gemeu em desespero. O soldado não se sentiu obrigado a dar uma resposta. Limitou-se a matar o preso com um tiro a queima roupa (p. 140-141).

Dessa forma, a conclusão do capítulo da narrativa de Sant’anna é contundente e reveladora da relação ambígua e prejudicial entre a cidade de Catalão, seus habitantes, e as questões de honra. A cidade, na qual cria-se um código de conduta a partir da vivência de seus habitantes, a qual luta junto com sua população para que a locução “de Catalão” seja atrelada à valentia e à honra, é a mesma que “sempre teve seu crescimento atrapalhado pela violência de seu povo” (p. 141).

### **3.4 “A grande página de sangue não havia sido escrita”: Antero Carvalho e a infâmia de Catalão**

Uma das, se não a, narrativas mais conhecidas no mundo apresenta um episódio que suscita reflexões a respeito das relações controversas e, ao mesmo tempo, imbricadas entre honra e infâmia. No Novo Testamento bíblico, narra-se a passagem de Jesus Cristo pela Terra, cumprindo a missão que seu pai, Deus, o teria dado, de trazer paz a um mundo caótico, de salvar uma humanidade há muito perdida, de reiniciar uma história cujas personagens já não mais seguiam os *scripts* planejados pelo autor.

O final da história, também conhecido, é o assassinato público de Cristo que, depois de uma peregrinação sôfrega e violenta em meio à cidade de Jerusalém, uma cidade infame à época, é preso aos braços de uma cruz. Se, por uma perspectiva, possa se considerar que Jesus Cristo valentemente aceita o sofrimento, mostrando-se honrado em cumprir as vontades do Pai e, dada a sua capacidade de realizar ações sobre-humanas, em não revidar a violência sofrida;

por outra perspectiva, a infâmia dos carrascos e da própria Jerusalém que a legítima permeia toda a narrativa da Paixão.

Em Jerusalém, a morte de Cristo suscita uma reflexão coletiva com relação aos acontecimentos da Paixão. Em *Herança de Sangue*, o linchamento de Antero da Costa Carvalho nas ruas de Catalão se configura como uma espécie de “paixão” no cerrado. As histórias dos dois protagonistas de narrativas distintas se aproximam e se afastam e, intencionalmente, Ivan Sant’anna constrói sua narrativa de modo a unir esses dois mártires de seus tempos, cada qual ao seu modo.

Antero chega à Catalão em um contexto de grande depressão; depressão essa causada tanto pela grave recessão econômica sofrida pelo país no início da década de 1930, quanto pela falta há tempos de eletrizantes embates na cidade. A pobreza e a letargia fazem com que a cidade caminhe na direção de Zora, a cidade de Calvino<sup>24</sup>, que desaparece e é esquecida. “Os catalanos mais velhos se lembravam saudosos da época da construção da estrada de ferro, quando os peões enchiam as tabernas, as vendas do comércio e as casas das putas” (p. 146). Catalão, mesmo já apontando para um movimento de desencanto pela violência, ainda anseia por algo.

O jovem farmacêutico Antero também. Entretanto, seus anseios são os de se fundar na cidade goiana com a esposa Amélia Nazar. Haviam se conhecido no Mato Grosso e, apesar da diferença de idade entre os dois (ela era dez anos mais velha que ele), começam a ter um caso e a morar juntos. Chegando à cidade goiana, o casal vai morar na fazenda de um velho coronel de nome Albino Felipe do Nascimento, de 74 anos, o qual era casado com uma jovem mulher de 27 anos.

Assim como já havia acontecido com Lamartine, anos antes em Catalão, o jeito pacato de Antero faz com que o fazendeiro Albino se afeiçoasse pelo moço, assim como outros trabalhadores da fazenda, uma vez que ele “dava consultas à gente da família e aos empregados da fazenda. Receitava remédios e fazia partos, com ótimos resultados. Lia e escrevia cartas para os meeiros analfabetos. Tornou-se conhecido e popular. Passou a atender doentes das vizinhanças, conseguindo juntar dinheiro” (p. 149). Além disso, Antero começou a oferecer consultas para a população urbana de Catalão, o que contribuiu para que ele se tornasse ainda mais conhecido na cidade.

Como o Cristo de Jerusalém, a fama e a reputação do bom moço originário de Jataí, em Goiás, eram construídas por meio de suas ações bondosas, baseadas em ajudar os mais pobres.

---

<sup>24</sup> Cf.: CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Mas, como explicitado em cada página de *Herança de Sangue* e deste trabalho, a bondade não era o principal atributo de valor em Catalão, longe disso:

[...] fama, em Catalão, era coisa para pistoleiros. Gente que sabia defender, à bala, sua reputação. Não para janotas que falavam macio, recitavam poesias e conseguiam ganhar dinheiro numa época de tanta miséria. O carisma revelado por Antero, e seu prestígio com o povo humilde da cidade e dos arredores – para quem, entre outros favores, dava consultas gratuitas e distribuía remédios –, passou a incomodar a poderosa elite rural. Infelizmente, o jovem e ambicioso farmacêutico não percebeu o ciúme que crescia ao seu redor (p. 150-151).

As línguas da cidade já criavam histórias a respeito de Antero. Da proximidade do farmacêutico com o velho Albino, surgiu o boato de que o jovem moço tinha um caso com a mulher do fazendeiro, Joaquina Cândida de Jesus. Os boatos cresciam na medida em que a fama de Antero aumentava, assim como aumentava também o ciúme daqueles que até então eram os famosos de Catalão, os Sampaio, aqueles que obtiveram fama baseados no código de honra e valentia da cidade.

Nesse clima austero, o velho fazendeiro Albino Felipe, amigo e até compadre de Antero Carvalho, vai à cidade fazer seu testamento. Em um trecho marcado por desencontros, Albino que queria conversar e se aconselhar com Antero, ausente no momento, decide voltar para a fazenda. Na volta, cavalgam juntos pai e filho, de nome João Albino, até certo ponto. Quando se separam, misteriosamente, Albino é assassinado numa tocaia – elemento constitutivo da bravura *goiana* e, portanto, *de Catalão*:

Quando chegaram ao local conhecido como Cava do Tombador, João pediu ao pai que seguisse sozinho, pois teria de aguardar dois meninos que vinham atrás, tangendo seis bois para a fazenda. O velho não chegou a percorrer um quarto de légua, na Baixadinha da Pedra Preta, trecho do caminho ladeado por mata fechada, um braço empunhando um revólver 38 se ergueu em meio à vegetação. Houve dois tiros, ambos certos. Albino, ferido na nuca e no peito, caiu do cavalo (p. 154).

O assassinato do fazendeiro torna-se assunto na cidade. Coincidentemente, os Sampaio são os primeiros que começam a distribuir suspeitas, apontado para o fato de João Albino ter largado o pai sozinho no meio da estrada. Assim, o filho enlutado torna-se o principal suspeito do crime e é levado pela polícia para prestar depoimento, o qual ocorreu segundo as tradições da cidade, por meio de tortura: usaram de um método comum em Goiás que consistia em coroar o interrogado com um torniquete de arame farpado. Apesar do suplício, João é liberado.

As suspeitas, então, recaem sobre Antero Carvalho. Histórias são contadas, construindo uma suposta culpa do farmacêutico. Nesse ínterim, o jagunço que realizou os disparos, ligado

aos Sampaio, é encontrado e preso. Na cadeia, o homem, conhecido como Chico Prateado, confessa o crime e corrobora as suspeitas de que Antero seria o mandante do assassinato. Antero, portanto, é preso e também assina uma confissão, na qual, juntos, Chico e Antero “declararam não terem sofrido nenhum tipo de coação por parte da polícia” (p. 158).

Estranhamente, e talvez de forma intencional, esse trecho é apresentado logo depois da narração das torturas ocorridas com João Albino na delegacia, fato que sinaliza uma incoerência na narrativa de Sant’anna, a qual se reflete das incoerências existentes nas fontes utilizadas pelo autor para a escrita de sua obra. Ainda a esse respeito, nota-se a impessoalidade da instância narrativa ao tentar não conjecturar possíveis outras versões da história que está gravada nos autos oficiais da cidade.

O mesmo não acontece nos textos históricos que tratam desse fato. Segundo considerações de Silva (2014, p. 60), alguns historiadores deixam claro suas conjecturas e opiniões a respeito dos interrogatórios feitos a Antero e Chico Prateado. Conforme a autora, “Chaul diz que Chico fez as confissões debaixo de torturas” e, nas memórias de Cornélio Ramos, salienta-se que “Antero confessou o crime sob coação e tortura, apesar de ele ter declarado não ter sofrido nenhum tipo de tortura ou constrangimento ao prestar tais depoimentos” (SILVA, 2014, p. 60).

De todo modo, durante o inquérito, surgiam boatos e versões alternativas para o crime, algumas delas envolvendo os nomes dos principais Sampaio. Entretanto, o comandante Póvoa, responsável pela investigação, tomando todo “o cuidado de excluir os nomes dos Sampaio em suas conclusões”, apresenta “que o verdadeiro motivo do crime fora a intenção, por parte de Antero, de apoderar-se dos bens da vítima” (p. 160).

“Resolvido” o caso, Catalão se divide entre uma grande maioria, que não acreditava na culpa de Antero, e uma minoria representada pelos valentes homens catalanos, os quais pregavam a necessidade de vingar a morte de Albino. Disso decorre a primeira tentativa de ataque a Antero e Chico na cadeia, encabeçada por alguns familiares do morto, que dá errado. João Sampaio, sentindo-se diminuído por conta do ataque, então, decide planejar, ele próprio, com ajuda do irmão, um ataque, em troca de carros de bois e dinheiro (que deviam ser desembolsados da família do morto). Nesse meio tempo, Chico Prateado “foge” da prisão:

estranhamente, na noite de sexta-feira, dia 14 de agosto de 1936, o mesmo João se encarregou de promover a fuga de Chico Prateado. Montado numa mula, o matador de Albino Felipe, seguido por um jagunço dos Sampaio, cavalgou até as barrancas do Paranaíba, na divisa com Minas. Lá chegando, recebeu cinco notas de 100 mil réis, uma carabina, munição e ordens expressas para jamais voltar a Catalão. Chico Prateado lançou-se ao rio e desapareceu na escuridão. (p. 161).

Como Barrabás, Chico desaparece numa escuridão que revela o desconhecimento a respeito da maioria dos acontecimentos que culminam na morte de Antero. Tudo, desde a motivação do assassinato de Albino até a chacina de Antero Carvalho, é desconhecido e a própria História não consegue responder às dúvidas surgidas a respeito do crime da Pedra Preta. Silva (2014) salienta para as muitas vertentes de estudos historiográficos possíveis a se pensar na tentativa de refletir sobre esse acontecimento em Catalão.

De todo modo, essa escuridão que recobre sobre Catalão e sobre a narrativa de Sant'anna, a qual adquire um tom mais sombrio, prenuncia os acontecimentos a seguir. O capítulo final de *Herança de Sangue* chama-se “A longa noite dos punhais” e inicia-se com a construção do ambiente em que a morte de Antero acontece. Boa parte do que é narrado no primeiro capítulo, que também narra a morte do farmacêutico, só que sem apresentar os nomes das personagens, é retomada. A Catalão, marcada pela violência perpetrada por seus habitantes na busca pela honra e pelo prestígio, dá sinais do que está para acontecer: “um tapete escuro se desenrolou sobre a cidade, mais negro que o de costume, quem sabe pressagiando os trágicos acontecimentos que o destino reservara para as últimas horas daquele domingo” (p. 163).

Como aponta Ribeiro (2017, p. 76), “mantendo o diálogo com o gênero policial, a narrativa apresenta nesse momento todos os detalhes que não são revelados no início da fábula”. O narrador mostra os acontecimentos paralelos que constroem o clima da noite de 16 de agosto de 1936: “boa parte das famílias se preparavam para ir ao cinema” (p. 163), “às dezoito horas, Diva, proprietária do cinema, fez soar a sirene, anunciando a chegada do filme” e, à tarde, também, um grupo de homens chega à cidade “liderado por João e Divânio Sampaio” (p. 164).

Enquanto isso, na cadeia, Antero Carvalho observou, por um tempo, a cidade através das grades de sua cela. Os homens que haviam chegado à cidade à tarde, já começavam a cercar a cadeia, agora vigiada por apenas dois soldados, os quais buscaram reforço ao perceberem a movimentação estranha. Mais soldados aparecem, inclusive o sargento de polícia que

deu uma olhada ao redor, avaliando a situação. Notou que entre os que se preparavam para invadir a cadeia estava ninguém menos do que João Sampaio, um dos homens mais temidos da cidade, e o irmão de Diógenes Sampaio, mandachuva do município. Se os próprios Sampaio, pensou o militar, desta vez se punham contra Antero, não haveria de ser ele, Ferraz, um simples sargento, que os iria contestar (p. 166).

Interessante notar que, coerentemente, a polícia, geralmente marcada nos episódios em que a infâmia toma lugar e estando num posto à parte na luta pela honra segundo os códigos de Catalão, não hesita em se retirar. Além disso, ao ser requisitado para dar instruções aos policiais,

o tenente Póvoa, que chefiava o inquérito e as investigações a respeito da morte de Albino Felipe, decide nada fazer. A esse respeito, salienta Sant'anna que o tenente, “como Pilatos, lavou as mãos, deixando a cadeia pública à mercê dos assaltantes” (p. 24).

E assim inicia-se a paixão de Antero.

O rapaz é atacado dentro de sua cela e, ainda assim, consegue, por instantes, defender-se: “ao sair de sua toca, o preso aplicou violento pontapé nos testículos de Eupídio, fazendo-o encolher-se em arco” (p. 167), mas o número de invasores era grande e a reação de Antero foi em vão. O que restava, agora, era implorar pela vida “aterrorizado, ele gemeu um desesperado pedido de clemência” (p. 167), pedido que foi prontamente negado, quando um dos sitiantes puxa a língua de Antero para fora e a rasga de cima para baixo com um punhal.

Nota-se então, a tentativa de silenciamento do atacado. O narrador, posteriormente, apresenta na narrativa algumas considerações a respeito do estado de espírito dos habitantes de Catalão após o assassinato e aponta para o fato que de “um dos detalhes que mais intrigava o povo era o de que a primeira punhalada fora desfechada contra sua língua”, o que impediu Antero de falar “a partir daquele instante” (p. 179).

Nesse momento da narrativa, percebe-se novamente a intrusão fraca de um narrador irônico que, escolhendo os momentos certos para apresentar, de forma implícita, suas críticas e opiniões a respeito da narrativa que conta, relaciona os personagens infames a animais por meio de suas atitudes arcaicas e animalizadas. Ao fim dos ataques iniciais, Antero é retirado da cadeira aos arrastões, tendo levado “perto de uma dúzia de facadas” (p. 168), e é exposto para o restante do grupo que não havia entrado na cadeia. Eles, então, têm uma espécie de êxtase macabro: “a multidão urrou de prazer” (p. 168).

Se antes, o infame e desonrado, renegado por uma sociedade que preza pela valentia e pela honra, é relacionado aos cães que “lambem suas feridas” e “fogem com os rabos entre as pernas”, agora o infame toma conta da narrativa e da cidade silenciada. Eles urram de prazer diante do sangue derramado. Os poucos cães de antes tornam-se uma matilha organizada e pronta para atacarem seu inimigo, mesmo que ele não ofereça nenhuma resistência ou ameaça direta – a ameaça é a capacidade de ascender-se socialmente por meios que até então não condiziam com os utilizados pelos moradores locais para se destacarem.

No caminho de seu calvário pessoal, Antero Carvalho encontra uma breve e amedrontada defesa, que é logo dissipada pela multidão de linchadores. Ao passar na frente da venda de seu esposo, Dona Nega avança histérica em meio à multidão e clama aos homens que não prossigam com a chacina iminente. Ela e o marido, entretanto, são logo ameaçados pelo grupo. Ao contrário das mulheres de Jerusalém, que recebem alento do Cristo maltratado e

humilhado, em Catalão, tanto Dona Nega, talvez a única tentativa de a cidade reagir à infâmia iminente, quanto Antero, ficam à mercê da violência cultivada por anos no solo catalano.

De todo modo, a peregrinação continua e Sant'anna aponta para a insensibilidade de alguns habitantes da cidade – aqueles de quem mais se esperava sensibilidade: “tal como Cristo em Jerusalém, o poeta caía a cada dez ou vinte metros. Mas puxando-o pelas cordas, os homens o forçavam a se levantar. Assim, sofrendo como Jesus, ele passou defronte ao Ginásio Nossa Senhora Mãe de Deus. Nenhuma das freiras saiu de dentro para defende-lo” (p. 169). Tal fato, entretanto, pode ser analisado levando em conta as condições daquela ocasião, regada pela violência desregrada, que impedia que qualquer pessoa, mais ainda freiras, se aproximasse do cortejo macabro com alguma intenção que fosse contrária ao do grupo.

Sant'anna, talvez para chegar ao objetivo de sua obra, qual seja o de evidenciar a violência em Catalão e abrir discussões a respeito das consequências disso no âmbito individual e coletivo, narra explicitamente a violência sofrida por Antero. Certo momento, a procissão com Antero começa a sair da cidade na direção à casa do prefeito de Catalão. Nesse momento, Antero já “quase não conseguia caminhar. Seus gritos de dor se transformaram em vagidos agoniosos. Os olhos pareciam estar prestes a saltar fora das órbitas” (p. 170).

Ao chegar em frente à casa, Antero começou a rogar clemência àquele a quem já havia prestado serviços, já que Antero era quem redigia os discursos do prefeito. O homem, entretanto, “limitou-se a trocar um olhar de cumplicidade com Sampaio e a contemplar, por alguns minutos, a procissão macabra, legitimando-a” (p.170). Ainda de frente com o prefeito, o poeta tentou mais uma vez pedir pela clemência do prefeito,

mas de sua boca saiu apenas uma gosma vermelha, misturada de bolhas de ar, cuspe, espuma e sangue. Entretanto, segundos depois, o poeta conseguiu emitir um grito de terror, que ecoou por toda a parte oeste da cidade: um dos verdugos lhe vazara os olhos com dois golpes de punhal. O estômago do prefeito deve ter se revoltado com a cena, por mais do que depressa ele meneou a cabeça para João Sampaio, saudando-o em despedida, e sumiu no interior da casa. Alguns carrascos se aproximaram de Antero e iluminaram seu rosto com as lanternas. Assustaram-se com a visão dos olhos furados (p. 170).

Assim como o comandante Póvoa, a outra autoridade de Catalão lava suas mãos. Representada pelo prefeito, a própria Catalão, já silenciada nas suas tentativas falhas de impedir o acontecimento, agora o assiste, com as mãos lavadas no sangue daqueles que ajudaram a constituir a identidade pautada pela violência e pela exaltação da valentia da cidade ao longo dos tempos.

Além disso, o trecho acima transcrito relaciona-se com as considerações de Jaime Ginzburg em seu *Literatura, violência e melancolia*, de 2012, segundo o qual “em textos que apresentam configurações de violência, no século XX, duas figuras de linguagem tendem a ser recorrentes [...] essas figuras são a hipérbole e a elipse” (GINZBURG, 2012, p. 30). Para o autor, ambas as figuras de linguagem representam extremos, de modo que a hipérbole é o exagero de explicitação e a elipse, a omissão. De certo modo, o narrador de *Herança de Sangue* extrapola os limites da hipérbole, uma vez que ela é o exagero, e a violência narrada por Sant’anna é mais intensa que qualquer exagero que se podia pensar nesse caso.

E a narrativa continua assim até a morte de Antero, que acontece quando um do grupo apunhala Antero, cravando o punhal acertadamente no coração do poeta. No momento da morte, Antero ainda estava consciente, embora sem forças:

Antero percebia o fim próximo. A dor sumiu, transformando-se em torpor. Seus olhos cegos remetiam ao cérebro estímulos que se traduziam num clarão vermelho, vermelho como o sangue, vermelho como o fogo. O poeta não quis morrer sem antes dizer alguma coisa para João Sampaio. Com a coragem dos que sabem que nada mais têm a perder, muito menos a ganhar, seus músculos dilacerados conseguiram trazer parte da língua para dentro da boca. Só João ouviu o que Antero falou. Não deve ter gostado nem um pouco por ordenou à turba: — Acabem com esse bandido! (p. 171).

Antônio Cândido (1976) salienta que é o modo pelo qual o autor dirige o olhar do leitor para as personagens que as tornam sempre seres inesgotáveis e insondáveis. O narrador, entrando no consciente de Antero, reconstitui os momentos finais do personagem que sofre e transforma seu personagem final, no personagem que vai, depois de morto, ficar marcado na memória do leitor da narrativa cujas personagens têm a vida efêmera, ceifadas pela violência por elas exaltada.

Finalizando sua via-sacra nas terras goianas, Antero, como Jesus, é retirado da rua onde deitou morto por João Pinto de Melo, o qual, assim como José de Arimateia, às escondidas, por medo de represálias, velava o morto silenciosamente. Outro passante o ajudou a embrulhar o corpo e levá-lo para a farmácia.

\*\*\*

Gradativamente, de pessoa por pessoa, a notícia do linchamento vai sendo conhecida pelos habitantes da cidade, os quais voltavam do cinema tranquilamente, o que causa uma espécie de reação nesses habitantes que, até então, relacionavam-se com a violência de modo paradoxal. Como numa balança, a violência ora causava excitação, ora medo; a valentia ora resultava em honra, ora em atitudes infames.

Agora, ela causava repulsa.

Ao final do capítulo e no início do epílogo da obra, cidade e habitantes se misturam, cristalizando a relação que vinha sendo construída nos capítulos anteriores; agora, ambas são um só. Aos habitantes, o sentimento era de remorso e culpa:

naquele domingo, ninguém dormiu em Catalão. Fez-se silêncio em toda a cidade, silêncio intercalado de rezas, choros e ranger de dentes. Os participantes do martírio de Antero experimentavam incômodas sensações: pressão no peito, aperto fundo de arrependimento... Os gritos do poeta martelavam suas cabeças (p. 173).

No que diz respeito à cidade, sua culpa é representada por um vento frio que perpassa o núcleo urbano de Catalão:

as noites são geladas nessa época do ano. Um vento frio, de açoite, soprou sobre as terras do Catalão, quando o domingo, dia 16 de agosto de 1936, transformou-se na segunda-feira. A ventania se esgueirou entre o morro das Três Cruzes e o Outeiro da Saudade, e ganhou força. Soprou sobre o Centro da Cidade e o Jardim Municipal. Sobre os trilhos da estrada de ferro. Soprou sobre a rua da Grota, a rua do Pio, a rua das Sete Casas, a rua dos Pretos, a rua da Capoeira, soprou sobre o Marca-Tempo. E sobre as águas do Pirapitinga. Soprou sobre o cemitério onde, no dia seguinte, jazeria o primeiro mártir da cidade sem heróis (p. 174).

Ainda, importa ressaltar o silêncio que se fez após a morte de Antero, o qual continua ecoando até hoje em Catalão. Silva (2014) salienta a dificuldade que teve, quando pesquisava sobre a construção da imagem de santo de Antero, em Catalão, de encontrar alguém que se dispusesse a falar sobre a morte do farmacêutico na cidade. Para ela, “corriqueiro [...] é o fato de que [...] moradores não pronunciem nomes e sobrenomes de algumas famílias da cidade ou, quando muito, as proferem sussurrando, em um tom quase que incompreensível” (SILVA, 2014, p. 27).

Sant’anna também afirma que “até hoje, as famílias da cidade não aceitam ter seus nomes ligados ao linchamento” (p. 182). Percebe-se, então, que a relação individual e coletiva de Catalão com a violência, construída por anos, é terminada de forma abrupta pelo trauma causado pelo linchamento de Antero, a grande infâmia da cidade, legitimada tanto por seus moradores, que já vinham no decorrer da narrativa apontando para a desvalorização da violência, como por ela própria. Essa infâmia e esse trauma resultam na tentativa de silenciamento dessa página sangrenta da história da cidade.

Acontece o que Benjamin (1985) apresenta no seu famoso texto sobre as *experiências*: uma barbárie surge e esta impede o povo por ela afetado de ir para frente, de começar de novo, fazendo com que as pessoas comecem a se desfazer de suas experiências e a se refugiar, de modo a não produzir novas. Paralelo a essa ideia, aquele povo catalano que compartilhava suas

experiências, estas baseadas nos manuais de condutas coletivos de Catalão, pautados em valores arcaicos de exaltação da valentia, de geração em geração, perde sua vontade de compartilhar seus traumas e as experiências advindas disso.

Além disso, essa ideia também se relaciona com o que Selligmann-Silva trata, no seu artigo intitulado de “Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”, de 2008. O autor aponta para o fato de que a atividade de narrar o trauma, definido como “uma memória de um passado que não passa” (2008, p. 69), é difícil para aqueles que foram traumatizados e que é mais fácil que isso aconteça por pessoas de fora, que não foram afetadas pelo trauma em questão. Tanto Catalão quanto os seus habitantes, figurando como elementos diretamente relacionados à morte de Antero se silenciam, tentando subverter a lógica de Selligmann-Silva, tentando fazer o passado ficar no passado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa que Ivan Sant'anna constrói tendo por base fontes orais e escritas constitui-se como um romance advindo da não-ficção, com características híbridas apropriadas da narração literária e da escrita jornalística, o que não o torna menos plurissignificativo que outras obras puramente ficcionais. A grande quantidade de trabalhos existentes que tomam *Herança de Sangue* como fonte de pesquisa, abordando diferentes aspectos da narrativa e dos fatos presentes nela, comprova essa afirmação.

Neste trabalho, particularmente, pudemos compreender os modos como o coronelismo foi retratado pela obra de Ivan Sant'anna. Diante das análises empreendidas, percebeu-se que o autor contribui, por meio de sua narrativa, para a percepção mais aprofundada dos modos como o coronelismo goiano se processou. O escritor traz para as páginas de sua *Herança de Sangue* características bastante comuns a esse sistema, presentes em muitas obras da Literatura e da História, como as relações de dominação e de violência e as disputas pelo poder local. Entretanto, a esse respeito, sua obra contribui de forma mais contundente ao evidenciar elementos pouco presentes nas produções já feitas, tanto no âmbito literário quanto no historiográfico.

De forma mais completa, Sant'anna apresenta a origem do coronelismo em Catalão e, mesmo implicitamente, em Goiás como um todo, ao mostrar o nascimento do Pouso de Catalão na era da mineração no estado. Assim, relacionando-se com o que foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, vislumbra-se, no romance em tela, a criação de um ambiente propício para o surgimento do coronelismo em Catalão – e em Goiás – desde mesmo antes do período da Primeira República.

Além disso, o escritor apresenta em sua narrativa outros elementos geralmente menos discutidos e presentes nas obras que tratam do coronelismo, como a vida privada de alguns coronéis e a presença da figura feminina no contexto coronelista. Assim, Sant'anna mostra novas faces de um tema já tão discutido, cujas discussões e estudos nunca se esgotam, como o coronelismo em Goiás. Ivan Sant'anna, como diz Oliveira (2016), mostra uma realidade do coronel goiano (ou dos coronéis goianos) mais complexa, o que proporciona uma ampliação da compreensão desse tema.

Ainda, é possível inferir, por meio das personagens do romance, as suas percepções a respeito do lugar em que viviam, de modo que o coronelismo se torna, na narrativa, apenas o pano de fundo para uma história constituída pelas percepções de indivíduos que tentam seguir

as regras implícitas do contexto no qual estão inseridas. Em Catalão, essas percepções baseavam-se nas relações de poder e de fama, de valentia e de hombridade, de honra e de infâmia.

Da mesma forma que a abordagem do coronelismo aponta para questões muito discutidas sobre o assunto e, ao mesmo tempo, para alguns pontos específicos do ambiente coronelista em Goiás, Sant'anna também representa a valentia e as questões envoltas a ela, como a violência e o ideal de hombridade ora se aproximando, ora se afastando dos estudos já feitos a respeito desse conceito. Os habitantes da Catalão, cristalizados nas páginas de *Herança de Sangue*, extrapolam a ideia de valentia segundo a qual o valente, em perigo, encara a situação inóspita com coragem.

Aqui, a valentia é demonstrada, muitas vezes, de forma gratuita, como na exibição de cinema ou nas relíquias no ambiente de trabalho da estrada de ferro, e está mais ligada ao prestígio social, fruto, na cidade, das manifestações de violência. A coragem, elemento-chave nas discussões feitas por estudiosos que buscaram definir e analisar a valentia em contextos particulares, aparece quase como uma coadjuvante na relação tecida na malha textual do romance em tela, fazendo com que a valentia, em Catalão, se torne um elemento balizador de distinção entre pessoas honradas e pessoas infames.

Essa distinção apresenta-se de acordo com a legitimação da população e da cidade como um organismo que dita os modos como seus habitantes devem se portar, o que se relaciona com as considerações tecidas em obras que tratam da honra e da infâmia e de suas configurações nas sociedades. Se por um lado a cidade, por meio de seus habitantes, institui seu próprio código de honra e de conduta, e por meio dela os atos infames vão sendo instituídos como tal, por outro, é por meio da cidade e seu povo, também, que a honra era atribuída aos valentes de Catalão, da mesma forma que a má-reputação.

Entretanto, essa relação não acontece sempre de maneira clara. Os limites entre a honra e a infâmia, assim como são tênues na sociedade de um modo geral, se interrelacionam a partir de certo momento na narrativa. Em um movimento crescente, a violência exaltada por Catalão, que inicialmente denomina seus habitantes como honrados (ou não), começa a trair a cidade, tornando-a como uma cidade infame: no início, a narrativa gira em torno da honra, preconizada nos primeiros capítulos do romance; no final, a narrativa, bem como a cidade e seus habitantes, termina em meio à infâmia e suas consequências.

Narrativamente, Sant'anna, por meio de sua narração isenta, mas irônica, deixa pistas que propõem a definição dos acontecimentos entre honrados e infames. Quando os valentes vingam suas famílias e praticam outros atos que estão de acordo com os manuais de honra de

Catalão, eles são bem descritos, com adjetivos que exaltam sua bravura. Contrariamente, quando eles excedem o limite de violência aceitável, eles não são narrados com adjetivos que os relacionam a animais, suscitando a reflexão sobre a falta de humanidade dessas pessoas, a excitação pela violência e a incapacidade destes de controlarem-se (como os animais).

O episódio final da narrativa ressalta alguns pontos importantes que revelam o modo de vida da sociedade catalana. Inicialmente, nota-se a incapacidade de as pessoas consideradas pacíficas prosperarem na cidade. Lamartine já havia sido um exemplo claro disso; Antero Carvalho cristaliza tal elemento constitutivo da sociedade de Catalão, plasmada pela bravura e pela valentia. Além disso, se levarmos em conta as regras de conduta e de honra de Catalão, a morte de Antero inicia-se seguindo a regra segundo a qual era dever dos parentes vingar o parente morto; entretanto, como no Massacre dos Turmeiros e na ocasião da prisão de Carlos de Andrade, os limites aceitáveis de violência são excedidos, configurando-se como desonrosos.

Por fim, ressalta-se a presença da impunidade e da justiça que é feita pelas próprias mãos, elementos típicos do coronelismo, assim como aponta para a ineficácia do poder público no contexto coronelista: por conta de interesses próprios, João Sampaio aplica sua lei, atacando os inimigos e protegendo seus amigos; o prefeito, assim como a força policial, lava suas mãos e silencia-se perante os acontecimentos, de modo que Antero e a própria cidade são silenciadas, deixando o acontecimento no âmbito das lembranças, já que estas não podem ser apagadas.

Não obstante isso, o assassinato de Antero funciona como marco balizador na história catalana: a honra, que costumeiramente se lavava com sangue, transmuta-se em ato infame, que, mesmo relegado ao plano das recordações, parece marcar, com sangue, a memória da cidade, cujos habitantes, consternados, ao longo do tempo irão purgar seu remorso ligando-se à devoção do poeta covardemente assassinado, evidenciando que honra e infâmia, embora elementos intercambiantes, também se constituem como aspectos diametralmente opostos. Na cidade da honra, que uma vez maculada se limpava com sangue, em um processo de limpeza muitas vezes infame, o sangue é a marca indelével, a herança certa.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Melânia Silva de. O discurso polivalente de Guimarães Rosa. **O Eixo e a Rosa: Revista de Literatura Brasileira**, v. 21, n. 1, 2012, p. 17-25.
- ALENCAR, Maria Amélia Garcia. A identidade sertaneja na literatura regionalista: Euclides, Hugo de Carvalho Ramos e Guimarães Rosa. **Revista de História Regional**, v. 17, n. 1, p. 89-111, 2012.
- ALMEIDA, Nelly Alves de. **Estudos sobre quatro regionalistas: Bernardo Élis, Carmo Bernardes, Hugo de Carvalho Ramos, Mario Palmério**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1985.
- ALVES, Márcio Miranda. O espaço regional nas cidades imaginadas de Érico Veríssimo. **Letras & Letras**, v. 31, n. 1, jan/jun. 2015, p. 67-86.
- BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa**. 7. ed. Tradução de Maria Zélia Barbosa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. p. 19-62.
- BASTOS, Hermenegildo. Os coronéis – de Mendonça a Paulo Honório: notas sobre tipicidade e realismo em *S. Bernardo*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 60. Abr. 2015, p. 19-33.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. v. 1. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. v. 2. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.
- BORGES, Jorge Luis. **A história universal da infâmia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 52. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.
- BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. 2. ed. São Paulo, Editora 34, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. tradução de Maria Helena Kühner. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010
- CAMPOS, Maria das Dores. **Catalão: estudo histórico e geográfico**. Goiânia: Bandeirantes, 1979.
- CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. 1. reimpressão. Goiânia: Editora da UFG, 1987.

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e personagem. In: CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 9-50.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

ÉLIS, Bernardo. O tronco. In: **Obra reunida**. v 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987a.

ÉLIS, Bernardo. **Veranico de Janeiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987b.

FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva. O coronelismo em Goiás (1889-1930): as construções feitas do fenômeno pela história e literatura. In: CHAUL, Nasr Fayad. (Coord.). **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias**. Goiânia: Kelps, 1998, p. 89-107.

FORTUNATO, Maria Lucinete. O deslocamento do coronelismo do âmbito nacional para o regional: especificidades e continuidades. In: FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Estadual de Campinas, 2000, p. 105-148.

FORTUNATO, Maria Lucinete. A imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local. In: FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Estadual de Campinas, 2000, p. 149-202.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GALVÃO, André Luis Machado. **O coronelismo na literatura: espaços de poder**. Cruz das Almas (BA): UFRB, 2018.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas, SP: Autores associados, 2012.

GOMEZ, Luis Palacín; CHAUL, Nasr N. Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. **História política de Catalão**. Goiânia: Editora UFG, 1994.

GROSSMAN, Dave. **On Killing: the psychological cost of learning to kill in war and society**. New York: Little Brown and Co., 1996.

IGNÁCIO, Ewerton de Freitas. **Do campo abandonado para a cidade suportada: campo e cidade na literatura brasileira**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

JEHA, Júlio. Borges e a infâmia de todos nós. **Aletria: revista de estudos de literatura**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 105-109, jan./jun. 2008.

KLEIN, Kelvin Falcão. Histórias da infâmia: de Borges a Foucault. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 15, n. 1, 2010.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LEMES, F. L. Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás. Rio de Janeiro, **Topoi**, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 112-129.

MANSUR, João Paulo. “TERRAS ADUBADAS COM SANGUE” O coronelismo de Terras do sem fim. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 36, n. 105, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092021000100506&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092021000100506&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 31 de outubro de 2020.

MOURA, Antônio de Paiva. Os coronéis do noroeste mineiro: de Bernardo Guimarães a Guimarães Rosa. **Revista Comissão Mineira de Folclore**, n. 24, maio de 2005, p. 135-143.

MOURA, Tálliton Túlio Rocha Leonel de. **A FRONTEIRA DE SANGUE: História e Literatura nas representações da violência em Goiás na passagem dos séculos XIX ao XX**. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado). Universidade Estadual de Goiás: Anápolis, 2015.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. **Chacinas, combates e massacres: medo e violência em Goiás**. Goiânia: PUC-GO; Kelps, 2012.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso; QUADROS, Eduardo Gusmão de. “Um nelore para não sair de uma briga” a cultura da valentia em Goiás. **OPIS**, Catalão, v. 15, n. 2, 2015, p. 479-492.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. Apontamentos para uma sociologia da valentia. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, 2016a, p. 336-362.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. O bom e o mau coronel: representações sobre o coronelismo na obra de Bernardo Élis e na historiografia. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 13, n. 2, 2016b.

PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás**. Goiânia: UCG, 1994.

PALMÉRIO, Mário. **Chapadão do Bugre**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

PERISTIANY, John George (org.). **Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

PERISTIANY, John George; PITT-RIVERS, Julian (editores). **Honor and grace in anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976, p. 163-216.

RAMOS, Cornélio. **Catalão: poesias, lendas e histórias**. Gráfica e Editora Santa Luzia, 1983.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 140. ed. São Paulo: Record, 2019.

RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. 88. ed. São Paulo: Record, 2009.

RIBEIRO, Raphael Martins. **Far-centro-oeste: fronteiras e figurações de faroeste em Herança de Sangue e Cidade Livre**. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado). Universidade Estadual de Goiás: Anápolis, 2017.

RODRIGUES, Leonardo. **Figurações da violência no sertão goiano: uma leitura de O tronco**, de Bernardo Élis. Orientação de: Ewerton de Freitas Ignácio. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras). Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2018. Disponível em: [http://cdn.ueg.edu.br/source/letras\\_-\\_campus\\_ciencias\\_socio-economicas\\_e\\_humanas\\_207/conteudoN/8988/TCC\\_LEONARDO\\_CD.pdf](http://cdn.ueg.edu.br/source/letras_-_campus_ciencias_socio-economicas_e_humanas_207/conteudoN/8988/TCC_LEONARDO_CD.pdf). Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

RODRIGUES, Leonardo José; IGNÁCIO, Ewerton de Freitas. Cidade e violência no cerrado goiano: uma leitura de *Herança de Sangue*, de Ivan Sant'anna. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, n. 34: Imagens da Opressão, jan-dez. 2019, p. 59-70.

ROHDEN, Fabíola. Para que serve o conceito de honra, ainda hoje?. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 7, n. 2, 2006, p. 101-120.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia clínica**, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SILVA, Cléria Maria Monteiro da. O coronelismo na obra de Jorge Amado: Terras do sem fim e Cacau. **Letras de Hoje**, v. 34, n. 4, 1999.

SILVA, Jaciely Soares da. **Violência e Religiosidade Popular em Catalão-GO: a construção da santidade de Antero 1932-2012**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2014.

SILVA, Sandro Dutra e; MOURA, Tálliton Túlio Rocha Leonel de; CAMPOS, Francisco Itami. A terra dos coronéis no Oeste do Brasil: A cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 234-259, jan./jun. 2015.

TEIXEIRA, Átila Silva Arruda. **Do projeto ao romance: uma análise de O tronco de Bernardo Élis**. Dissertação de mestrado. Goiânia, 2010.

TEIXEIRA, Átila Silva Arruda. Sertão e modernidade em Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Élis. **XIV Congresso Internacional Abralic**, Belém, p. 1-12, 2015.

TOMACHEVSKI, Boris. Temática. In: TOMACHEVSKI, Boris et al. **Teoria da literatura: Formalistas russos**. Porto Alegre: Globo, 1978.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. Homens provisórios. Coronelismo e jagunçagem em Grande sertão: veredas. **Scripta**, v. 5, n. 10, p. 321-333, 2002.

VICENTINI, Albertina. **A narrativa de Hugo de Carvalho Ramos: procedimentos de construção em Tropas e boiadas**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

VICENTINI, Albertina. **O regionalismo de Hugo de Carvalho Ramos**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

VICENTINI, Albertina. Romance histórico, realismo e lisibilidade n'*O tronco*, de Bernardo Élis. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 127-135, jul./dez. 2010.

VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil Colonial: Vila Boa de Goiás no século XVIII. In: LEMES, Fernando Lobo. **Para além das Gerais: dinâmicas dos povos e instituições na América portuguesa (Bahia, Goiás e Mato Grosso)**. Goiânia: PUC-Goiás, 2015, p. 67-110.

VINAUD, Nayara Cristina Azevedo. **Nos confins dos chapadões sertanejos: pensamento geográfico em Mário Palmério**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia: Universidade Federal de Uberlândia, 2011.